



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**PROTESTANTES NA “ATENAS SERGIPANA”: CONFLITOS RELIGIOSOS NA
INSERÇÃO DO PRESBITERIANISMO EM LARANJEIRAS(1884-1899)**

GICÉLIA SANTOS COSTA

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2018



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

**PROTESTANTES NA “ATENAS SERGIPANA”: CONFLITOS RELIGIOSOS NA
INSERÇÃO DO PRESBITERIANISMO EM LARANJEIRAS/ SE (1884-1899)**

GICÉLIA SANTOS COSTA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Orientador: Dr. Carlos Eduardo Brandão Calvani

SÃO CRISTÓVÃO (SE)
2018

**FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL
UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE**

Costa, Gicélia Santos
C837p Protestantes na “Atenas sergipana” : conflitos religiosos na
inserção do presbiterianismo em Laranjeiras/SE (1884-1899) /
Gicélia Santos Costa ; orientador Carlos Eduardo Brandão
Calvani. – São Cristóvão, 2018.
122 f. : il.

Dissertação (mestrado em Ciências da Religião) –
Universidade Federal de Sergipe, 2018.

1. Religião. 2. Protestantismo - Sergipe. 3. Presbiterianismo –
Laranjeiras, SE. I. Calvani, Carlos Eduardo Brandão, orient. II.
Título.

CDU 275.6(813.7)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SERGIPE – UFS
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
PROGRAMA DE PÓS- GRADUAÇÃO EM CIÊNCIAS DA RELIGIÃO

GICÉLIA SANTOS COSTA

**PROTESTANTES NA "ATENAS SERGIPANA": CONFLITOS RELIGIOSOS NA
INSERÇÃO DO PRESBITERIANISMO EM LARANJEIRAS/ SE (1884-1899)**

APROVADA EM: 21/02/2018

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Federal de Sergipe como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre em Ciências da Religião.

Profº Dr. Carlos Eduardo Brandão Calvani (Orientador)
PPGCR/UFS

Profª Dra. Ester Fraga Vilas Bôas Carvalho do Nascimento (Externo)
PPG/UNIT

Profº Dr. Romero Júnior Venâncio Silva(Interno)
PPGCR/UFS

AGRADECIMENTOS

Agradeço a Deus pela vida, por ter me concedido força, sabedoria e por prover os meios para a execução dessa pesquisa, mostrando o caminho a seguir. Toda glória seja dada a Ele!

Ao orientador professor Dr. Carlos Eduardo Brandão Calvani, pelo apoio, incentivo, paciência e dedicação que muito contribuiu para a elaboração desse trabalho.

A todos os professores em especial à professora Marina Correa pelo conhecimento proporcionado durante as aulas ministradas.

A minha amiga Rosa, pelos vários debates que tivemos durante a elaboração do trabalho, me levando a refletir e ao mesmo tempo despertando meu senso crítico.

Aos meus pais José da Costa e Maria Noelia, pelo carinho e pelo apoio que sempre me deram durante toda minha vida.

Ao meu sobrinho João Alexandre, que sempre vibrou com as minhas conquistas.

Enfim, a todos que direta ou indiretamente fizeram parte da minha formação, o meu muito obrigado!

Sola Fide

Sola Scriptura

Solus Christus

Sola Grata

Soli Deo Gloria

RESUMO

O presente trabalho mapeia as circunstâncias sociais e os conflitos teológicos subjacentes ao processo de inserção do Protestantismo no Estado de Sergipe no final do século XIX, durante a transição do Brasil Império para o Brasil República na cidade de Laranjeiras. Esta cidade na época era conhecida como “Atenas Sergipana” em virtude de sua liderança cultural, social e política no Estado. A pesquisa avalia a base religiosa da sociedade laranjeirense e os motivos que levaram os presbiterianos a iniciarem sua inserção no Estado sergipano a partir desta cidade, apontando certas circunstâncias favoráveis que fizeram setores da sociedade aderirem à mensagem Protestante. Contudo, o presente estudo observa também que essa inserção não foi pacífica, mas envolveu conflitos teológicos e sociais que se manifestaram na forma de violência física contra os que aderiram ao Protestantismo, motivando profundas discussões teológicas nos jornais da época com base na interpretação e autenticidade Bíblica. No final, a pesquisa visa demonstrar que nestas condições a inserção do protestantismo em uma sociedade católica contribuiu para o estabelecimento da República brasileira, o que provocou um debate sobre o direito à liberdade de religião e o estado laico, colocando em risco a hegemonia secular da Igreja Católica.

Palavras-chave: Protestantismo brasileiro. Presbiterianismo no Brasil. Presbiterianismo em Sergipe. Presbiterianismo em Laranjeiras.

ABSTRACT

The current work maps the social circumstances and the underlying theological conflicts to the insertion process of Protestantism in the Sergipe state in the late 19th century, during the transition from Brazilian Empire to Brazilian Republic, in the city of Laranjeiras. This city at the time was known as “AtenasSergipana”, due of its cultural, social and politic leadership in the state. The research evaluates the religious basis of laranjeirense society and the reasons that led the Presbyterians to initiate their insertion in Sergipe from this city, pointing out certain favorable circumstances which made the sectors of society to join the Protestant message. However, the present study also observes that insertion wasn't peaceful, but envolved theological and social conflicts that manifested in form of physical violence against the ones who adhered to Protestantism, motivating deep theological discussions in the newspapers of the time based on biblical interpretation and authenticity. At the end, the research aims to demonstrate that, under these conditions, the insertion of Protestantism in a catholic society contributes to establishment of Brazilian Republic, which caused a debate about the right to freedom of religion and the laic state, putting at risk the secular hegemony of Catholic Church.

Keywords: Brazilian Protestantism. Presbyterianism in Brazil. Presbyterianism in Sergipe. Presbyterianism in Laranjeiras.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -	Ruínas do cemitério dos protestantes.....	55
Figura 2 -	Igreja Presbiteriana de Laranjeiras.....	72
Figura 3 -	Missão presbiteriana em Sergipe no século XIX.....	75

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO.....	10
2	LARANJEIRAS, “A ATENAS SERGIPANA”: CENÁRIO DA INSERÇÃO DO PRESBITERIANISMO NO SÉCULO XIX	19
2.1	ASPIRAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS DA SOCIEDADE LARANJEIRENSE NO SÉCULO XIX	22
2.1.1	A educação laranjeirense	23
2.1.2	O Clube Republicano laranjeirense e a República	25
2.1.3	A imprensa em Laranjeiras	30
2.2	HEGEMONIA E MONOPÓLIO DA IGREJA CATÓLICA NA SOCIEDADE LARANJEIRENSE.....	31
2.2.1	Monopólio sobre a constituição familiar: casamento	32
2.2.2	Monopólio eclesiástico sobre os corpos e a criação dos cemitérios públicos	34
2.2.3	Problemas com o clero e a questão religiosa	36
2.3	PROTESTANTISMO: UM NOVO AGENTE NO CAMPO RELIGIOSO LARANJEIRENSE.....	39
3	PROTESTANTES NO CENÁRIO NACIONAL E SUA INSERÇÃO EM LARANJEIRAS	42
3.1	TENTATIVAS DE IMPLANTAÇÃO DO PROTESTANTISMO NO BRASIL COLÔNIA.....	44
3.2	PROTESTANTES NO BRASIL IMPÉRIO	46
3.2.1	Fletcher e Kalley: pioneiros no Brasil.....	48
3.2.2	O trabalho itinerante dos colportores	49
3.2.3	Os primeiros missionários presbiterianos no Brasil: expansão e dificuldades iniciais.....	52
3.2.4	A conversão no Brasil de padres e leigos como resultado da leitura da Bíblia	57
3.3	ESTRATÉGIA DE VISIBILIDADE E CONSOLIDAÇÃO MISSÃO.....	59
3.3.1	A imprensa evangélica: órgão propagador da missão Norte Americana	59
3.3.2	Educação protestante: um projeto civilizatório para sociedade brasileira	61
3.4	PRESBITERIANOS NA “ATENAS SERGIPANA”	63
3.4.1	Piorenismo e liderança liderança de Blackford em Laranjeiras	64

3.4.2	A Igreja Presbiteriana de Laranjeiras sob a liderança de John Kolb	66
3.4.3	A Igreja Presbiteriana de Laranjeiras sob a liderança de Finley	69
3.4.4	A Igreja Presbiteriana de Laranjeiras sob a liderança de Bixler.....	70
3.4.5	O Primeiro templo Presbiteriano do estado de Sergipe	71
3.4.6	O surgimento da primeira igreja presbiteriana de Aracaju e a expansão do presbiterianismo em Sergipe no Século XIX.	73
4	DOIS AGENTES EM CONFLITO: CATÓLICOS E PRESBITERIANOS NA ATENAS SERGIPANA DO SÉCULO XIX.....	77
4.1	CENÁRIO E TEMAS DO CONFLITO	78
4.1.1	Controvérsia iconoclasta: quebra de imagens e a deslegitimação de um bem simbólico	81
4.1.2	Reação: apedrejamentos, espancamentos e atentados	87
4.1.3	O questionamento da legitimidade da base do discurso religioso (a Bíblia)	94
4.1.4	O Purgatório, a Eucaristia e a Mariologia.....	97
4.1.5	O apelo à autoridade da ciência.....	100
4.2	POLÊMICAS EM TORNO DO CASAMENTO E O ARBÍTRIO DO ESTADO....	105
4.3	A EFICÁCIA DA PROPAGANDA RELIGIOSA PROTESTANTE E A LAMENTAÇÃO DOS POLEMISTAS CATÓLICOS	107
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	112
	REFERÊNCIAS	117

1INTRODUÇÃO

Quando os portugueses colonizaram o atual território brasileiro no século XVI, trouxeram em sua bagagem a espada como símbolo do poder real e a cruz como forma de imposição à prática e suas tradições religiosas, sem, no entanto, levar em consideração a cultura e os costumes dos povos aqui existentes. Dessa forma, a Igreja Católica controlou durante séculos a vida de vários setores da sociedade, sendo responsável pelos registros de nascimento, casamento e óbito, bem como dos sepultamentos, determinando quem poderia receber as honras da sepultura eclesiástica. A doutrina da cruz teve como marco inicial a primeira missa celebrada pelos jesuítas.

Entretanto, a hegemonia da Igreja Católica Romana na Europa já vinha sendo abalada desde que John Huss (1359-1415), agindo como “pré-reformador”, se opôs à doutrina e às práticas religiosas do Catolicismo. Porém a oposição de Huss não logrou êxito. Ao contrário, ele foi julgado e condenado à morte na fogueira pelo Tribunal do Santo Ofício. Todavia, a morte de Huss não arrefeceu os ânimos daqueles que não concordavam com certas doutrinas e práticas do catolicismo romano. Assim, no século XVI, o monge agostiniano Martinho Lutero, utilizando-se dos mesmos preceitos de Huss, iniciou a Reforma Protestante, causando abalo na estrutura religiosa da Igreja Católica. Lutero, ao se opor à venda de indulgências, dinamizou um processo de ruptura na Igreja, principalmente após a publicação de suas 95 teses teológicas, marco inicial do conflito religioso entre o papado e o monge agostiniano, bem como daqueles que aderiram à sua forma de interpretação do Cristianismo.

O movimento encabeçado por Lutero não tinha por finalidade a criação de uma nova instituição religiosa e sim resgatar antigos preceitos religiosos da Igreja Católica. Contudo, o movimento se expandiu rapidamente e encontrou teólogos dispostos a prosseguir com os mesmos ideais, tais como Zwinglio (1483-1531) e João Calvino (1509-1564), que causaram um grande abalo na estrutura da Igreja romanizada. Desses, Calvino foi o que mais se destacou como referência na formação da Igreja reformada. A propagação das ideias defendidas por Lutero e pelos demais teólogos se espalhou pelo mundo como rastro de pólvora e transformou a configuração religiosa dos lugares por onde passaram.

No início do movimento protestante, a maior preocupação de Lutero foi traduzir a Bíblia para a língua vernácula a fim de tornar sua leitura acessível às pessoas de seu tempo, pois na sua época poucas eram as pessoas capazes de dominar o latim ou as línguas bíblicas originais. A invenção da escrita por Johannes Gutemberg, durante o Renascimento,

possibilitou a impressão da Bíblia como primeiro livro. Após a tradução, inicialmente do Novo Testamento (1522), na língua alemã e a repercussão alcançada, muitos países demonstraram interesse na leitura do livro sagrado, o que favoreceu a divulgação e a circulação dos textos bíblicos. A propagação das ideias defendidas por Lutero e a divulgação da Escritura impressa, mudaram os rumos do cristianismo.

No Brasil, as ideias protestantes começaram a circular ainda no período colonial, com as invasões francesas e holandesas calvinistas. A primeira ocorreu em 1555 na Baía de Guanabara e a segunda a partir de 1624 no Nordeste. Ambas, porém, não obtiveram êxito. No entanto os holandeses deixaram resquícios de sua cultura e religiosidade através da distribuição de cartilhas trilingue escritas em tupi, holandês e português como princípio de evangelização. Assim, em virtude das invasões, a Coroa portuguesa vetou a entrada de imigrantes no Brasil, à exceção dos que estivessem oficialmente a serviço da Coroa.

Apesar das invasões e das primeiras tentativas isoladas de implantar o Protestantismo no Brasil, a sociedade brasileira só foi afetada pela presença de cristãos não-católicos quando começaram a chegar, no ano de 1859, os primeiros missionários presbiterianos, que vieram com a finalidade de propagar a nova religião através do proselitismo, da leitura e do estudo bíblico.

Em 1808, a Família Real chega ao Brasil e com a abertura dos portos, em 1810, a Coroa Portuguesa começa a investir na estrutura do país, através de alianças políticas com a Inglaterra e dos Tratados do Comércio e Navegação e Aliança e Amizade (1810), onde ficou instituído que os imigrantes protestantes residentes no Brasil não poderiam sofrer perseguições e nem serem molestados por causa da religião, podendo dessa forma assistir e celebrarem seus cultos. O Tratado, no entanto, vetava a construção de templos e as pregações contra a Igreja Católica, sob pena de expulsão do país. Apesar dessas limitações, o Tratado firmado em 1810 possibilitou a circulação de muitos navios ingleses, que contavam com a presença de capelães anglicanos e que traziam exemplares da Bíblia.

Em 1818, em acordo firmado entre D. João VI e a Confederação Suíça, muitos outros imigrantes protestantes vieram da Alemanha para o Brasil em busca de trabalho e de tranquilidade para exercer suas práticas religiosas. Assim, até o ano de 1830, o Brasil recebeu em torno de 4.800 imigrantes, que se instalaram nas regiões Sul e Sudeste. Entre 1810 e 1840 chegaram anglicanos, luteranos (protestantismo de imigração), além de metodistas, congregacionais, presbiterianos e batistas (protestantismo missionário). Essas duas nomenclaturas foram usadas por especialistas para classificar o primeiro e o segundo grupo de

Protestantes. O primeiro não tinha intenções proselitistas, caracterizando-se por uma expressão religiosa confinada os seus idiomas e costumes próprios. O segundo, porém, chegou com uma nítida intenção de espalhar a mensagem protestante pelo Brasil.

Dos 4.800 imigrantes que aqui chegaram inicialmente, 333 formaram uma primeira colônia composta por alemães luteranos. Ao longo dos anos, mais imigrantes chegaram ao Brasil e instalaram-se em São Paulo (1827), Santa Catarina (1828), Paraná (1829) e Rio Grande do Sul (1830). Os imigrantes que se fixaram no estado do Rio Grande do Sul fundaram escolas, igrejas e também zelaram pela manutenção do idioma e a conservação de sua fé, em meio a uma cultura adversa e a uma sociedade com uma religião tradicional.

No Brasil, os imigrantes alemães inicialmente reuniam-se em casas destinadas para o culto e praticavam sua religião de forma particular, porém sem nenhuma arquitetura exterior de templos, respeitando o artigo 5º da constituição imperial de 1824. Além disso, não podiam perturbar a ordem pública e nem fazer prosélitos. Porém esses grupos (alemães) não representavam ameaça à religião católica; ao contrário, eram tolerados e recebiam apoio do imperador (NASCIMENTO, 2004, p.62). Em Sergipe, a presença de imigrantes alemães ocorreu a partir de 1839, principalmente nas cidades de Maruim e Laranjeiras.

A chegada dos primeiros imigrantes não-católicos ao Brasil possibilitou a circulação de Bíblias e do Novo Testamento, viabilizando o trabalho dos agentes das Sociedades Bíblicas, conhecidos como colportores¹ que se embrenhavam pelas demais regiões do Brasil, vendendo bíblias e livros de porta em porta, alcançando comunidades que naquela época encontravam-se órfãs dos sacerdotes da Igreja Católica. Esta, por sua vez, passava por problemas estruturais, como: o desvio de conduta moral de alguns padres, envolvidos na prática de concubinato, jogos de azar e bebedeiras. Nesse período, já era grande a polêmica em torno do trabalho de colportagem. A presença destes incomodou setores da aristocracia, que estava envolvida em questões políticas (abolicionismo e república), religiosas (separação entre a Igreja e o Estado) e questões civis (criação de leis que favoreceram o casamento protestante). Esse cenário facilitou a penetração do Protestantismo no Brasil, bem como em Sergipe.

No Brasil, os trabalhos dos presbiterianos tiveram início com a influência de James Cooley Fletcher (1823-1901) e Robert Reid Kalley (1809-1888), que através da articulação política, conseguiram preparar o caminho para a chegada em 1859 do primeiro missionário norte-americano Asbhel Green Simonton (1833-1867), que contando com o apoio de Francis

¹ Denominação dada no Brasil ao vendedor ambulante de Bíblias e material protestante. (NASCIMENTO, 2004, p.291)

Schneider (1832-1910), George Chamberlain (1839-1902) e Alexander Latimer Blackford(1829-1890), organizaram a primeira Igreja Presbiteriana no Brasil em 1862, na cidade do Rio de Janeiro. Alexander Latimer Blackford foi também o missionário responsável pela implantação do Presbiterianismo na cidade de Laranjeiras no Estado de Sergipe em 1884, sucedido posteriormente por John Benjamin Kolb (1886), Woodward Edmund Finley (1892) e Cassius Edwin Bixler (1896) que deram prosseguimento aos trabalhos na localidade juntamente com alguns conversos.

Na época, Laranjeiras era o centro econômico do Vale do Cotinguiba, da intelectualidade sergipana, e começava a tornar-se conhecida na Europa. Esse cenário favoreceu a sua ascensão dentre as cidades do Nordeste, o que certamente atraiu o interesse dos presbiterianos por fixar sua Igreja em terras sergipanas a partir dessa localidade.

No período Imperial, a circulação de jornais, quase sempre voltados para a elite como artigo de luxo, servia como veículo de discussão política, propaganda comercial e após a chegada dos presbiterianos, como meio de discussão e ideologia religiosa. Nesse período, os jornais que mais se destacaram em Laranjeiras foram *O Horizonte* (1885/1886), *O Laranjeirense* (1887/1888) e *O Republicano* (1888/1892), que tiveram forte influência na divulgação dos ideais republicanos.

Além da implantação do presbiterianismo e posteriormente a construção do primeiro templo protestante em Sergipe no ano de 1899, os presbiterianos investiram na educação, criando a Escola Americana (1886-1913) por acreditarem que os novos conversos precisavam ter acesso à leitura da Bíblia e dos hinos, além de prepará-los para exercer atividades administrativas na Igreja. Através da educação, muitos indivíduos se aproximaram do presbiterianismo, com o intuito de obter ascensão social, principalmente por perceberem na Escola Americana uma prática pedagógica diferenciada.

Marcado pelo rigor ético, o Protestantismo foi um movimento que conseguiu inserir num contexto bastante conturbado uma nova proposta religiosa, envolvendo-se na luta pela República e denunciando a forma desumana como os escravos eram tratados, apesar de não encabeçarem nenhum movimento político para libertá-los. Além do preconceito e perseguição enfrentados pelos conversos, havia a questão dos sepultamentos que obrigou os protestantes a criarem cemitérios para sepultar seus mortos, uma vez que a administração dos cemitérios nesse período era de responsabilidade da Igreja Católica.

O tema da presente dissertação nasceu a partir do interesse em aprofundar temas relacionados à disciplina *Igreja e Sociedade na América Latina*, ministrada pelo professor Dr.

Carlos Eduardo Brandão Calvani. Na ocasião, produzimos como trabalho final um artigo como recorte histórico e temporal mais específico, enunciando a necessidade de um aprofundamento mais detalhado na história da inserção do Protestantismo em Sergipe (COSTA, 2017).

Após a delimitação do tema se fez necessário delimitarmos também um marco temporal. Para tanto, o período escolhido foi 1884, quando foi instituído o Presbiterianismo, e o ano de 1899, quando foi inaugurado o templo existente até a contemporaneidade.

Diante do exposto e da relevância da pesquisa, buscamos informações sobre a presença protestante na cidade de Laranjeiras, na própria Igreja Presbiteriana. Todavia a nossa busca foi frustrada, pois não encontramos as atas concernentes ao período proposto. A informação que colhemos junto ao líder da instituição foi que as atas em questão se extraviaram ao longo do tempo por antigos pesquisadores. As atas existentes na Igreja são de períodos posteriores ao nosso marco temporal.

O próximo passo da pesquisa nos levou ao Cartório do 1º Ofício daquela cidade, cujo objetivo era colher informações sobre o terreno onde foi construído o templo. No entanto a informação dada foi que essas informações não poderiam ser passadas.

Outra pista que poderia contribuir para o enriquecimento da pesquisa era a localização do Cemitério dos Protestantes, que comprovaria os indícios da exclusão do sepultamento dos protestantes. Porém, ao chegarmos ao Povoado Lavandeiras não conseguimos obter informações sobre o local exato do mesmo. Das várias idas e vindas à cidade, o que observamos foi que nem mesmo a membresia sabia da existência do Cemitério.

Na cidade de Laranjeiras, foram realizadas ainda pesquisas no Arquivo Público da cidade, onde não encontramos informações que poderiam ser úteis à pesquisa, uma vez que os documentos ali existentes consistiam em atas com registros de atos do governo municipal posteriores a data pesquisada.

Observando os relatos nos jornais, percebemos que ocorreram muitas agressões e atos de violência física contra os colportores, missionários e leigos ligados aos Protestantes. Assim, o caminho viável seria a busca por processos com registros de atentados e violência existentes no Arquivo do Judiciário na cidade de Aracaju, onde são arquivados processos, inventários e testamentos vindos das comarcas das cidades sergipanas. Também não logramos êxito.

Outro ponto analisado foram as Atas da Cúria da Diocese de Aracaju, onde buscamos informações sobre algumas denúncias feitas pelos padres de Laranjeiras sobre a propaganda

protestante, porém não encontramos nenhuma denúncia. Das atas analisadas foram encontradas cartas papais, onde os papas ora alertavam sobre a maçonaria, ora apoiavam o fim da escravidão.

Das instituições que preservam os jornais há o Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe, que atualmente conta com uma hemeroteca cujo acervo é composto por jornais digitalizados, os quais favoreceram boa parte da pesquisa. Já na Biblioteca Epifânio Dorea dos jornais digitalizados, não foi comprovada a existência dos jornais pesquisados (*O Horizonte*, *O Laranjeirense* e *O Republicano*). Essa falta foi suprida no acervo da Biblioteca Nacional através da Hemeroteca Digital, onde foi possível encontrarmos um rico acervo.

Assim, o trabalho foi realizado com os jornais *O Horizonte*, de junho a dezembro (1885) e janeiro a maio (1886); *O Laranjeirense* (1888) com pouquíssimas informações; *O Republicano* (1889 a 1892). Nesses arquivos foi possível encontrar, poucas, mas relevantes informações sobre o Protestantismo e os conflitos na sociedade laranjeirense da época.

Outro jornal que também nos auxiliou foi o *Jornal Imprensa Evangélica* que era o órgão oficial dos presbiterianos. Este foi de grande ajuda, pois muitas vezes os redatores publicavam os atentados ocorridos em Laranjeiras e outras vezes contestavam os polemistas católicos. Esse jornal foi sucedido por outro, intitulado *O Puritano*, que nos forneceu informações sobre a inauguração do templo em Laranjeiras, inclusive com detalhes que contribuíram para o andamento da pesquisa.

O panorama traçado acima nos mostra quão difícil é o trabalho com periódicos e ao mesmo tempo mostra os desafios e inquietações dos pesquisadores, uma vez que os jornais como fonte fértil de informações nos ajudam a compreender as ideologias sociais, políticas e religiosas do passado, expõem um pouco do cotidiano das cidades e, apesar de tudo, rendem frutos significativos (LUCA, 2010, p. 125).

Dessa forma, o objeto da presente dissertação concentra-se na inserção do Presbiterianismo, na segunda metade do século XIX, na cidade de Laranjeiras, a qual ficou conhecida com a alcunha de “Atenas Sergipana”, tendo como objeto formal os conflitos religiosos e os debates de cunho teológico e apologético registrados nos jornais da época, *O Horizonte* (1885/1886), *O Laranjeirense* (1887) e *O Republicano* (1888/1889).

A partir da inserção do Protestantismo em Sergipe no ano de 1884, surgiram algumas questões norteadoras: quem eram os Presbiterianos e o que queriam ao escolher Laranjeiras como campo religioso para a implantação da Primeira Igreja Presbiteriana? Como estava organizada a sociedade laranjeirense, quando da implantação da Primeira Igreja Presbiteriana

numa sociedade conhecida por agrupar homens cultos e letrados? Como se deram os conflitos narrados nos jornais da época entre católicos e protestantes?

Procurando responder a estes questionamentos, parte-se da hipótese que as ideias Protestantes introduziram questionamentos religiosos e políticos na sociedade local, contribuindo para uma reflexão sobre a laicidade na Província de Sergipe e colocando em xeque a hegemonia católica, a partir dos debates acirrados entre Católicos e Protestantes registrados nos jornais da época.

A partir do contexto acima, o objetivo geral do presente trabalho é demonstrar o impacto causado pelos conflitos religiosos entre católicos e protestantes na sociedade Laranjeirense com a inserção do Presbiterianismo. Para tanto, alguns objetivos específicos são propostos: a) descrever o cenário social, político, econômico e religioso de Laranjeiras na segunda metade do século XIX; b) identificar as motivações que levaram os presbiterianos à escolha da cidade de Laranjeiras para a implantação da Primeira Igreja Presbiteriana do estado; e por fim, c) analisar através de jornais como se deu o conflito religioso entre católicos e protestantes, na implantação do Presbiterianismo.

A pesquisa, ora encaminhada, utilizará duas abordagens metodológicas. A primeira será uma abordagem histórica, através da qual reconstituiremos brevemente a trajetória histórica dos protestantes a partir da Reforma Protestante, até sua chegada em Laranjeiras. A segunda abordagem será analítica, utilizando-se do método indiciário de Carlo Ginzburg (1989) que irá auxiliar na busca pelas minúcias existentes nos discursos, cuja base não está no aspecto visível e sim, nos resíduos considerados reveladores, por menores negligenciáveis, e indícios presente nos debates registrados nos jornais da época. Para tanto, utilizaremos como fontes primárias os jornais: *O Horizonte* (1885/1886), *O Laranjeirense* (1887), *O Republicano* (1888/1889),

Na busca por informações sobre o Protestantismo, encontramos algumas fontes e trabalhos científicos que abordam a temática. Dentre eles, destacamos a dissertação: *Origens da Educação Protestante em Sergipe* (1884-1913) de 2000 da professora Ester Fraga Vilas Bôas, que aborda aspectos relacionados à criação da Escola Americana em Laranjeiras pelos Presbiterianos; o artigo apresentado no XXII Simpósio Nacional de História na cidade de João Pessoa em 2003, com o título *A batalha da fé: uma leitura dos embates travados entre Católicos e Protestantes nos jornais da Província de Sergipe*, da mesma autora, faz uma abordagem dos conflitos registrados nos jornais da época, não somente em Laranjeiras, mas nas demais cidades sergipanas onde foram implantados trabalhos pelos missionários norte-

americanos. Consideramos também a monografia no curso de História da Universidade Federal de Sergipe escrita por Ana Paula de Jesus Santos, intitulada *O embate ideológico entre católicos e protestantes na cidade de Laranjeiras no final do século XIX*, de 2009, onde a autora expõe alguns debates registrados no Jornal *O Horizonte* de 1885. O artigo de Armando Araújo Silvestre intitulado *Os jornais periódicos e a formação da mentalidade protestante no Brasil* de 2010, onde o pano de fundo é análise dos jornais oficiais da Igreja Presbiteriana do Brasil.

Baseamo-nos também em obras já clássicas, tais como os livros *O Protestantismo Brasileiro* de Emile Leonard (1963); *O Protestantismo, A Maçonaria e A Questão Religiosa* de David Gueiros Vieira (1980); *Introdução ao Protestantismo no Brasil* (1990) de Antônio Gouvêa Mendonça e Prócoro Velasques Filho, *Os pioneiros presbiterianos do Brasil* de Alderi Souza de Matos (2004) que reúne em um único volume a biografia de pastores e leigos que colaboraram com os trabalhos missionários no Brasil e *O Celeste Porvir: a inserção do presbiterianismo no Brasil* (2008) de Antônio de Gouvêa Mendonça, que apresenta uma caracterização sócio histórica do Protestantismo brasileiro. A obra de Mendonça serviu também de inspiração para o tema deste trabalho.

O trabalho está dividido em três capítulos, além da introdução e das considerações finais. O primeiro capítulo, intitulado “Laranjeiras: ‘Atenas Sergipana’ - cenário da inserção do Presbiterianismo no século XIX”, descreve o cenário social, político, econômico e religioso de Laranjeiras mostrando como estava organizada a sociedade da época, as religiões predominantes, entre elas o Catolicismo e as religiões de matriz africana, que funcionavam de forma sincrética, onde o “junto e misturado” era uma evidência do catolicismo popular.

O segundo capítulo, intitulado “Protestantes no cenário nacional e sua inserção em Laranjeiras” faz uma abordagem sobre, como e quando o Protestantismo foi inserido no país e em que contexto cultural, político, social e religioso a Igreja Presbiteriana se estabeleceu na cidade de Laranjeiras.

O terceiro capítulo, intitulado: “Dois agentes em conflito: Católicos e Presbiterianos na Atenas Sergipana do século XIX” trata dos conflitos propriamente ditos entre católicos e protestantes, destacando as provocações de ambos os lados, principalmente na Imprensa da época e o resultado de algumas dessas (apedrejamentos, agressões, queima de bíblias e literatura religiosa). Utilizamos como fontes os jornais: *O Horizonte*, *O Laranjeirense* e *O Republicano*, no qual alguns desses conflitos foram registrados entre 1884 a 1899. Tais conflitos envolviam questões teológicas como a utilização de imagens (controvérsia

iconoclasta) para o culto e a devoção pessoal, a crença no purgatório, a eficácia dos sacramentos, o apelo a argumentos da ciência da época além da crítica levantada por protestantes e outros setores da população à moralidade do clero católico. Subjacentes a esses temas, porém, estavam questões relacionadas à manutenção da hegemonia do campo religioso e o questionamento a essa mesma hegemonia, o que envolvia o monopólio sobre a constituição familiar (casamento) e sobre os corpos (sepultamento). Todas essas questões não eram exclusivas à cidade de Laranjeiras, mas aconteciam em diversas outras localidades do Brasil, acelerando uma tensão no campo religioso e que acaba por exigir a mediação de outro arbítrio: o Estado republicano.

Nos jornais é possível observar o nível do debate e de conhecimento teológico entre protestantes e católicos. Os assuntos mais polêmicos eram: a doutrina do purgatório, o perdão através das obras pias, adoração às imagens e o culto à Virgem Maria. Todavia, entre os pontos divergentes, os polemistas tinham como ponto convergente a Bíblia, onde tudo girava em torno de sua interpretação e autenticidade, com o objetivo de legitimar o debate, bem como a sugestão implícita no discurso protestante de que esse era portador de uma cultura mais letrada, civilizado e progressista que a cultura católica, o que atraía interesses por parte de setores republicanos.

Ao final pretendemos demonstrar a partir desta pesquisa histórica que os conflitos na cidade de Laranjeiras refletiam uma tensão maior que estava sendo vivida em outras regiões do Brasil, qual seja o enfraquecimento da hegemonia católica diante da penetração de outros sistemas religiosos no território brasileiro. Essa tensão ajuda a compreender um momento histórico significativo e particular na história do país: a última década da monarquia e o início da República, com a instalação do Estado laico. De certo modo, os conflitos religiosos em Laranjeiras nos ajudam a compreender também conflitos atuais no campo religioso.

2 LARANJEIRAS, “A ATENAS SERGIPANA”: CENÁRIO DA INSERÇÃO DO PRESBITERIANISMO NO SÉCULO XIX

A cidade de Laranjeiras, distante 20 quilômetros de Aracaju, capital de Sergipe, é uma das mais antigas do Brasil e já foi o mais importante centro político, econômico e cultural do Estado. Seu povoamento data de 1530, quando muitos colonos se fixaram na margem esquerda do rio Cotinguiba, onde havia muitas laranjeiras, e ali construíram um pequeno porto identificado como “Porto das Laranjeiras”. Oliveira (1981, p.15) informa que a cidade recebeu este nome por ter nascido “embaixo de um pé de laranjeira”. Para Moraes (2014, p.369) o povoado surgiu de um laranjal denominado “Sítio das Laranjeiras”, que pertencia ao Engenho Comandaroba. Nas proximidades surgiu o Porto das Laranjeiras, que mais tarde denominou o município. Na época, toda a região que hoje compõe o Estado de Sergipe pertencia ao Estado da Bahia.

Os colonos que se instalaram na região do Cotinguiba vieram acompanhados por padres jesuítas, responsáveis pela pacificação dos indígenas que habitavam o local. Com o apoio dos jesuítas, os colonos iniciaram a introdução da cultura europeia, transformando gradualmente hábitos e crenças indígenas e mergulhando os nativos nos costumes do homem europeu. Aos jesuítas competia,

Esforçarem-se por tirar-lhes os seus modos e costumes bárbaros e levá-los ao conhecimento da nossa fé cristã, aplicando para este fim, particularmente o meio de ensinar aos moços e meninos a nossa língua e os princípios elementares da nossa religião (SILVA, 2011, p.19).

Após a conquista, o governo português, por necessitar de mão de obra, buscou escravizar os povos que estavam sob o seu domínio. Isso gerou conflitos entre os colonos e os padres jesuítas que não aceitavam escravizar os índios que viviam nas missões. Essa divergência fez com que em 1759 os jesuítas fossem expulsos do Brasil pelo governo português, objetivando o fim do conflito. Com a expulsão, as terras pertencentes a estes foram vendidas em leilões pelo Marquês de Pombal e utilizadas posteriormente pelos plantadores de cana-de-açúcar. Esse produto, bastante conhecido dos europeus, tornou-se o eixo da economia local e subsídio para que a pequena povoação se projetasse economicamente, transformando-se em um grande centro econômico na segunda metade do século XIX.

Nas primeiras décadas do século XIX começaram a se destacar prósperas povoações que, mesmo sem o status de vila, tornar-se-iam pólos de gravitação da região onde estavam localizadas, centralizando as atividades mercantis de exportação e importação impostas pela economia regional. (NUNES, 2006, p.219).

Todo desenvolvimento econômico ocorreu devido à cana-de-açúcar, que nesse período, gozava de grande privilégio, em virtude do seu alto valor econômico. Outro fator que também favoreceu a prosperidade comercial foi a localização geográfica da povoação, às margens do rio Cotinguiba, cuja nascente fica a noroeste da Serra de Itabaiana, na Fazenda Cafuz e desemboca na foz do rio Sergipe a dezoito quilômetros do mar.

Com o intuito de expandir a produção, a sociedade canavieira que se formou na povoação necessitou de mão de obra. Para isso contaram com a mão-de-obra negra de várias etnias de diversos lugares da África. Com o crescimento da lavoura, desenvolveu-se uma sociedade patriarcal, dominada por ricos latifundiários, relativamente instruídos, os quais vieram a formar a base política e econômica da sociedade laranjeirense.

Os portugueses, que eram mais instruídos e letrados, dedicaram-se ao comércio e a lavoura. Os ricos portugueses adquiriram propriedades e declararam-se senhores feudais, governando de braço e cutelo. Os engenhos eram verdadeiros feudos e o bater de possantes cancelas significava a maior ou menos riqueza do seu proprietário. (OLIVEIRA, 2005, p.32).

Os escravos provenientes da África trouxeram como herança suas crenças, seus ritos e seus orixás. Essas crenças e costumes foram aos poucos mesclados ao Catolicismo, dando uma nova configuração à religião romana. A junção dos orixás com os santos da Igreja Católica posteriormente originou o catolicismo popular.

Deportados e feitos escravos pelo Império, os africanos foram forçados a obedecer às regras católicas, mas nunca abandonaram intimamente suas tradições. Em suas irmandades eles africanizaram o catolicismo, celebrando santos patronos com mascaradas, a percussão dos atabaques, das danças cheias de energia corporal, canções cantadas em línguas nativas e a eleição fictícia de reis e rainhas negros. (ALENCASTRO E NOVAIS, 1997, p.101).

Essa nova configuração religiosa também contribuiu para enriquecer a cultura da pequena povoação, favorecendo o surgimento de grupos folclóricos, os quais até a contemporaneidade fazem parte da riqueza cultural dessa localidade. Algumas dessas manifestações folclóricas estão inteiramente ligadas a Igreja Católica e contam com a simpatia de padres, a exemplo da Taieira.

A Taieira, através da qual se expressa a aliança entre o padre e o pessoal do nagô, é uma dança organizada pela mãe de santo, para ser apresentada no contexto da Igreja Católica, ou seja, na festa de São Benedito. Vincula-se ao chamado “Reinado dos Congos”, instituição que teve ampla difusão na sociedade escravocrata brasileira. (DANTAS, 1988, p.223).

Os reis e rainhas da Taieira até hoje são coroados pelo padre, dentro da própria igreja, mostrando a relação entre a igreja e os brincantes da Taieira, que na sua maioria são adeptos do nagô. Dentro da lógica do chamado “puro e do misturado”, os adeptos do nagô tinham uma relação amigável com a igreja, na qual era permitida a mistura; todavia, abjuravam às demais religiões, entre elas o Protestantismo, o Toré, a Umbanda e o Malês.

Para Dantas (1988, p.226), o cônego Filadelfo Oliveira foi um dos grandes incentivadores das “tradições da cidade”, que possibilitou a junção do nagô ao catolicismo laranjeirense. Essa junção entre o catolicismo e o nagô era tão forte, que só poderia ser aceito no nagô, aqueles que fossem batizados na Igreja Católica. Ou seja, o batismo era condição primordial para ser aceito no nagô.

Em virtude do seu desenvolvimento econômico, em 6 de fevereiro de 1835 o povoado foi elevado à condição de “freguesia,” desmembrando-se da Freguesia de Nossa Senhora do Socorro da Cotinguiba, a qual estava vinculada. Com o desmembramento, Laranjeiras adquire outra configuração geográfica. Passa a limitar-se com as povoações de Nossa Senhora do Socorro, São Cristóvão, Itabaiana e Riachuelo, em uma região entre morros elevados como o do Bonfim e o dos Navegantes.

Com a emancipação política, o município de Laranjeiras se estruturou e criou a Comarca (1835), construiu uma Força (1839), a Alfândega (1840), o Hospital Senhor do Bonfim (1859), a Estrada de ferro (1873), a Estação Telegráfica (1880), e em 1882 iniciou a iluminação pública.

Em 1865, a povoação do Vale do Cotinguiba começa a apresentar um grande desenvolvimento comercial ocasionado pela intensa atividade no porto ali existente, o qual facilitou o intercâmbio entre os portos da Bahia, Pernambuco, Rio de Janeiro e Europa. A base da economia era fundamentalmente o açúcar e o comércio de escravos. Laranjeiras foi um centro importador de africanos em razão do desenvolvimento de sua lavoura. Com a chegada dos negros, houve a junção das três etnias (branco, índio e negro) e de suas respectivas culturas, responsáveis pela formação populacional e cultural da localidade (OLIVEIRA, 2005, p.40).

2.1 ASPIRAÇÕES SÓCIO-POLÍTICAS DA SOCIEDADE LARANJEIRENSE NO SÉCULO XIX

A sociedade Laranjeirense alcançou um grande desenvolvimento cultural, a partir da criação dos Gabinetes de Leitura, onde se reuniam os intelectuais e dos Teatros Santo Antônio e Pedro II, nos quais eram exibidas peças nacionais e internacionais. A criação do Liceu Laranjeirense (1883) propiciou a oportunidade de uma boa educação para os filhos das famílias mais abastadas e era onde se temperavam e fortificavam as inteligências dos cidadãos do futuro. (GÓES, 2005, p.17)

O desenvolvimento do comércio, a emancipação política e a intensa atividade portuária fizeram com que Laranjeiras se tornasse conhecida na Europa, principalmente através das pinturas de Horácio Hora, entre elas a célebre obra *Ceci e Peri*. Além disso, os jornais da época possibilitavam a propagação de ideais republicanos, encabeçados por Felisbello Freire, Josino Menezes e Balthazar Góes. Estes vão montar o cenário de preparação para a implantação da República.

Transformando-se num núcleo urbano e intelectual importante para a província, onde a diversidade social estava explícita em sua vida intelectual através dos teatros, dos Gabinetes de Leitura, das escolas, dos clubes e dos jornais que veiculavam os movimentos que estavam ocorrendo na época. O poderio da indústria açucareira refletiu-se em sua paisagem arquitetônica, na construção de sobrados, da cadeia, de igrejas, do mercado, de trapiches e de edifícios comerciais que no andar superior abrigavam a família do comerciante. (VILAS BÔAS, 2004, p.107).

Nesse período Laranjeiras florescia intelectualmente, tornando-se o centro de talento e da liberalidade sergipana na figura de pensadores como João Ribeiro, Maximiniano Maciel, Samuel Oliveira, Moreira Guimarães, Felisbello Freire e Balthazar Góes. Contudo, Felisbello Freire foi o que mais se destacou por ser um republicano militante que participou ativamente das mudanças políticas e intelectuais no Brasil. Em razão desse desenvolvimento cultural, econômico, social e político e por ser considerada o centro da intelectualidade e da propaganda republicana, Laranjeiras recebeu o codinome de “*Atenas Sergipana*”.

O desenvolvimento cultural Laranjeirense nas últimas décadas do império desenvolveu o setor artístico; assim demonstram a realização de espetáculos com artistas locais e nacionais de renome, empolgando o auditório. No

movimento musical destacou-se a atuação da lira de Carlos Gomes, criada em 1875, e, pelas composições feitas pelo maestro baiense².

(NUNES, 2006, p.223).

A produção intelectual da época pode ser comprovada através dos debates registrados nos jornais *O Horizonte* (1885-1886) *O Laranjeirense* (1887) e o *Republicano* (1888-1890). Nesses jornais é possível observar anúncios de casamentos, mortes, anúncios de produtos, compra, venda e fuga de escravos, debates políticos e religiosos principalmente após a chegada dos missionários presbiterianos, evidenciando o nível intelectual dos grupos envolvidos. Esses jornais também foram utilizados pelos protestantes para divulgação dos hinos e dos cultos, como mostra o anúncio intitulado “Voz de Deus”.

Diz Jesus o Salvador, vinde a mim e descansai, vinde mesmo como sois, Paz eterna procurai, crendo nesse seu amor, a Jesus eu me cheguei, confiando no Senhor. Paz, perdão e gozo achei [...] O hino em cima junto com outros serão cantados, no domingo que vem. Todos são convidados para assistir no culto Evangélico, as quartas feiras... da tarde e os domingos [...] de manhã e de tarde. Casa nº 131 Rua da Comandaroba. J. B. Kolb. Pastor. (Jornal O Horizonte, 19 de março de 1886).

Nos debates de cunho religioso, utilizava-se da Filosofia e Teologia para defender e divulgar os discursos apologéticos ou proselitistas. Esse tipo de debate tem início em 1883, quando os protestantes começam o processo de inserção do presbiterianismo, a partir do trabalho dos colportores (1867) e posteriormente dos missionários. Para Vilas Bôas (2000, p.120) foi o trabalho dos colportores que abriu as portas para a vinda do Reverendo Alexander Latimer Blackford, que ao passar pela província em 1878, quando ainda era agente da Sociedade Bíblica Americana, aproveitou a ocasião para pregar e vender bíblias.

Nesse período já havia convertidos à nova fé, entre eles Manuel Antônio dos Santos David e Antônio Manoel da Paixão, que juntamente com Blackford, em 28 de dezembro de 1884, instalaram a primeira Igreja Presbiteriana, na Rua Comandaroba, 131, no local que ficou conhecido como “Sobrado dos protestantes”.

2.1.1 A educação laranjeirense

No início da colonização em Sergipe (1575), os padres João Salônio e Gaspar Lourenço foram considerados os primeiros mestres no ensino, com sua prática voltada para a

² Refere-se ao músico Manuel Baiense conforme Nunes, 2006, p.301.

catequese indígena. A nomeação destes pelo governo monárquico representou “a primeira autoridade escolar” (NUNES, p.20).

Durante o período em que os padres jesuítas passaram em Sergipe não houve investimento por parte do governo imperial no tocante ao ensino, uma vez que o trabalho dos jesuítas não tinha como objetivo ensinar os filhos dos colonos e sim catequizar os índios. Dessa forma, em 1684 os colonos solicitaram ao rei que o governo português investisse na criação de escolas o que não aconteceu porque o ensino não era prioridade do governo. Mas, em 1759, porém, em virtude da querela entre colonos e jesuítas, o Marquês de Pombal expulsa os jesuítas da colônia, desapropria seus bens e cativa os índios que viviam nas missões.

Todavia, com a chegada da Família Real (1808), medidas foram adotadas com o intuito de melhorar a situação, pois boa parte da população não sabia ler e os filhos da elite não podiam ficar desassistidos. A educação implantada nesse período se baseou no ensino das primeiras letras e latim, e mesmo assim havia povoações que só tinham acesso a uma das duas cadeiras, a exemplo da Freguesia de Nossa Senhora da Cotinguiba (Laranjeiras) que só contava com a cadeira de latim. Por causa da contradição existente na estrutura curricular, em 1817 o laranjeirense Francisco Manuel Barcelos requereu do rei a implantação da cadeira de primeiras letras (NUNES, 1984, p.33).

Embora o decreto nº 179, da Constituição de 1824, previsse a organização de escolas primárias e gratuitas, isso não acontecia na prática, visto que as províncias passavam por sérios problemas financeiros e não conseguiam cumprir o que previa a lei. Desse modo, o campo educacional ficou aberto, à espera de escolas que pudessem desenvolver um ensino de qualidade.

Assim, em 1827, após longos debates para resolver os problemas educacionais, inspirados no modelo francês, ficou estabelecido que em todas as cidades, vilas e povoações deveriam existir o ensino de primeiras letras. Foi esta a estratégia utilizada pelo governo português para organizar o ensino no Brasil.

Em 1855, são instituídas mais cadeiras no ensino, a exemplo do francês, geometria, filosofia, geografia e história, principalmente em Laranjeiras, onde a matrícula estava assim distribuída: matriculados 85 alunos, sendo 30 em latim, 20 em francês, 7 em geometria, 6 em filosofia, 13 em geografia e história (NUNES, 1984, p.79).

Em virtude da precariedade dos prédios destinados ao ensino e como forma de incentivar o ensino privado, o Coronel laranjeirense Pedro Antônio de Oliveira Ribeiro doou

um prédio para o funcionamento de uma escola que atendesse ao sexo feminino. Isso era uma novidade na época, pois em virtude do regime patriarcal dominante, não era costume da sociedade se preocupar com o ensino voltado para o público feminino. Foi assim que as escolas particulares começaram a surgir, porém, com o ensino voltado para a religião do Estado. A Igreja Católica tinha uma grande preocupação para com a proliferação das escolas particulares e essa preocupação aumentou com a presença dos protestantes. Conforme Nunes (1984, p.118), o ensino particular primário superava o ensino público em qualidade.

Em 1875, a cana-de açúcar como principal produto apresentou uma alta na produção e na exportação. Esse fator favoreceu a proliferação e a prosperidade das escolas particulares, uma vez que, estas apresentavam um ensino de maior qualidade que o oferecido pelas escolas públicas. No entanto, em 1877 a seca favoreceu a decadência de muitos proprietários de terra e consequentemente a redução de alunos na esfera privada em virtude da falência destes proprietários. Apesar de muitas reformas no ensino, ainda era grande o número de analfabetos e o ensino conforme Vilas Bôas (2000, p.181), ainda era “caótico”.

Apesar de caótico o ensino, principalmente em Laranjeiras ainda contabilizou alguns destaques, entre eles o Liceu Laranjeirense (1883/1888) dirigido por Balthazar Góes, que contribuiu na formação dos filhos da elite laranjeirense, o Colégio Coração de Jesus (1899) dirigido pelo professor Delmiro José de Oliveira, o Colégio Nossa Senhora da Conceição(1903) dirigido pela professora Maria da Glória Chaves (1904) e a Escola Laranjeirense (1904) dirigida pela professora Euphrosina Guimarães. Interessa-nos neste momento pesquisar as relações políticas estabelecidas com os setores republicanos nesse contexto.

2.1.2 O Clube Republicano Laranjeirense e seus ideais

Politicamente, a sociedade da época vivia um cenário político bastante conturbado, em virtude do crescimento dos ideais republicanos. Os produtores de cana-de-açúcar e os grandes proprietários de terra estavam descontentes com certas leis criadas pelo Império, que alteravam a estrutura socioeconômica e prejudicavam sua lucratividade, dentre elas a Lei Euzébio de Queiroz (1850), a Lei do Ventre Livre (1871), a Lei Saraiva - Cotegipe (1885) e, por fim, a Lei Áurea (1888). A promulgação de tais leis aumentou a oposição dos grandes proprietários de terra ao Império, levando-os a simpatizar com ideais republicanos.

De certa forma, a Lei Áurea trouxe problemas para os fazendeiros,

Ao lado desses aspectos socioculturais havia problemas econômicos decorrentes da Lei Áurea: a grande queda nas produções agrícolas. A primeira safra de açúcar pós-abolição rendeu 29% da média anual exportada no período 1871/1888. Num Estado que dependia das exportações da produção rural, o impacto foi enorme. O patronato em grande parte endividou-se ou faliu, os comerciantes encontraram dificuldades, a arrecadação diminuiu e o governo passou a atrasar o pagamento dos funcionários públicos. A precária máquina pública se deteriorava. (DANTAS, 2004, p.17).

Nesse processo, o Clube Republicano teve um importante papel na divulgação das ideias republicanas através dos jornais da época. Para Nunes (2006, p.261), Felisbello Freire buscou trazer para as fileiras do partido republicano os senhores de engenho desgostosos com a abolição, a qual foi feita sem indenizações causando-lhes prejuízos.

Até meados do século XIX, a mão de obra básica da economia canavieira era a negra. Todavia, após a promulgação da Lei Euzébio de Queiroz em 1850, que abolia o tráfico de escravos, o problema com a mão de obra aumentou, causando prejuízo aos fazendeiros que cada vez mais sentiam no bolso a escassez desta na lavoura. Os republicanos tinham pressa em instaurar a República, facilitando de certo forma a propagação das ideias que fervilhavam pelas principais províncias no Brasil, comprovada através do artigo publicado no jornal *O Horizonte*:

Recebemos e muito agradecemos o folheto – Questões Rodrigues Lima – que nos foi ofertado pela digna comissão acadêmica baiana. É um enérgico brado de indignação contra o procedimento do governo do Senhor Pedro II, que despreza as verdadeiras ilustrações para atirar aos grêmios acadêmicos obtusos nulidades, não se lembrando que a mocidade brasileira exige elementos fortes para a dilaceração das densas nuvens de obscurantismo que ainda rodeiam o horizonte de nossa pátria. (Jornal *O Horizonte*, 19 de fevereiro de 1886).

A partir de 1870, além do fim do tráfico de escravos e da escassez da mão de obra os fazendeiros também tiveram que enfrentar a fuga de escravos e a crescente formação de quilombos. Os quilombolas, liderados por João Mulungu, considerado o “Zumbi sergipano”, muitas vezes armados invadiam as fazendas, para roubar, saquear e matar os senhores de engenho, em áreas próximas ao Vale do Cotinguiba, Japarutuba, Vaza Barris, Piauí e Poxim.

João Mulungu (1851-1876), escravo do Engenho Flor da Rosa, em Laranjeiras, teve como elementos motivadores a forma brutal como sua mãe foi morta (chicoteada até a morte) e os debates revolucionários como fontes de inspiração para a luta pela liberdade. O escravo Mulungu, por conta da sua atuação na Província junto aos escravos quilombolas foi caçado e

preso pela polícia em 1876, julgado e enforcado em praça pública. A prisão dele representou uma questão de honra para polícia local. Diante deste cenário, surgiram os abolicionistas que eram contrários à escravidão e utilizavam os jornais para incentivar o princípio da *liberdade, igualdade e fraternidade* e cobrar das autoridades o cumprimento da lei, a exemplo da Saraiva - Cotegipe, que libertava os escravos com mais de sessenta anos, promulgada em 1885, mas que até o ano de 1886 ainda não havia se cumprido de fato.

Não nos constando até a presente data que nesta província (Laranjeiras), se tenha declarado livres os infelizes favorecidos pela Lei do Sr. Saraiva, chamamos a atenção do Senhor presidente da província para que faça as autoridades competentes cumprirem o seu dever, a fim de que os pobres escravizados entrem no gozo daquilo que eles olham como sonho - a liberdade! Providências! Dando-as, escrita o Dr. Manoel Góes uma obrigação humanitária, que lhe compete. Seremos ouvidos? (Jornal *O Horizonte*, Laranjeiras, 3 de abril de 1886, p. 3).

O incentivo dos republicanos à libertação dos escravos era anunciado em jornais como gesto nobre, a exemplo de um noticiário publicado no dia 12 de fevereiro de 1886 exaltando um proprietário identificado como “Senhor Saraiva”, o qual no povoado de Tijuca, “libertou todos os escravos que possuía e convidou-os a trabalhar por preços módicos em suas terras” (Jornal *O Horizonte*, 12 de fevereiro de 1886).

Os republicanos do sétimo e do oitavo distrito de São Paulo que possuem escravos, vão libertá-los, todos no dia catorze de julho, aniversário da queda da Bastilha e consta que os seus correligionários residentes em outros distritos da mesma província aderirão à idéia. Não era de esperar outro procedimento, diz “A Vanguarda”, por parte daquele que tem por divisa-Liberdade, Igualdade e Fraternidade. (Jornal *O Horizonte*, 6 de maio de 1886).

Notícias desse tipo eram amplamente divulgadas pelo jornal, causando o descontentamento da elite canavieira. Por conseguinte, o jornal *O Horizonte* foi obrigado a fechar as portas e parar com a propaganda abolicionista. Porém, no ano seguinte (1887) surge o Jornal *O Laranjeirense*, editado por Josino Menezes, que juntamente com Felisbello Freire, se tornam mentores do movimento republicano que se instalou na cidade.

Já às portas da abolição, o escravo quilombola Cirilo Botto, que após a morte de Mulungu deu prosseguimento às revoltas, foi preso pelas autoridades da localidade e açoitado em praça pública, provocando a revolta da população. Nesse período, muitos senhores de engenho, percebendo que a abolição era iminente, resolveram libertar os escravos que estavam sob o seu domínio, como foi o caso do laranjeirense Antônio Fernandes de Barros

que alforriou três escravos no dia 17 de abril de 1888. A abolição da escravatura em 13 de maio de 1888 foi vista por Nunes (2009, p.251) como “algo necessário”, em virtude das transformações que ocorriam na sociedade brasileira (urbanização e industrialização) e do avanço do capitalismo. Com a consumação da Lei Áurea, assinada pela Princesa Isabel, os fazendeiros se viram às voltas com outro problema -, a indenização prevista por lei.

Aceitando como fato consumado a abolição dos escravos, os seus proprietários tentariam a indenização da perda sofrida, o que explica o ato de Rui Barbosa, Ministro da Fazenda da República proclamada ao mandar queimar os registros de escravos. Buscava, assim, fazer desaparecer as provas legais do direito pretendido de propriedade. (NUNES, 2006, p.252).

O papa Leão XIII enviou a todas as províncias do Brasil através do documento pontifício “*In Plurimis*” de 05 de maio de 1888, incentivo e apoio à libertação dos escravos, o que veio a acontecer posteriormente. (Livro da Cúria da Diocese de Aracaju, 1949, p.25).

Para muitos senhores de engenho, a abolição da escravatura trouxe prejuízos financeiros consideráveis. Esses fazendeiros eram integrantes dos antigos partidos liberais e conservadores, mas deixaram de lado seus antigos ideais políticos, unindo-se em um só partido (Republicano), para lutarem pelos mesmos ideais - instituir a República e acabar com a monarquia, como expressa o trecho do artigo intitulado “Processo da monarquia brasileira”, editado pelo jornal *O Horizonte*, de 1885:

(...) No glorioso afã de avassalador esses preconceitos, o ilustre brasileiro, cujo nome serve ao presente artigo, hasteou, com uma coragem cívica digna dos grandes acontecimentos a bandeira de uma grande formula social – a República (Jornal *O Horizonte*, 23 de outubro de 1885).

Conforme Nunes (2006, p.258), o Partido Republicano no Brasil começou a existir em 1870. Até então, os partidos existentes eram liberais e conservadores. Em Sergipe, até esse ano, não havia republicanos. Porém, com a vinda dos filhos dos senhores de engenho, bacharéis e médicos, novas ideias relacionadas à República começam a ser implantadas na cidade de Laranjeiras, por ser ali “o maior centro econômico e cultural da zona da Cotinguiba” (NUNES, 2006, p.260).

A maioria dos que ali chegaram como bacharéis e obtiveram a formação na Faculdade de Direito de Recife, onde conviveram com homens letrados e influentes como Silvio Romero, Tobias Barreto e Fausto Cardoso. Já os que obtiveram formação em Medicina, estudaram na Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia, entre eles; Felisbello Freire,

Serafim Vieira de Almeida e Josino Menezes. Então revoltados contra o Império, os fazendeiros unem-se a Felisbello Freire e formam o Partido Republicano, quando lançam um manifesto assinado em 18 de outubro de 1888.

A concretização de um partido republicano, a partir de 18 de outubro de 1888, aconteceu na cidade de Laranjeiras, com o lançamento do manifesto, e sua divulgação, apresentando ideias que vinham sendo divulgadas nos jornais: O Horizonte, O Laranjeirense e o Republicano. Em 1º de novembro, na residência de Alexandre José de Faro, era instalado o Clube Republicano e lançado os fundamentos do Partido Republicano de Sergipe, que teria como mestre intelectual Silvio Romero. (NUNES, 2006, p.261).

A escolha do nome de Silvio Romero como líder não foi por acaso. Nesse período residindo no Rio de Janeiro, estava envolvido nos debates ocorridos na capital do país, considerada o berço das ideias republicanas. Além do grupo de intelectuais citado, havia alguns lavradores, artistas, negociantes e um médico. Os integrantes eram identificados como a “elite Laranjeirense”. Os republicanos representantes da elite residente em Laranjeiras, assim como nas demais partes do país tinham contato com a maçonaria, conforme evidencia o fragmento abaixo,

Alguns dos republicanos de Laranjeiras eram iniciados da maçonaria e frequentavam a Loja Cotinguiba, fundada em 10 de novembro de 1872. Firmino José Rodrigues Vieira, por exemplo, engenheiro e um dos expoentes da propaganda republicana em Laranjeiras, entrou na maçonaria em 1873, enquanto José de Siqueira de Menezes, engenheiro militar e Marcelino José Jorge, também Militar, entraram na mesma Loja em 1881. Outros republicanos se tornaram maçons, declarando liberdade religiosa. (Pesquisa-Pesquisa de Sergipe/Infonet, 2005).

O fato dos republicanos estarem envolvidos com a maçonaria e terem declarado a liberdade religiosa favoreceu a inserção do presbiterianismo no cenário Laranjeirense. Logo a propaganda política iniciada em Laranjeiras se expandiu pelas demais povoações de Sergipe, entre elas: Estância, Itaporanga e Propriá. Os republicanos eram homens influentes e de acordo com Nunes (p.162) mantinham contato com os líderes republicanos do Rio de Janeiro, correspondendo-se com Saldanha Marinho, Aristides Lobo, entre outros.

Com a formação do Clube Republicano, formou-se também a chapa republicana do 1º Distrito para a escolha dos membros da Assembleia Provincial. Dentre eles, Josino Odorico Menezes – farmacêutico residente em Penedo, Dr. Leandro Diniz de Faro Dantas - engenheiro residente em Propriá, Manuel dos Santos David – negociante e habitante em Laranjeiras, José

Pinheiro dos Santos Silva - proprietário de terras residente na cidade. (*O Republicano*, 1 de setembro de 1889, p.1).

Toda movimentação em prol da República não envolvia as demais classes sociais. A Proclamação da República foi uma iniciativa dos setores da elite sem participação popular, de modo que os pobres continuaram pobres e os ex-escravos viviam agora desamparados e vivendo em estado de abandono e semiescravidão. A proclamação da República articulada por estes setores letrados sem a participação popular fez com que o povo assistisse a tudo, na expressão de Carvalho (1939, p.68) “bestializado”, evidenciando-se com isso que esta não ocasionou mudança na estrutura política da nação e não trouxe alteração significativamente à base econômica:

Apoiando o novo regime, as oligarquias se recompõem rapidamente e vão lutar pelo comando político do Estado dentro do Partido Republicano, surgindo logo às facções segundo os interesses das classes sócio-econômica dominante. Os antigos senhores da economia e da política não vão querer passar o comando do mecanismo administrativo do novo regime implantado aos integrantes do status médio da população, que haviam batalhado e enfrentado riscos para a queda do império (NUNES, 2006, p.264).

Com a Proclamação da República, em 1891 uma nova constituição foi criada, influenciada pela Constituição dos Estados Unidos, onde através do decreto nº119-A, foram instituídos; o casamento civil, como único casamento reconhecido pelo Estado; os cemitérios seculares; o ensino público e leigo e a não subvenção a qualquer culto ou igreja. Por ter um caráter liberal e modernizador, a nova constituição extinguiu de vez a hegemonia da Igreja.

2.1.3 A imprensa em Laranjeiras

A criação da imprensa em Sergipe data de 1832, quando monsenhor Antônio Fernandes da Silveira criou o primeiro jornal sergipano na cidade de Estância, o *Recompilador Sergipano*. O surgimento da imprensa veio como resultado do aumento das atividades mercantis e do desenvolvimento urbano. Por ser um produto raro e caro no início do século XIX, limitado à reduzida elite dos privilegiados da cultura e da fortuna, o jornal viu seu consumo estender-se a novas camadas sociais no âmbito da pequena burguesia e em seguida ao povo das cidades (ALBERT E TERROU, 1990, p.30). Desde sua criação os jornais sempre tiveram um papel formativo e informativo ligado a questões políticas, religiosas e a associações culturais e eram usados para instigar as ideologias políticas, o que incomodava muitos governantes que tentavam impedir certas publicações.

Apesar de ter surgido em 1832 na cidade de Estância, a imprensa em Laranjeiras só começou a funcionar a partir de 1841, com a publicação do jornal *O Monarquista Constitucional* (1841), seguido pelos jornais: *D. Pedro II* (1841-?), *O Triunfo* (1844-?), *O Guarany* (1847-1850), *O Telégrafo* (1848-?), *O Observador* (1851-1853), *Voz da Razão* (1851-1853), *A Coluna do Trono* (1864-1865), *O Horizonte* (1885-1886), *O Laranjeirense* (1887-1888), *O Republicano* (1888-1890), *O Cotinguiba* (1898-1899), *O Novo Século* (1900-?) e *o Gripho* (1901-?).

Dos jornais citados, *O Horizonte*, *O Laranjeirense* e *O Republicano* na segunda metade do século XIX ganharam destaque por servirem de veículo de disputa religiosa entre católicos e protestantes. Além desse aspecto, *O Republicano* se destacou no cenário político, pois serviu como meio de divulgação das ideias republicanas.

O jornal *O Horizonte* nas palavras do Cônego Filadelfo “é um jornal simples e não ambicionava glórias” (OLIVEIRA, 1981, p.141) e tinha como proprietário F. Policiano e administrador Manuel Baiense. Porém por defender as ideias abolicionistas foi obrigado a fechar as portas. Em 1887 surge o Jornal *O Laranjeirense*, que em 1888 funde-se ao jornal *O Republicano*, sendo este órgão do partido republicano, tendo como redatores Felisbello Freire, Josino Menezes, Lima Junior, Moreira Guimarães e como proprietário o senhor Joaquim Anastácio de Menezes. Os três jornais serviram como fonte para o estudo da inserção do protestantismo, bem como dos conflitos religiosos ocorridos na segunda metade do século XIX. Sobre esse assunto trataremos mais à frente no capítulo três.

2.2 HEGEMONIA E MONOPÓLIO DA IGREJA CATÓLICA NA SOCIEDADE LARANJEIRENSE

Durante muitos anos a Igreja Católica no Brasil reinou absoluta exercendo o seu poder; isto se deu da colonização até a segunda metade do século XIX. O domínio da Igreja era presente em todos os aspectos da vida religiosa. Tudo passava por suas mãos: casamento, batismo, sepultamento, etc. No entanto, quem professasse uma fé contrária a esta instituição religiosa era excluído de tudo.

2.2.1 Monopólio sobre a constituição familiar: casamento

A Igreja Católica controlou toda a vida religiosa da sociedade brasileira, incluindo os registros de nascimento, casamento e óbito, principalmente a partir da Constituição de 1824 e do decreto de 3 de novembro de 1827, que tornavam o casamento indissolúvel e só era aceito legalmente se realizado pelos sacerdotes da Igreja Católica. Por isso, com a chegada dos imigrantes e posteriormente dos protestantes, o casamento realizado pelos pastores presbiterianos não era reconhecido nem aceito. Nesse caso, era necessário discutir o que fazer com os casamentos entre não católicos.

Diante desse problema, o Pleno Conselho do Estado se reuniu em 29 de maio de 1856 e aceitou a proposta do Senador José Tomas Nabuco de Araújo de que o casamento civil deveria ser realizado antes do casamento religioso e que devia ser suficiente para gerar todos os efeitos legais, mesmo sem a realização do casamento eclesiástico. Por este projeto, os casamentos mistos (católicos e protestantes) e não católicos seriam permitidos por lei. Em caso de dissolução do casamento católico, a decisão ficava a cargo dos tribunais eclesiásticos e no caso dos casamentos mistos e entre protestantes, a responsabilidade era dos juízes do império.

De acordo com o Decreto nº 1144, de 11 de setembro de 1861, foi sancionada a lei que regulamentava o casamento com efeito civil por pessoas que não professassem a religião católica. A mesma lei estabelecia condições para que os pastores protestantes tivessem poderes em atos com efeito civil. Mesmo com o decreto, o reconhecimento da legalização, além de ser polêmica, foi “árdua e gradativa” (VILAS BÔAS, 2000, p.65).

Por conta dessa polêmica, em 1889, apesar da instituição do decreto, dando poderes aos pastores protestantes para a realização do casamento civil, ainda era possível observar conflitos, a exemplo do casamento do ex-padre José Pedro Vieira, com a empregada do pastor John Kolb (1886-1892). Arrepentido, o ex-padre pediu a anulação do casamento protestante para que pudesse se casar novamente pela Igreja Católica. O caso foi registrado no Jornal *O Republicano*, com o título “Dedo da província”.

Se por ventura é crime moral entregar-se a humanidade dos braços negros e torpes do vício nobre (...) procurar sempre os meios de debelá-los. O homem é sujeito ao erro, eis que desde remotos tempos se tem (...) e por esta razão, tão eloquente venho com rudeza de minha linguagem declarar às autoridades do meu país que dora avante deixei de militar a seita dos luteranos os quais fui arrastado pelas práticas de alguns sectários, ou corifeus da (...) seita e pela necessidade de ganhar o desgraçado pão de cada dia és de casa de um folguedo a quem trabalhava.

Em relação às suas convicções religiosas o padre ainda declara:

Minha crença, de berço deixei saudoso, mas comigo restava-me a magoa e a saudade da religião de ideal sublime e encantador. Dora avante será sempre firme e fiel soldado do exército de Jesus, aquele poder divinal que baixou a terra, escolhendo a virgem santíssima para a sua mãe.

Ao fazer referência ao presbiterianismo, tenta justificar o “erro”:

No presbiterianismo casei com uma jovem sem recursos a qual servia de ama na casa do Sr. Kolb a qual após semelhante passo tão desastroso tem se declarado também arrependida de ter por engano e por falta de recursos intelectual abraçado a mesma seita comigo. (...) Felizmente o santuário do templo está aberto para aqueles que arrependidos do erro, o procuram; portanto com a mesma moça tenho de casar-me pela Igreja Católica Romana, na matriz desta cidade. João Pedro Vieira (Laranjeiras, 20 de outubro de 1889, *Jornal O Republicano*).

Esse pedido foi refutado por Manuel dos Santos David, através do artigo “Ao Sr. José Pedro Vieira e ao público”.

[...] Se nós nos tivéssemos enganados recebendo-o por sua profissão de fé no nosso grêmio e o Sr. agora estivesse arrependido do passo dado era tão natural por reconhecermos as especulações que não admiraríamos. Mas a coisa é outra: Vm. Casou-se como acatólico pelo pastor protestante e na forma da lei no país. Todas as religiões existentes neste país, exceto a católica romana envolve-se no nome acatólico. Vm. Ainda não tinha declarado qual das comunidades pertencia ou mesmo se ficava na que nasceu depois de declarar-se católico para poder casar-se na igreja que não cobra tanto por isso e tanto por aquilo. Casou-se. Está casado na forma da lei do país e este casamento é válido como o meu que foi pelo pároco e não pode ser dissolvido, como já diz nem pelo padre, nem pelo bispo, nem pelo papa, salvo se neste país é somente para inglês ver. O pastor protestante casa em virtude dessa lei, registrou seu título na secretária do governo desta província e em virtude da mesma o presidente da província tem dado licença para casamentos entre parentes na forma da Lei do artigo 17 do regulamento de 1863. Ora o padre que o receber em matrimônio segunda vez, sem causa mortis, tem dissolvido o primeiro: alterado o pastor no seu exercício de um direito constituído o qual não pode deixar de queixar-se ao governo por meio de representante de sua nação. [...]

O protestante Manuel dos Santos David demonstra possuir conhecimento legal sobre o casamento misto,

O pároco da Religião do Estado, como o pastor da religião protestante é um instrumento que se serve o Estado para a constituição da família brasileira, segundo vemos no artigo de lei que nos diz “Aos casamentos celebrados por pastores evangélicos, são extensivos os efeitos civis, do mesmo modo como

os casamentos celebrados por párocos da Religião do Estado”, Lei nº 3069 de 17 de abril de 1863. Logo não é o padre e o pastor que dá força a esses contratos e sim a lei. Se amanhã a lei disser “Só o escrivão pode celebrar o casamento por meio de escritura pública e o que assim não for celebrado não terá efeitos civis”, nem o celebrado pelo pároco da Religião do Estado, nem o celebrado pelo pastor da Religião Protestante terão validade. Tudo mais que disser é tolice. (*Laranjeiras*, 21 de outubro de 1889, *Jornal O Republicano*).

O decreto de nº 181, de 24 de janeiro de 1890, que estabelecia o casamento civil, retirando da igreja o monopólio sob este ato, foi criado antes mesmo da nova constituição que regeria os rumos do país. Com a perda da hegemonia católica, os atos como nascimento, casamento e óbito, passaram a serem atribuições das instituições públicas, as quais passariam a registrar esses atos em registros civis.

2.2.2 Monopólio eclesiástico sobre os corpos e a criação dos cemitérios públicos

A relação entre o fiel e a igreja, era decisiva principalmente na hora da morte. O fiel que vivia nas áreas mais afastadas, por falta de padres, muitas vezes morria sem a extrema unção. A falta de cemitérios nesse período favorecia o sepultamento em capelas ou em terrenos da própria casa, dando prosseguimento, mesmo depois da morte à convivência familiar, fazendo com que mortos e vivos convivessem em família. Por conta disso eram comuns os relatos de vultos, ruídos, barulho de porta batendo. (FREIRE, 1933, p.19).

Em povoados maiores, esses sepultamentos aconteciam no terreno das igrejas. Contudo, nem todos tinham esse privilégio. Em virtude do custo, esse direito era reservado somente à elite ou aos que faziam parte das irmandades e confrarias. Os padres nesse período exigiam pagamentos por tudo e o pagamento tinha que ser adiantado.

Muitos exigiam pagamento até pela realização de seus deveres oficiais. Casamentos e funerais não se faziam sem que se pagasse adiantado. A comunhão era recusada até que se recebesse uma doação. Mesmo os últimos sacramentos se recusam aos agonizantes enquanto não se extorquisse uma soma em dinheiro. (LEIGH E BAIGENT, 2001, p.27).

Essa forma de sepultamento favorecia a igreja, as irmandades e as confrarias, que tinham nessa prática um comércio lucrativo e conseqüentemente se posicionaram contra a lei assinada pelo imperador D. Pedro II, que assim o fez, por ver nessa prática uma questão de higiene pública, em virtude do mau-cheiro exalado pelos corpos em decomposição. A

construção de cemitérios deveria agora ser feita longe dos centros urbanos por se tratar de um projeto civilizador e higienizador.

A lei imperial de 1º de outubro de 1828 instituiu a criação de cemitérios públicos e a proibição de sepultamento dentro das igrejas. Porém, até 1875 essa ainda era uma prática comum, como nos mostram as lápides dos túmulos de D. Maria Benta de Oliveira Ribeiro Barreto (1855) e do tenente Coronel José Francisco de Menezes Sobral (1874) entre outros existentes na Igreja de Nossa Senhora de Comandaroba. Essa lei fazia parte de um projeto liberal do governo, que para Reis (1980, p.275) era um mecanismo eficiente de intervenção nos costumes do povo.

Para os médicos, a localização dos cemitérios deveria ser fora da cidade, longe das fontes de água, em terrenos altos e arejados, onde os ventos não soprassem sobre a cidade. Além de murados, os novos cemitérios deveriam ser cercados por árvores que purificassem o ar (REIS, 1991, p.260).

Em Sergipe existiam muitas irmandades. Em Laranjeiras destacamos a Irmandade de S. Benedito e Nossa Senhora do Rosário (1837), a Irmandade Sagrado Coração de Jesus (1841), e a Irmandade Santa Casa da Misericórdia (1864) que usufruíam de certo prestígio social. Essas irmandades faziam parte das confrarias que eram administradas por juízes e provedores.

De acordo com Reis (1991, p.49) cada templo acomodava diversas irmandades, que veneravam seus santos patronos. Essas confrarias eram associações que faziam obras de caridade e cujos membros eram pessoas que pertenciam à elite ou a camadas que aspiravam ascensão social. Dessa forma era evidente na região do Cotinguiba a distinção social religiosa, a exemplo da Igreja de São Benedito e Nossa Senhora do Rosário (negros), Nossa Senhora da Conceição (da elite canavieira) e a Igreja de Nossa Senhora dos Pardos (pardos).

A desigualdade social entre senhores e escravos aparece dentro da própria Igreja Católica. Esta Instituição converte os escravos, ajudando o Estado Português na obra colonizadora [...] Para tanto, mantém internamente a separação de classes, como é o caso das confrarias religiosas. Umas de composição exclusivamente aristocrática e outras compostas exclusivamente por escravos ou pessoas de baixa condição social. (GONÇALVES, 2013, p.314).

Essa distinção era vista até na hora da morte, onde os pagãos, maçons, protestantes e judeus não tinham direito ao sepultamento nas igrejas e nem nos terrenos no entorno da igreja. Os protestantes eram os mais excluídos como mostra a notícia divulgada no Jornal *Imprensa*

Evangélica, cujo título da notícia era “Recusa de enterro”, o qual faz referência a um episódio ocorrido em São Bernardo, na Província de São Paulo:

Em São Bernardo, lugar que dista quatro léguas desta capital, falecera um filho de menor idade daquele Senhor, a quem foi negado a sepultura pelo vigário e pelas autoridades daquela paróquia, Vendo-se nas mais cruéis desesperanças, o Sr. Bernini de novo pediu consentimento ao vigário para enterrar seu filho no cemitério municipal e este lhe respondera duramente ‘que os protestantes se enterravam no mato’ (*Imprensa Evangélica*, 19 de julho de 1884).

Apesar da existência da lei, a recusa aos sepultamentos dos protestantes ainda persistia. Essa atitude obrigou os protestantes a criarem cemitérios particulares em várias regiões do Brasil, a exemplo do Cemitério do Redentor (São Paulo), O Evangélico (Brotas – SP), dos Ingleses (Rio de Janeiro) e dos Protestantes no Povoado Lavandeiras (Laranjeiras – SE). Vilas Bôas (2000, p.7) acredita que a existência desse cemitério, no Povoado Lavandeiras, revela a exclusão do sepultamento de protestantes.

2.2.3 Problemas com o clero e a questão religiosa

Quando da chegada dos presbiterianos ao Brasil, especificamente em Laranjeiras, durante o século XIX, a Igreja Católica passava por problemas estruturais, entre eles: a fraca condição econômica da igreja, que nesse período dependia da ajuda financeira da coroa para pagar os salários dos bispos e dos padres; o clero católico brasileiro tendia a ser jansenista³ envolvido em questões políticas, negligenciando seus deveres sacerdotais, e a progressiva extinção do regime de padroado que vinculava muitos padres ao serviço público do Estado, onde as nomeações estavam mais ligadas a questões políticas e pouco se importavam com as necessidades religiosas do povo.

Além dos problemas estruturais, a Igreja enfrentava problemas relacionados ao comportamento socialmente reprovável de alguns padres, o que contribuía para aumentar o descrédito do clero. De acordo com Souza e Mello (1986, p.106) circulavam muitas críticas a padres que eram vistos circulando em trajes civis (sem batinas que os identificassem) acusados da prática de jogos de azar, de alcoolismo, de extorsão de fieis, abuso de mulheres, defloramentos e da prática de concubinato. Muitos padres não se dedicavam à instrução ou à

³Nome dado à tentativa de reforma e reavivamentos dentro da Igreja Católica, no século XVII, baseada nos preceitos religiosos de Fleming Cornelius Otto Jansen (1563-1638), Bispo de Ypres. (VIEIRA, 1980, p.29).

evangelização do fiel, estando, ao contrário, envolvidos com a corrupção de forma geral. Ou seja, o povo não era prioridade. Algumas vezes registrava-se em jornais o desatino dos sacerdotes.

O reverendo sacerdote Francisco José Bernardo, vigário de Caravelas, está sendo processado pelo fato de ter raptado uma rapariga menor de idade de nome Bernardina Ramos de Almeida, na capital da Bahia. É acusado como mandatário o seu criado Manuel de Tal. (Jornal *O Republicano*, 1º de setembro de 1889, p.2).

Muitos sacerdotes, apesar de terem feito voto de pobreza, eram proprietários de engenho, adquiridos por herança ou por compra, a exemplo do padre Antônio José de Oliveira, que ao morrer deixou o engenho Monte Alegre como herança aos seus irmãos, conforme a transcrição abaixo.

Ilmo. Sr. Dr. Juiz Municipal da Comarca de Laranjeiras:

O Pe. Pedro Antônio da Silva Nogueira, morador nesta cidade vem requerer a (ilegível) a assistência de dois oficiais de justiça e de alguns praças de destacamento ao ato de disforço (ilegível) pratica firmado no direito que lhe confere a ord. da lei 4º t.58 § 2º recuperar a posse antiga, justa e legítima que tem nos terrenos do extinto engenho – Monte Alegre deste termo do qual for em parte espoliado (ilegível) José Diniz de Faro, morador do engenho Vitória também deste termo. Assim o suplicante recorre ao mais seguro e presente meio de disfarço e segue a praça e atestado E. Almeida e Souza no seu tratado de interdito desde o § 10 até o § 20. E pra justificar a proteção e assistência do poder público o suplicante oferece a ilustrada apreciação de V.sa à seguinte exposição de motivos, ou relatório dos fatos de que deduz o direito que se propõe exercer. O engenho Monte Alegre atualmente extinto é a propriedade do Pe. Antônio José de Oliveira. Por falecimento do Pe. Antônio, em 1855, passou o engenho Monte Alegre pro indiviso aos seus herdeiros, isto é, seus irmãos. (Arquivo Público do Judiciário/Se, 1878).

Desde 1861, quando o Estado sancionou a lei do casamento misto entre acatólicos, dando poderes aos pastores protestantes a realizar atos com efeito civil, a Igreja Católica começou a perder a sua hegemonia. A partir de então, a relação entre a Igreja e a coroa sofreu um abalo e logo começaram os debates em torno da separação entre a Igreja e o Estado.

Essa disputa de poder entre o papado e o império se transformou em uma verdadeira guerra. Isso era comprovado através da forma como o Estado intervia nas decisões da igreja, a exemplo das penas atribuídas aos padres D. Antônio Macedo Costa (1873) e D. Vital (1874), que foram condenados a quatro anos de reclusão, mas conseguiram a suspensão da pena pelo imperador. Assim, na questão religiosa, a disputa entre os bispos e o imperador apresentava uma fachada doutrinária, mas o que estava realmente em jogo era o poder dos bispos e o poder do imperador. (MENDONÇA, 2011, p.71).

Dessa forma, no dia 7 de janeiro de 1890, de acordo com o decreto de nº 119-A, o Estado separa-se da igreja, ficando proibida a intervenção da autoridade federal e dos estados federados, assegurada a liberdade de culto, decretada a extinção do regime do padroado, reconhecimento jurídico e autorização para construção de templos de qualquer credo religioso (Livro da Cúria da Diocese de Aracaju, 1949, p.24). O decreto foi assinado na sala das sessões do governo provisório e estavam presentes: Manuel Deodoro da Fonseca, Aristides da Silveira Lobo, Rui Barbosa, Benjamin Constant Botelho de Magalhães e Eduardo Wonderkolk M. Ferreira de Campos.

No Jornal *O Republicano*, no artigo intitulado “Vicente Ribeiro”, foi noticiado que os adeptos do protestantismo em Laranjeiras receberam satisfeitos os decretos da separação da Igreja do Estado, fazendo subir ao ar muitas girândolas e foguetes. (*O Republicano*, 16 de janeiro de 1890).

Esse conflito entre a Igreja e o Estado (questão religiosa) corroborou para que a proposta liberal e modernizante do protestantismo ocupasse o vazio social deixado pela Igreja Católica Romana, obrigando-a a tomar uma atitude, com o intuito de fortalecer e reconstruir sua imagem perante a sociedade. Porém era necessária uma reforma interna, uma vez que o clero não cumpria sua missão ministerial. Para solucionar o problema, a Igreja trouxe padres estrangeiros, principalmente da Itália, para suprir a demanda.

O conflito entre as duas instituições constituídas (Igreja – Estado) sofreu intervenções ideológicas da maçonaria, que nesse período era influente no cenário nacional e contava com o apoio da coroa, de alguns padres e de membros das confrarias e irmandades. Muitos padres que aderiram à maçonaria foram obrigados pelo papado a abjurar da mesma sob pena de serem suspensos das ordens religiosas às quais pertenciam. Dos padres envolvidos, somente dois foram expulsos, por não obedecerem às ordens de Roma. Além dos padres, as confrarias também foram obrigadas a abandonar os ideais maçônicos sob pena de excomunhão.

A preocupação da Igreja Católica com os ideais protestantes e a propagação dos ideais maçônicos era grande. Prova disso foi o documento pontifício *Exortae in istáditione* dirigido a todos os bispos do Brasil, do dia 29 de abril de 1876, no qual o papa Pio IX solicitava o empenho do clero para livrar os fiéis da influência da Maçonaria. (Livro da Cúria da Diocese de Aracaju, 1949, p.25).

2.3 PROTESTANTISMO: UM NOVO AGENTE NO CAMPO RELIGIOSO LARANJEIRENSE

Com a introdução do Protestantismo através do trabalho dos colportores e posteriormente dos missionários, observa-se a chegada de um novo elemento que fará parte da sociedade, composta inicialmente pelos católicos e pelos adeptos das religiões de matriz africana. Esse novo elemento irá causar uma desestruturação social e religiosa, principalmente na Igreja Católica, que para Andrade (2010, p.111) era vista como instituição divina, portadora da verdade absoluta e eterna, sendo sua doutrina, indiscutível e inefável, não admitindo questionamentos ou impugnações.

Esse poder hegemônico, inquestionável, soberano e absoluto foi abalado com a chegada dos missionários norte-americanos, que defenderam o livre acesso à leitura da Bíblia como fonte de conhecimento, a exclusão da figura do padre como intercessor entre Deus e o homem, o questionamento do purgatório como algo inexistente e a condenação da adoração às imagens como algo contrário às sagradas escrituras.

A tradução da Bíblia para o vernáculo por Lutero e por outros que se seguiram, como a Bíblia de Genebra e visão inglesa do rei James, pela primeira vez iam tornar as escrituras disponíveis para os leigos que poderiam lê-las por si mesmos, sem a máquina de interpretação e filtragem do sacerdócio. (LEIGH E BAIGENT, 2001, p.141).

A sociedade da época estava organizada de forma hierárquica de acordo com valores religiosos, de modo que a organização da Igreja Católica estava relacionada à política. As povoações tinham a sua organização constituída pelos poderes civis, religiosos e jurídicos, centralizados em um único espaço. Para Mendonça (2008, p.135), a presença oficial da igreja se confundia com a presença da sociedade organizada hierarquicamente, com sua organização de trabalho.

As comunidades mais afastadas das cidades eram adeptas de um catolicismo politeístico⁴ e nômade, baseado numa relação de troca com os santos de devoção. A maneira como estes viviam a religiosidade, baseava-se em uma espécie de aliança ou pacto mediante o qual o fiel oferecia missas, pagava penitências e realizava atos de devoção com o intuito de ter uma vida secular facilitada e a garantia da vida eterna. Mendonça (2008, p. 136) denomina essa aliança entre o fiel e o seu santo de devoção de “relação contratual”, em que o fiel faz o

⁴Conforme a tipologia de Bourdieu adotada por Mendonça (1984, p.135) quando propõe que “o mundo do homem pobre com seus santos nômades” correspondia a essa forma de religião.

pedido e o santo concede-lhe a graça. Porém o contrato geralmente é temporário, findando logo que se atinge o nível de satisfação esperado ou a graça almejada. Se as circunstâncias mudarem e outras necessidades forem mais urgentes, a devoção migrava para outro santo, mais “competente” em relação ao tipo de graça pretendido.

Apesar de os donos de terras construírem capelas em suas propriedades, isso não significava que desejassem a presença do padre. Ao contrário, as capelas serviam para devoções pessoais. Desse modo, mantinha-se um tipo de religiosidade mais fluída, íntima e pessoal com os santos, dando origem a uma forma própria de devoção.

Os fiéis que viviam em sítios muitas vezes não queriam a presença do padre fixo, pois isso gerava gastos no cotidiano religioso, que iam desde o cumprimento de suas devoções e penitências à participação nas festas comunitárias, e a construção e manutenção de capelas. Mendonça acredita que esse fator favoreceu a aceitação da presença protestante, uma vez que os pastores, diferente dos padres, eram mais humildes: hospedavam-se nas casas dos sitiantes, comiam com eles, ou seja, de certa forma, tornavam-se iguais a eles. Os cultos eram realizados em qualquer lugar e não geravam gastos para os paroquianos.

O culto protestante não exigia nem capela, aliás, elas não podiam mesmo ser feitas por causa das leis que regulamentavam os cultos não católicos. O culto protestante realizava-se em qualquer lugar: na sala de um dos membros da comunidade do bairro, ou mesmo sob um coberto ou uma árvore. (MENDONÇA, 1984, p.150).

No cenário rural, prevalecia o regime de apadrinhamento social, de modo que as pessoas mais simples se sentiam mais ligadas aos senhores de engenho do que à igreja. É nesse cenário de religiosidade popular funcional e familiar que o protestantismo tenta inserir sua mensagem religiosa e encontra um campo religioso até certo ponto aberto, em virtude da presença escassa de padres que compareciam ocasionalmente para prestar assistência sacerdotal, por ocasiões de festas ou visitas anuais. Essas visitas ocasionais dos padres, para cumprir os atos de desobrigas e os rituais de morte e vida, facilitaram a inserção das mensagens protestantes.

As paróquias no interior, raramente dispunham de um clérigo residente e muitas vezes um único vigário atendia mais de uma freguesia. As dificuldades, as vias de acesso e a dificuldade dos meios de transporte faziam com que muitas paróquias recebessem apenas uma visita clerical por ano. (ANDRADE, 2010, p.94).

Porém, a chegada dos missionários presbiterianos nessas regiões e a mensagem anunciada foi bem recebida por alguns setores da população, que se converteram ao protestantismo, rompendo com a religião tradicional.

Por certo, o século XIX foi decisivo dentro do contexto social e político nacional. Fatos como a instituição do casamento misto (1860), a chegada dos protestantes (1883), o fim da escravidão (1888), a Proclamação da República (1889), a separação entre a Igreja e o Estado (1890) e a Primeira Constituição republicana (1891), foram responsáveis pela nova organização social, política e religiosa de Laranjeiras, na segunda metade do século XIX. Interessa-nos agora pesquisar as relações políticas estabelecidas com os setores republicanos nesse cenário, principalmente após a chegada dos protestantes.

3 PROTESTANTES NO CENÁRIO NACIONAL E SUA INSERÇÃO EM LARANJEIRAS

Para compreender como um movimento iniciado na Alemanha no século XVI se propagou e chegou ao Brasil é necessário fazer uma retrospectiva histórica a partir da Reforma protestante, até a chegada dos missionários presbiterianos ao Brasil, bem como traçar um paralelo entre os problemas eclesiais que afligiam a Igreja Católica, e que, de certa forma, favoreceram a chegada e permanência dos protestantes, possibilitando sua ascensão social, mesmo perante as perseguições e limitações a eles impostas.

O processo de reformas religiosas no Ocidente deu seus primeiros passos com John Huss (1369-1415), que assim como Lutero, opôs-se à Igreja Católica. Nas palavras de Moura (2011, p.19) John Huss “ousou contestar a vida ostentosa do papa e dos cardeais de Roma”. E como consequência desta contestação, Huss foi condenado pelo Concílio de Constança a ser queimado vivo na fogueira, tratamento comum na época a todos que se posicionassem contra a Igreja Romana.

Huss é considerado um “pré-reformador” porque seu protesto, um tanto isolado, não atingiu naquele momento o mesmo impacto do movimento liderado pelo monge agostiniano Martinho Lutero no século XVI. E este, por questionar algumas evidências teológicas que se desenvolveram no catolicismo, questões práticas como a venda de indulgências, foi excomungado pela Igreja Católica. De acordo com Passos (2005, p.45), mesmo sem querer instituir um novo credo religioso, Lutero iniciou uma revolução religiosa, que abalou a estrutura da Igreja Católica Romana. Além de fatores internos, pesava ainda contra a Igreja a insatisfação por parte de setores da nobreza, a sede espiritual da população e a situação moral dos sacerdotes. Conforme Almeida (2014, p.146), esses fatores “provocaram a necessidade de Reforma na Igreja no século XVI”, cujo lema era a justificação pela fé. Ou seja, a ênfase de que o relacionamento saudável com Deus não era derivado da obrigação para com o cumprimento de boas obras, e sim através da fé na obra redentora de Cristo na cruz.

Lutero tinha interesse que a sociedade tivesse acesso à Bíblia, e com a invenção da escrita por Johannes Gutemberg (1398-1468) no século XV, durante o Renascimento, houve a impressão do primeiro livro - a Bíblia. Após a tradução, inicialmente do Novo Testamento (1522), na língua alemã e a repercussão alcançada, muitos países começaram a ter interesse pela leitura do Livro Sagrado, o que ocasionou uma explosão na divulgação e nas vendas. Todo trabalho visava o acesso à leitura da Bíblia, que até aquele momento era algo inviável,

pois as bíblias existentes eram escritas em latim e o acesso só era possível ao clero, monges e teólogos católicos.

A impressão da Bíblia inglesa teria causado um impacto político e cultural de incalculável dimensão, passando a servir como “livro de consulta” para assuntos, não apenas da igreja, mas do Estado, no qual monarcas e outros senhores poderosos iam buscar aconselhamento para as suas decisões. Além disso, favoreceu o acesso ao conhecimento bíblico, desobrigando o povo do jugo dos monges, bispos e teólogos católicos. (NASCIMENTO, 2012, p. 95-96).

Com a propagação das ideias reformadas por parte de Lutero, Zwinglio (1483-1531) e da impressão da Bíblia, o movimento ganhou notoriedade e agregou outros teólogos, por exemplo, João Calvino (1509-1564) e João Knox (1513-1572), sendo Calvino referência na formação da Igreja reformada. Sua competência e habilidade conferiram à reforma a necessária institucionalização, abandonando o jogo de palavras e aderindo a um pensamento racional. (SOUZA, 2013, p.15). As habilidades de Calvino favoreceram o movimento reformador, que mesmo em meio às perseguições religiosas conseguiu consolidar-se em muitas regiões da Alemanha, França, Suíça, Países Baixos e na Escandinávia.

Na Holanda, o Calvinismo foi implantado durante a guerra da independência contra a Espanha, e como consequência de tais conflitos os Países Baixos se dividiram em dois grupos: o católico predominante na Bélgica e Luxemburgo e o reformado, com maior adesão na Holanda. Nas Ilhas Britânicas, o movimento reformado teve forte adesão na Escócia, sob a liderança de John Knox, que organizou o sistema presbiteriano de governo. Ou seja, aquele no qual a comunidade eclesiástica é “governada por uma assembleia ou conselho de presbíteros” (ALMEIDA, 2014, p.164).

Em 1535, através do Ato de Supremacia, a Igreja Católica da Inglaterra se separa de Roma e inicia um processo de mudanças na liturgia, fazendo com que esta adquirisse características oriundas das reformas luteranas e calvinistas, bem como alguns de seus princípios éticos. Os presbiterianos britânicos conhecidos como “puritanos” chegaram a liderar um movimento de guerra civil que visava, entre outras coisas, derrubar a monarquia e implantar, também na Inglaterra, um sistema de governo eclesiástico presbiteriano. Após a restauração da monarquia em 1620, muitos puritanos emigraram para a América do Norte a fim de povoar as colônias britânicas daquela região e defender seus ideais de liberdade religiosa, longe das perseguições.

As igrejas presbiterianas cresceram rapidamente na América, onde nos séculos seguintes organizaram a Junta de Missões Estrangeira. Em 1859, essa mesma Junta aprovou o envio do missionário Asbhel Green Simonton ao Brasil para implantar o presbiterianismo.

3.1 TENTATIVAS DE IMPLANTAÇÃO DO PROTESTANTISMO NO BRASIL COLÔNIA

No Brasil, antes da chegada dos missionários presbiterianos, ocorreram algumas tentativas de implantar o Protestantismo. A presença estrangeira inicialmente se deu quando os franceses aportaram na baía da Guanabara (1555-1560) e posteriormente quando os holandeses invadiram o Recife (1630-1654). Nenhuma dessas tentativas logrou resultados em longo prazo, pois ambos os povos foram expulsos pelos portugueses. Contudo, os holandeses deixaram resquícios de sua cultura e da sua religiosidade através do trabalho missionário realizado entre os índios, inclusive uma cartilha trilingue escrita em tupi, holandês e português como princípio de evangelização.

Todavia, a população brasileira só foi diretamente afetada pela presença de cristãos não católicos quando começaram a chegar ao Brasil, nos anos de 1850, os primeiros missionários protestantes que vieram com a finalidade explícita de propagar sua fé (MENDONÇA E VELASQUES, 2002, p.12).

Em virtude da ocorrência da invasão holandesa, a Coroa portuguesa proibiu a presença de estrangeiros no Brasil, com exceção dos que viessem oficialmente em missões diplomáticas ou comerciais autorizadas pela coroa. Segundo Mendonça (2008, p.41), até a vinda da Família Real não houve mais protestantes no Brasil. Mas com a chegada da Família Real em 1808 e a abertura dos portos às nações amigas de Portugal, a Coroa assina em 1810, com a Inglaterra, o Tratado do Comércio e Navegação, que na visão de Reily (2003, p.48) traçou as linhas mestras que seriam inseridas na Primeira Constituição do Império do Brasil (1824), garantindo a todos os residentes o direito de praticar a sua religião em particular. Mendonça acredita que tanto a Constituição de 1824, como a de 1891, reduziu a hegemonia da Igreja Católica.

Assim, progressivamente, da constituição de 1824 até 1891, foi sendo reduzida a hegemonia católica e os protestantes foram conquistando o seu lugar. Vieram, espalhando suas bíblias e praticando seu culto dentro de normas legais muito restritivas, tanto à propaganda religiosa como as formas arquitetônicas de seus lugares de serviço religiosos. (MENDONÇA, 2008, p.42).

A Constituição do Império de 1824 legalizava a presença de acatólicos no Brasil, mas, ao mesmo tempo limitava seus direitos à prática religiosa. O Artigo 5º dessa mesma

Constituição determinava que “todas as outras religiões seriam permitidas com seu culto doméstico e particular, em casas para isso destinada, sem forma alguma exterior de templo” (REILY, 2003, p.48). Ou seja, não havia no Brasil possibilidades para o desenvolvimento de uma arquitetura protestante. O primeiro “templo protestante” (na verdade, apenas uma capela) foi construído somente em 1819, por imigrantes ingleses no Rio de Janeiro.

Em 1818, em acordo firmado entre D.João VI e a Confederação Suíça, foi facilitada a vinda dos primeiros grupos de imigrantes, formados por famílias do Cantão de Friburgo; vindos da Alemanha que aqui chegaram e fundaram em 1820 a atual cidade de Nova Friburgo. Ao chegarem à cidade formaram colônias com 334 imigrantes acompanhados pelo pastor Friedrich Oswald Soverbrann (REILY, 2003, p.58).

Nesse período, algumas regiões do Brasil ainda não haviam sido desbravadas, dentre elas a Região Sul e Sudeste, onde a incidência de imigrantes foi notória. Assim, na região Sul, as províncias que mais se destacaram foram as de Santa Catarina (1828-1830) e Paraná (1829) e na região Sudeste a província de São Paulo (1827-1829). Reily estima que no Rio Grande do Sul chegaram em torno de 4800 imigrantes até o ano de 1830 (REILY, 2003, p.58).

Muitos imigrantes de diferentes ramos protestantes chegaram ao Brasil entre 1810 e 1840: os anglicanos (a partir de 1808), suíços (1819-1820), luteranos (1824) e posteriormente os metodistas (1835-1841), congregacionais (1855), presbiterianos (1859), e batistas (1860). O primeiro grupo (até 1859) foi categorizado pelos especialistas como “protestantismo de imigração” e o segundo como “protestantismo missionário”. O que os diferencia é que, no caso dos primeiros grupos (protestantismo de imigração), sua preocupação inicial era apenas a de garantir o atendimento religioso na língua nativa, sem grandes interesses proselitistas. Já os protestantes da segunda leva aportavam no Brasil a partir de 1859 com um projeto claro de influenciar a sociedade brasileira através do expansionismo de suas igrejas e da penetração em setores culturais.

O chamado “protestantismo missionário” chegou ao Brasil através dos imigrantes norte-americanos oriundos das chamadas denominações históricas – metodistas, congregacionais, presbiterianos e batistas - os quais se ocuparam com a difusão do culto protestante no país. Este segundo grupo organizou suas instituições no Brasil com objetivo de pôr em prática um projeto de expansão cultural (NASCIMENTO, 2004, p.72).

3.2 PROTESTANTES NO BRASIL IMPÉRIO

O Brasil passava por uma debilidade muito grande representada pela cristandade latina no século XIX, possibilitando a queda das potências latino-católicas europeias diante do poderio das nações anglo-saxônicas protestantes. É diante desse cenário que se dá a gradativa inserção do protestantismo a partir de 1810 quando os ingleses principalmente tiveram permissão para entrar e realizar os seus cultos de maneira restrita (MENDONÇA, 2002, p. 27).

O Protestantismo implantado no Brasil, como extensão das igrejas norte americanas, tentou introduzir um padrão único diferenciado, além de ser visto por alguns brasileiros como símbolo da modernidade e do progresso.

É por isso que há um visível descompasso com a sociedade que é historicamente explicável: no momento em que o protestantismo foi inserido na sociedade brasileira, esta se achava num estágio de desenvolvimento significativo anterior à sociedade norte americana; por isso o protestantismo foi recebido como vanguarda do progresso e da modernidade. (MENDONÇA, E VELASQUES, 2002, p.13).

As igrejas protestantes missionárias que chegaram ao Brasil tinham como raiz os preceitos calvinistas, cuja base era a Teologia do Pacto, ou seja, a noção de que Deus estabeleceu um pacto de graça com a semente de Abrão, conforme interpretação do livro de Genesis 17:1-2. Mendonça acredita que a Teologia do Pacto, “por estar presente na história do povo americano, parece ter como raiz a ideologia do Destino Manifesto” (MENDONÇA, 2008, p.66), pois estes acreditavam que como “nação escolhida por Deus” tinha por princípios espalhar o progresso e o desenvolvimento às nações “inferiores”, com o intuito de transformá-las.

Junto à missão de transformar a sociedade, os protestantes, dentro de seu ramo denominacional, demonstraram interesse em inserir na sociedade brasileira a fórmula dessa transformação - a educação, sendo o ensino “todo ele calcado na leitura da bíblia, livros, revistas e jornais que logo começou a ser publicado por iniciativa das missões”. (MENDONÇA, 2008, p.148).

Baseada em uma estratégia propagandista, a mensagem protestante necessitava de indivíduos alfabetizados e capazes de ler a Bíblia, hinos, jornais e livros para alcançar seus objetivos evangelísticos. Para resolver esse problema, escolas e seminários foram criados com o intuito de formar professores e pastores para ensinar nos educandários protestantes e

administrar as igrejas e congregações. Muitos políticos influentes aderiram à militância protestante sem que fosse solicitado. Os protestantes só costumavam apelar para os políticos amigos em caso de emergência e em conjecturas perigosas. (VIEIRA, 1980, p.161).

A influência desses políticos é atestada em assuntos diversos que interessavam também aos protestantes. Lembramos aqui o Dr. Miguel Vieira Ferreira (1845-1890), e o Deputado Joaquim Gomes de Sousa (1829-1864) favoráveis à imigração, liberdade de culto e casamento civil; o Deputado Francisco de Paula Belfort Duarte, que exigiu junto a Câmara a liberdade do colportor Torquato Cardoso e envolveu-se ainda nas discussões sobre as chamadas “Bíblias falsificadas” pelos protestantes; o Senador Luiz Antônio Vieira da Silva (1828-1889), que atuou como ferrenho defensor dos imigrantes e dos direitos civis dos protestantes; e Tavares Bastos (1839-1875), que orientou os missionários a registrarem-se e registrar a Igreja legalmente, além de encabeçar a campanha de separação da Igreja do Estado e apoiar o estabelecimento de escolas protestantes.

Para Mendonça, o marco inicial da implantação do Presbiterianismo no Brasil foi a presença dos imigrantes, que de forma progressiva se espalharam por vários pontos do país, a exemplo do Rio de Janeiro e Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Espírito Santo e Sul de Minas Gerais (MENDONÇA, 1990, p.27).

No Estado de Sergipe, a presença de imigrantes alemães se deu a partir de 1839, tendo esses se instalado inicialmente no assentamento de colonos já existente na Colônia Quissamã, município de São Cristóvão. As cidades sergipanas que registraram a presença de alemães foram Maruim e Laranjeiras. Em Maruim, há registro de Adolph e Ernst Schramm (1839), Peter Heinrich Holtermann (1840), Johann Heinrich Winter (1841), Gustav Wiesdesmann (1847), HenrismannKotsch (1849), Karl Löeser (1870) e em Laranjeiras Otto Jungklausen (s.d), considerado o primeiro alemão a se voltar para o plantio da cana-de-açúcar (NASCIMENTO, 2006, p.167-168).

Não obstante, em 1851, o Presidente da Província Amâncio João Pereira de Andrade já defendia a presença de imigrantes para trabalhar na lavoura, e também para melhorar os hábitos culturais dos sergipanos e ajudar na construção de uma sociedade civilizada, uma vez que esses imigrantes, a exemplo da família Schramm, investiam alto na exportação e importação de mercadorias industriais e manufaturadas, vindas da Europa, contribuindo para o desenvolvimento econômico do Vale do Cotinguiba.

Os imigrantes realizavam as cerimônias religiosas dentro das comunidades na língua materna, com leitura bíblica e o culto doméstico em seus próprios idiomas, como forma de manutenção da fé. Tudo isso era essencial, uma vez que se encontravam em um país estranho,

sem ainda dominar totalmente o idioma português, com um clima adverso a seus costumes e vulneráveis a doenças tropicais, fatores que reforçavam seu isolamento.

3.2.1 Fletcher e Kalley: pioneiros no Brasil

O Tratado de Comércio e Navegação (1810) firmado entre a Coroa portuguesa e a Inglaterra, possibilitou a grande circulação de navios ingleses, os quais traziam a bordo comerciantes e diplomatas ingleses. Em virtude dessa circulação, em 1848 o número girava em torno de “10.000 marinheiros americanos por ano” (VIEIRA, 1980, p.61).

Nesse sentido, tornava-se emergente a figura de um capelão que viesse com intuito de prestar auxílio religioso aos marinheiros, que na sua maioria eram protestantes. Esse fato possibilitou a entrada e a circulação de Bíblias. Para fazer o acompanhamento dos marinheiros protestantes, chega ao Rio de Janeiro, o pastor presbiteriano James Cooley Fletcher.

James C. Fletcher (1823-1901) estava preparado para o exercício da capelania, pois obteve a sua formação teológica na *Philips Exeter Academy*, *Brown University* no Seminário Teológico de *Princeton*. Estudou ainda na França e na Suíça (VIEIRA, 1980, p.62). Como pioneiro presbiteriano no Brasil, Fletcher contribuiu de forma ativa para o trabalho protestante e para a luta da completa liberdade de culto (VIEIRA, 1980, p.62). Apesar dessa participação, Fletcher não se envolveu diretamente com o evangelismo; a sua atuação foi com as comunidades de imigrantes que aqui chegaram.

Apesar de trabalhar com os imigrantes, Fletcher, “o pastor politiqueiro”⁵ fez amizades com o imperador e com pessoas influentes, a exemplo de Robert Schenck, (conselheiro particular de Fletcher), Luiz Pedreira do Couto Ferraz (visconde do Bom Retiro), Dr. Manuel Pacheco da Silva (Barão do Pacheco), Pedro Luiz Pereira de Sousa, José Inácio da Silveira Mota e Aureliano Candido Tavares Bastos (VIEIRA, 1980, p.84).

Robert Read Kalley (1809-1888) nasceu na cidade de Mount Floridan (Escócia), formou-se como cirurgião e farmacêutico na Faculdade de Medicina em 1829; foi ordenado pastor em 1838. Disposto a realizar o trabalho, nesse mesmo ano é enviado à Ilha de Madeira, onde diante da pobreza e da miséria cria escolas (para alfabetizar crianças e adultos) e hospitais. Entretanto, em 1845 funda, ilegalmente, a Igreja Presbiteriana na Ilha da Madeira,

⁵Conforme Vieira (1980, p. 11).

agregando um grande número de conversos. Este fato causou o descontentamento dos católicos, que em represália, incendiaram a casa de Kalley, obrigando-o a fugir e obter proteção, com sua família, no consulado britânico.

Em 10 de maio de 1855, Kalley foi enviado ao Brasil indo residir em Petrópolis, na residência do embaixador americano. Ao chegar às terras brasileiras começou a distribuir Bíblias e fez amizade com o Rev. Dr. Jacob Hoff, que ao tomar conhecimento dos episódios ocorridos na Ilha da Madeira, “começou a evitá-lo nas ruas e temia ser visto em público com ele” (VIERA 1980, p.117). Assim, em 1856, Kalley convidou três amigos portugueses para ajudá-lo nos trabalhos evangelísticos, foram eles: Francisco da Gama, Francisco de Souza Jardim e Manuel Fernandes. Dentre os três, Manuel Fernandes foi preso por trabalhar com a venda de Bíblias e Novo Testamento sem autorização. Nesse período, a fiscalização sobre os atos de Kalley era cerrada.

A situação se agravou mais ainda quando duas senhoras da aristocracia e ligadas à corte se converteram ao Protestantismo (D. Gabriela Augusta Carneiro Leão e sua filha Henriqueta). O fato ocasionou a suspensão do exercício da medicina a Kalley e a perseguição tanto a ele quanto às duas senhoras convertidas. Mediante os problemas que vinham ocorrendo, o imperador Dom Pedro II resolveu intervir. Inicialmente a população ficou à espera que Kalley fosse expulso do Brasil; mas o imperador, ao invés de expulsá-lo, convidou-o a fazer uma conferência sobre a Palestina na Corte Portuguesa. A partir desse momento o prestígio de Kalley cresceu o que facilitou os laços de amizade com os cortesãos, a exemplo: o Senador Cruz Jobim, Visconde Sousa Franco e o Senador Dantas Leite.

O período em que Kalley ficou no Brasil (21 anos), foi marcado por apedrejamentos, prisões, espancamentos e perseguições, tanto a ele e seus familiares quanto aos seus seguidores. Ainda assim, a partir de suas atividades foi organizada a Igreja Evangélica Fluminense, ramo que deu início à Igreja Evangélica Congregacional. Apesar das dificuldades, Kalley contribuiu de forma positiva na reinterpretação das leis brasileiras sobre a liberdade religiosa, sendo os hinos traduzidos ou compostos por sua esposa Kalley “a melhor fonte de sua teologia” (MENDONÇA, 2008, p.267).

3.2.2O trabalho itinerante dos colportores

No início do século XIX surgem homens dispostos a divulgar a literatura religiosa protestante, tais como livros, folhetos e a Bíblia, que muitas vezes eram vendidos nas feiras,

comércios ou de porta em porta. Esses homens recebiam o nome de “colportores”, termo advindo do nome *colposteurs*, muito usado entre os franceses.

O colporteur, também chamado de mascate ou vendedor ambulante de impressos, é uma das figuras presentes na História do livro e da leitura, agente de difusão de saberes existente e de práticas que serão clivadas pelos leitores após os usos feitos com o impresso (NASCIMENTO, 2011, p.242).

Os colportores recebiam inicialmente literatura (Bíblias, folhetos e livros) enviada pela Sociedade Bíblica Britânica (organizada em 1804) e pela Sociedade Bíblica Americana (organizada em 1816), para apoiar o trabalho evangelístico em várias regiões do Brasil. Na época, muitos colportores viajavam no lombo de animais ou mesmo a pé, por lugares de difícil acesso, muitos deles desassistidos pela Igreja Católica. Conforme Matos;

Para facilitar a distribuição de bíblias, principalmente no vasto interior do país, as sociedades passaram a contratar “colportores”, homens simples, dedicados e corajosos que escreveram algumas das palavras mais inspiradores da história da evangelização do Brasil (MATOS, 2011, p. 1).

Para Mendonça (2008, p.44), a distribuição de Bíblias não se limitava às cidades, onde por certo o potencial de leitores era mais significativo. Também se estendeu pelas áreas rurais, em que, ao contrário, poucos eram os que podiam lê-las, pois poucos eram os alfabetizados.

As Sociedades Bíblicas eram a base da cultura protestante, que era uma cultura alimentada pela leitura da Bíblia, folhetos, revistas, jornais e livros. Dessa forma as Sociedades Bíblicas como incentivadoras da leitura eram,

[...] organizações administrativas pertencentes a comunidades protestantes com o objetivo de manter a propaganda evangélica em seu país e no estrangeiro que, formadas por voluntários, organizaram um sistema de contribuições financeiras de apoio (NASCIMENTO, 2011, p.245).

Nesse período, o número de analfabetos era significativo. Tal fato, porém, não chegou a ser um empecilho à propaganda religiosa. Todavia, a chegada dos missionários possibilitou a criação de escolas protestantes pelo Brasil com intuito de alfabetizar os conversos. De acordo com Nascimento (2004, p.78) os analfabetos passaram a frequentar a escola para ter acesso à palavra impressa.

Nos locais em que os colporteurs distribuíam impressos e as pessoas que recebiam não sabiam ler, as missões enviavam seus missionários-professores para instalarem escolas primárias, oferecendo o ensino primário confessional. O livro adotado em suas escolas era a Bíblia e, provavelmente, parte daqueles alunos, tanto crianças quanto adultos, tornar-se-ia parte da

população das igrejas protestantes. A difusão de impressos foi uma estratégia de grupos protestantes para divulgar seus ideais, antes mesmo de instalarem suas escolas, formando grupos de futuros leitores que recebiam o missionário como professor, para ensiná-los a ler e escrever. (NASCIMENTO, 2011, p.258).

O trabalho de difusão de literatura e distribuição de Bíblias era realizado mesmo em meio às perseguições religiosas e à violência. Muitos colportores ou os que simpatizavam com a mensagem protestante tiveram seus livros rasgados e queimados ou eram agredidos. A Bíblia e a literatura utilizada pelos colportores eram tidas pelos inimigos da causa protestante como *livros falsos*; por conta disso muitos padres e párocos incentivavam os fiéis a não ler nem mesmo pegar tais livros.

Todas as traduções e edições da bíblia publicadas por acatólicos eram proibidas pela Santa Sé, assim como quaisquer livros que defendessem heresias ou zombassem dos dogmas católicos, da hierarquia eclesiástica, do estado religioso etc. Prescrevia-se a excomunhão para os editores de obras escritas por hereges e para aqueles que, sem a devida licença, as lessem ou retivessem consigo (SIMÕES, 2015, p.223).

Todos os que pregavam contra os dogmas da Igreja Católica, eram considerados hereges, e muitos padres afirmavam que até mesmo o simples contato ou relações de amizade com eles poderia acarretar prejuízos à fé cristã. Em caso de desobediência, o fiel era obrigado a pedir perdão à Igreja. Em caso de recusa, eram excomungados.

Apesar dos conflitos, a propaganda protestante iniciada no Brasil no século XIX teve um efeito positivo na sociedade ao provocar uma reflexão em alguns setores sobre a tolerância religiosa. Além disso, no século XIX a Igreja Católica no Brasil passava por sérios problemas estruturais como foi visto no capítulo anterior - a escassez de sacerdotes ou o comportamento incoerente com a moral religiosa por parte de setores do clero. Esses aspectos contribuíram para o isolamento de muitos fiéis, sobretudo nas regiões rurais e, não por acaso, nessas regiões sempre houve muitos simpatizantes da causa protestante.

Devido ao trabalho anterior dos colportores, quando os missionários chegaram ao cenário brasileiro já encontraram alguns conversos, fruto do empenho desses homens. Esse ofício estratégico e de divulgação causou preocupação aos sacerdotes católicos do Brasil, pois percebiam que, em algumas regiões era crescente o número de conversos ao Protestantismo.

No trabalho evangelístico as editoras protestantes foram aliadas dos colportores, produzindo jornais, traduzindo livros para a língua vernácula, literatura para a escola dominical, principalmente livros de instrução ética e doutrinária, para os novos conversos. No

Brasil, os principais depósitos de escrituras sagradas eram: Cortes (São Paulo), São Paulo (São Paulo), Fortaleza (Ceará), Laranjeiras (Sergipe), Alagoas, Bahia, Pernambuco e Minas Gerais. A atividade de colportagem favoreceu a divulgação e a propaganda religiosa em diversas regiões do Brasil. Assim, quando os missionários chegavam às áreas já visitadas anteriormente pelos colportores, era comum encontrar pessoas já familiarizadas com a leitura da Bíblia, favorecendo as conversões individuais e a formação de comunidades protestantes.

3.2.3 Os primeiros missionários presbiterianos no Brasil: expansão e dificuldades iniciais

Desse modo é possível que a articulação política de Fletcher e de Kalley tenha preparado o caminho para a chegada do missionário Asbhel Green Simonton, responsável pela implantação de fato do Presbiterianismo, “não só no Brasil, mas entre os próprios brasileiros” (MATOS, 2011, p. 3). Então, em 12 de junho de 1859, enviado pela Junta de Missões Norte americano, desembarcou na cidade do Rio de Janeiro, o missionário presbiteriano Asbhel Green Simonton (1833-1867), formado em 1858 pelo Seminário de Princeton. Ele era altamente qualificado para exercer suas atividades no Brasil, pois obteve a sua formação no maior reduto conservador de orientação calvinista, cujos preceitos baseavam-se no catecismo maior e menor e na confissão de fé de Westminster. Para Simonton, a verdadeira função da religião era permitir que o indivíduo valorizasse a vida e superasse os sofrimentos do presente (MENDONÇA, 2008, p.179).

No ano de 1860, chega ao Brasil o primeiro reforço de Simonton, seu cunhado Alexander Latimer Blackford (1829-1890), que auxiliou nos trabalhos evangelísticos em São Paulo, Rio de Janeiro, Bahia e Sergipe. Em 1861 veio Francis Joseph Christopher Schneider (1832-1910). Juntamente com Schneider Simonton organizou a Primeira Igreja Presbiteriana do Brasil, em 12 de janeiro de 1862. Nesse mesmo ano, George Whitehill Chamberlain (1839-1902) chega ao Brasil para ajudar a desenvolver os trabalhos missionários em São Paulo e na Bahia, sendo que em São Paulo, a infiltração das ideias protestantes se deu principalmente na zona rural, bairros, sítios e fazendas. (MENDONÇA, 2008, p.147). Em 1865, Simonton funda duas comunidades protestantes, uma em Brotas (1862) e outra em São Paulo (1865). A partir do surgimento dessas comunidades, Simonton juntamente com Blackford e Schneider, organizam o presbitério do Rio de Janeiro filiado ao de Baltimore.

Na zona rural da região sudeste, o café foi o produto que predominou, sobretudo em São Paulo e Minas Gerais, locais onde o Protestantismo mais se desenvolveu devido ao

número de imigrantes que nessas regiões era significativo, principalmente após a escassez de mão de obra escrava. Os imigrantes que aqui chegavam eram agricultores e artesãos em busca de trabalho e tranquilidade para a prática religiosa. Dessa forma reuniam-se em pequenos grupos, formando comunidade, localizadas principalmente na rota do café. Nas áreas onde predominavam o café (região Sudeste) e a cana de açúcar (região Nordeste), o poder do senhor de terras era mesclado com o poder religioso. A feição religiosa dessa parceria era o catolicismo patriarcal, ou melhor, havia uma relação amigável entre o senhor de terras e a Igreja, na qual o poder político-econômico e o poder religioso estavam entrelaçados a ponto de Mendonça afirmar que “um não sobrevivia sem o outro” (MENDONÇA, 2008, p.188). Essa forma de catolicismo estava presente na vida do homem pobre e livre, ou seja, aquele que não era escravo, mas que também não tinha poder econômico na sociedade.

Mesmo ciente do predomínio do catolicismo na sociedade brasileira, os protestantes não se intimidaram. Ao contrário, buscaram ajustar suas práticas à realidade brasileira uma vez que, a Igreja Presbiteriana não podia ficar fora da sociedade, e sim buscar meios que possibilitassem a sua inserção.

O transporte do protestantismo norte americano para o Brasil trouxe no seu bojo as suas principais contradições e, em contato com uma cultura estabelecida completamente diversa, com uma praticamente já definida, teve de ajustar-se às demandas inesperadas que pouco a pouco assimilaram e desenvolveram elementos daquele protestantismo na direção dessas mesmas demandas. (MENDONÇA, 2008, p.263).

Por tentar inserir uma mensagem e uma forma diferenciada de religiosidade numa sociedade com uma religião tradicional, muitos protestantes foram perseguidos em várias províncias do Brasil, e estão registradas em jornais da época, com destaque para a *Imprensa Evangélica*, órgão de propaganda da missão norte americana que circulou no Brasil durante 28 anos.

Em suas pregações, os missionários protestantes diferenciavam-se do catolicismo, pois enquanto este pregava a salvação através de obras, aquele afirmava que a salvação era algo pessoal, não dependia das obras e sim da fé e da graça. A teodiceia protestante se resume em uma religião de salvação; a salvação gratuita através de uma concessão soberana de Deus aceita pelo indivíduo através da fé, que é um ato voluntário e individual.

A doutrina da salvação pela fé e pela crença, ponto fundamental da reforma, é básica na mensagem protestante. Ao contrário da Igreja Católica que ensina serem as obras pias fundamentais para a salvação, cuja intermediária era a igreja, a pregação protestante afirma que a salvação é uma decisão

individual oriunda da responsabilidade exclusiva do indivíduo perante Deus e não depende de nenhum ato moral nem de ofertas votivas ou filantrópicas. A salvação é gratuita pela fé no ato expiatório de Jesus Cristo (MENDONÇA, 2008, p.212-213).

A forma como o Protestantismo via a salvação, como um ato individual, causou um despertar espiritual em alguns indivíduos e esses começaram a questionar certos preceitos, até então pregados pela Igreja Romana. Dessa forma, muitos deixaram a religião tradicional e filiaram-se ao protestantismo, não escapando, contudo, às perseguições.

Além das diversidades enfrentadas pelos conversos, havia ainda a questão dos sepultamentos, que obrigou os protestantes a criarem cemitérios para sepultar seus mortos, uma vez que a administração dos cemitérios nesse período era de responsabilidade da Igreja Católica e essa não permitia que o não católico fosse sepultado ali.

A exclusão do sepultamento dos protestantes era registrada de forma clara, conforme o anúncio do Jornal “O Laranjeirense”, onde foi relatado o falecimento da Sra. Antônia, filha de Lourenço, que não foi sepultada no cemitério dos católicos, por pertencer à religião protestante (*O Laranjeirense*, 12 de dezembro de 1888).

O problema dos sepultamentos dos protestantes gerou polêmica em vários locais do Brasil, como do professor Julius Frank, alemão, que lecionava na Academia do Largo do São Francisco na Faculdade de Direito de São Paulo. Por professar o protestantismo, não foi aceito no cemitério católico, o que obrigou seus alunos, em um ato desesperado, a sepultá-lo em um dos pátios do colégio em que lecionava.

Outro exemplo é o do general José Inácio de Abreu e Lima, que por debater com o padre Joaquim Pinto de Campos sobre as “Bíblias falsas” e por ser simpatizante da causa protestante, também não teve direito a ser sepultado nos cemitérios católicos, sendo sepultado no Cemitério dos Ingleses em 1869, “como impenitente” (NASCIMENTO, 2004, p.68).

Figura 1 - Ruínas do cemitério dos Protestantes



Esses são apenas alguns exemplos da forma como a Igreja Romana agia. Muitas vezes, a recusa de sepultamento era noticiada no jornal *Imprensa Evangélica*.

Negação de sepultura. - comunicam-nos: Em Santa Cruz do Rio Pardo foi negada sepultura ao filho de um crente resultando ser este enterrado no sítio do Sr. Francisco de Paula Martins. Saiba o público que nesta província de São Paulo ainda há destas vergonhas, e existem autoridades que, ou fecham os olhos para não vê-las, ou são incapazes de fazer cumprir a lei. Saiba o estrangeiro protestante o que pode acontecer se tivera a desgraça de estabelecer-se em lugar onde as autoridades forem fanáticas (*Imprensa Evangélica*, São Paulo, 6 de fevereiro de 1886).

Além da dificuldade nos sepultamentos, os protestantes enfrentavam igualmente o problema das perseguições aos filhos dos conversos nas escolas. Daí, eles foram obrigados a criarem escolas para atender seu público. Inicialmente, essas escolas foram criadas com o intuito de agregar os filhos dos conversos e posteriormente aproximar os católicos da causa protestante. Mas a discriminação sofrida era grande e muitos atribuíam aos protestantes alguns termos pejorativos, como *bodes* e *capas verdes*. A sociedade católica ainda atribuía aos protestantes o termo *herege* e a religião destes era vista como *seita*. Dessa forma, ter contato com um *herege* era algo perigoso, passivo de excomunhão.

O contato com o herege era visto como perigoso. Aos fiéis não era permitido praticar com os mesmos, quaisquer ato religioso ou participar de seus cultos. Os que assim procedessem incorriam em excomunhão, bem como aqueles que recebessem, auxiliassem ou defendessem os ditos hereges. Tanto do púlpito como em conversas particulares. Os párocos deveriam lembrar aos fiéis a proibição de “assistir”, ainda por espírito de curiosidade, às pregações, conferências ou cerimônias religiosas de tais seitas e cabia-lhes a tarefa de afastá-los das familiaridades com ímpios e hereges. Ordenava-se ainda aos católicos evitar disputas e conferências públicas com acatólicos, uma vez que estas poderiam redundar em prejuízos para a sua fé, caso não fossem capaz de defendê-la adequadamente. A igreja também não aceitava que pessoas filiadas a alguma “seita herética”, fossem padrinhos de batismo, nem administração de católicos em associações legais (SIMÕES, 2015, p.223).

Entretanto, mesmo meio às perseguições e às restrições, o protestantismo não deixou de fazer sua propaganda religiosa. Colportores, missionários, leigos e professores contribuíram para a expansão das ideias protestantes. Dentro deste grupo, os leigos são importantes, pois muitos se destacaram nos trabalhos evangelísticos e nas escolas dominicais.

Um dos anseios de Simonton era a organização de um Seminário Teológico no Brasil, pois este “percebeu que a Igreja Presbiteriana não poderia crescer e emancipar-se sem a preparação de líderes autóctone” (MATOS, 2011, p. 4). Essa preparação visava à formação de

sacerdotes brasileiros para o exercício do presbitério, nas igrejas e congregações instituídas por estes. Assim, criado no Rio de Janeiro por Simonton, o Seminário foi de grande importância, porque ajudou a formar os primeiros pastores nacionais. Entre eles, Antônio Bandeira Trajano, Miguel Gonçalves Torres, Modesto Perestelho de Barros Carvalhosa, Antônio Pedro de Cerqueira Leite e José Manuel da Conceição.

Simonton, Blackford, Schneider e Chamberlain souberam administrar os problemas e organizar diversas igrejas. Por exemplo: Caldas, Areado e Cabo Verde (MG), Rio Novo, Rio Claro, Embaú, Itapira, Dias Córregos e São Carlos (SP), Laranjeiras (SE).

Já enfermo Simonton visita São Paulo e poucos dias depois vem a falecer, vítima de uma febre biliosa, sendo sepultado no Cemitério dos Protestantes, no Bairro da Consolação, em 9 de dezembro de 1867. Com a morte de Simonton, a liderança dos trabalhos foi assumida por seu cunhado, Alexander Latimer Blackford que inaugura em 1874 o Primeiro Templo Presbiteriano do Rio de Janeiro. Com a expansão do Protestantismo, o Presbiterianismo chega a Sergipe.

3.2.4A conversão no Brasil de padres e leigos como resultado da leitura da Bíblia

Ao longo de sua trajetória, a Igreja Católica pautou sua doutrina em uma religião tradicional baseada nos ritos, na qual o fiel os praticava, sem, no entanto, fazer uma reflexão de tais atos e associá-los à Bíblia. A própria Igreja inviabilizava tal acesso, uma vez que por ser escrita em latim, só os sacerdotes, bispos e pessoas letradas tinham acesso a ela. Além do despreparo do clero, é preciso considerar a falta de zelo e o mau desempenho dos sacerdotes que proporcionaram a ruptura do clero com o povo.

A Igreja Católica não contava com um clero preparado, tanto em número como em qualidade, para atender à população dispersa pelo extenso território, com o agravante da mobilidade dessa população, impulsionada pela conquista de novas frentes de ocupação e colonização (MENDONÇA E FILHO, 1990, p.135-136).

Esses fatores favoreceram a penetração do protestantismo no Brasil, uma vez que este enfatizava como base teológica o estudo das Sagradas Escrituras, as quais eram tidas pelos presbiterianos, como verdade revelada e sagrada, interpretada de modo literal ou alegórico. Eram, portanto, “o ponto focal da teologia, do culto e da vida espiritual. Todo o aspecto da vida cristã quer individual, quer comunitária, são analisados e entendidos com referência à Palavra de Deus” (MATOS, 2011, p.1).

O centro da pregação protestante era a interpretação bíblica nos referenciais calvinistas e com toques de intelectualidade. O fiel leigo era mero ouvinte, considerado sem entendimento espiritual, e os pregadores muito se esforçavam para convencer os ouvintes apelando para a autoridade bíblica mesclada com um forte apelo emocional, típico dos reavivamentos que marcaram o protestantismo norte americano nos séculos XIX e XX.

Ademais do estudo bíblico analítico, outros fatores influenciaram a pregação dos pastores presbiterianos: a “tradição reformada de pregação doutrinária e expositiva, o estilo caloroso e pessoal dos puritanos, a ênfase evangelística e emocional dos avivamentos e a formação ortodoxa nos seminários” (MATOS, 2011, p.3). Esses fatores possibilitaram a conversão de muitos fiéis, que optaram por renunciar à religião tradicional e buscar o conhecimento a partir do estudo bíblico. Porém, a pregação e a consequente conversão do indivíduo levam-no a um longo processo de aceitação dentro da comunidade religiosa. Através da conversão, o fiel abandona as antigas práticas e “passa a dividir a sua vida em termos de *antes* e *depois* da conversão e ao fazer isto está distinguindo de forma muito precisa duas fases incomensuráveis de sua experiência. O homem velho, que não sabia e não via e o homem novo que sabe e vê” (ALVES, 1982, p.52).

O indivíduo para ser aceito na comunidade religiosa tinha que fazer a sua pública profissão de fé. Se aprovado, era incluído no rol de membros, através do batismo. Esse procedimento era registrado no livro de ata da Igreja, a exemplo do registro assinado abaixo pelo pastor Cassius Edwin Bixler,

A 20 de julho de 1902, no templo de Laranjeiras de manhã, foram batizados Hersonita dos Santos, filha legítima do Sr. Elydio Victorino dos Santos e Dona Tertuliana da Paixão e Francisca, filha legítima do Sr. Diocleciano Rodrigues Dantas e D. Maria Alves Dantas. De noite, no mesmo lugar e dia, D. Rosalina Maria da Conceição, previamente examinada, fez pública profissão de fé e foi batizada. Em seguida foi celebrada a Santa Ceia do Senhor. (Ata da Primeira Igreja Presbiteriana de Laranjeiras).

Porém, a mensagem protestante não atingiu só os leigos, mas também alguns sacerdotes do Catolicismo como o padre José Manuel da Conceição, que tendo acesso à leitura da Bíblia, abjurou a fé católica e passou a seguir os ensinamentos protestantes. A conversão do padre Conceição, por certo, provocou escândalo no meio católico.

Posteriormente, outros padres aderiram ao Protestantismo, a exemplo do padre Maximiniano Chagas Carvalho, que abjurando da fé, escreveu uma “carta manifesto” dirigida a D. Sebastião Dias Laranjeiras, bispo do Rio Grande do Sul. A carta com todo seu teor foi publicada no jornal *O Republicano*.

Na carta, o padre expõe os pontos doutrinários da Igreja Católica, a saber: a infalibilidade papal, o culto às imagens, o purgatório e as obras expiatórias. Dentro desse contexto, o padre conclui a carta afirmando:

Eu voluntario, ciente e conscientemente em perfeito gozo de minhas faculdades, sem ser a isso coagido por alguém, e só interiormente impelido pela consciência, pelo presente manifesto, com respeito e consideração, tomo a liberdade de endereçar a V.S.^a Revma, a minha abjuração da religião católica romana, passando-me, por livre vontade, para a religião evangélica, a doutrina sublime do Homem-Deus ao qual louvor, honra e glória, seja agora e sempre. (*Jornal O Republicano*, 24 de março de 1889).

A conversão dos padres ao Protestantismo causa estranheza, por estes viverem em contato direto com a leitura da Bíblia, aceitaram os dogmas e a doutrina da Igreja Católica sem questioná-los.

O fato de existirem padres conversos ao Protestantismo, ou mesmo simpatizantes, a exemplo do padre Diogo Feijó, Francisco Rodrigo dos Santos Saraiva, Antônio Teixeira Albuquerque, Antônio Lino da Costa, Hipólito de Oliveira (vigários) e os cônegos Honório Benedito Ottoni e José Domingos Batista, mostra que nem todos os padres foram contrários à causa protestante. Alguns padres inclusive solicitavam aos missionários protestantes exemplares bíblicos para serem utilizados em algumas escolas, a exemplo da Escola Normal do Rio de Janeiro, Niterói e Ubatuba (LEONARD, 1963, p.44).

3.3 ESTRATÉGIAS DE VISIBILIDADE E CONSOLIDAÇÃO DA MISSÃO

A inserção do Protestantismo no Brasil se deu a partir dos instrumentos propagandistas com intuito de consolidar o trabalho da missão norte-americana na sociedade brasileira, entre eles a distribuição de literatura religiosa, a criação do *Jornal Imprensa Evangélica* e a criação de escolas protestantes.

3.3.1 A imprensa evangélica: órgão propagador da missão Norte Americana

O jornal *Imprensa Evangélica* (1864-1889), fundado pelos missionários Simonton e Blackford, tinha como redatores o ex-padre Manuel da Conceição, Antônio José dos Santos Neves, (romancista, gramático, poeta, funcionário do Ministério da Guerra e taquígrafo do senado), Júlio César Ribeiro Vougham e Dr. Miguel Vieira Ferreira (co-fundador do Partido Republicano).

A criação do jornal foi motivada pela grande circulação de jornais da época, cujo assunto principal era a religião. Esses jornais tinham à frente padres ou fiéis ligados à Igreja Católica, que objetivava enaltecer o catolicismo e após a inserção do Protestantismo no Brasil, alertar a sociedade católica a respeito do perigo que as chamadas *seitas* e os *hereges* representavam, e também do risco que corriam em ter acesso aos livros *falsificados*.

A presença protestante no cenário nacional e a publicação de jornais de cunho proselitistas não eram vistos com bons olhos pela aristocracia católica que considerava a proliferação das ideias protestantes como um *vírus* capaz de contaminar a mente da população, ou ainda como veículo propagador de um *crime* - a heresia, considerada pelo catolicismo *como coisa do diabo*.

O jornal *Imprensa Evangélica*, além de divulgar a mensagem das Escrituras, ainda denunciava as perseguições religiosas ocorridas em algumas províncias do Brasil, a exemplo do artigo intitulado “Ainda Perseguições”.

De norte a sul do Império se ostenta o fanatismo, respirando ameaças e mortes contra os protestantes. No Ceará, na Paraíba do Norte, em Pernambuco, no Sergipe, na Bahia, em Minas Gerais, no Paraná e em nossa província, São Paulo, está-se manifestando uma intolerância indigna no País e do século que vivemos. (Jornal *Imprensa Evangélica*, 30 de janeiro de 1886).

A partir daí o jornal começa a mostrar as ocorrências em cada uma das localidades citadas,

Em Minas [...] impede-se um ministro evangélico de entrar em Lenções para ministrar a palavra e os sacramentos à igreja da vila. Em Pernambuco um vendedor de livros religiosos é obrigado a fugir de Buíque e a refugiar-se em Lagoa do Espinho com as roupas rasgadas e o dinheiro perdido para escapar de um bando de perseguidores. Ainda nessa província e na de Minas, aconselha-se do púlpito e em circulares que se queime a Bíblia – a palavra de Deus. Em Sergipe [...] um grupo de quatrocentas ou quinhentas pessoas em Laranjeiras vão esperar o vapor a fim de maltratar o pastor evangélico, que julga vir nele, e não o achando a bordo, vinga-se em um vendedor de Bíblias que encontrou: e arrebatando-lhe o caixão de livros, quebra-o e lança-o no rio (Jornal *Imprensa Evangélica*, 30 de janeiro de 1886).

Diante de tantas atrocidades contra os protestantes, o jornal ainda alerta sobre o que diz a Lei,

Todos os fatos que ali ficam apontados são criminosos em face da Constituição e da Lei. Ainda não foi revogado o artigo da Constituição que permite professar religião diferente da do Estado [...] ninguém pode ser

perseguido por motivo religioso... A Lei será igual para todos [...] há, no entanto, padres, empregados do Estado, que incitam o povo a que desobedeça à Lei e pratiquem o crime (Jornal *Imprensa Evangélica*, São Paulo, 30 de janeiro de 1886).

A *Imprensa Evangélica* recebia o apoio de homens letrados e influentes da aristocracia brasileira, simpatizantes da causa protestante. Alguns eram convertidos, outros não, a exemplo do Senador Teófilo Ottoni, Saldanha Marinho e o Dr. Miguel Vieira Ferreira. Mesmo em meio a toda perseguição e crítica, a *Imprensa Evangélica*, nas palavras de Vieira,

Era bem recebida nos círculos liberais, e era lida também por diversos padres católicos que a assinaram. Entre esses havia um que dizia ser filho do Padre Diogo Feijó [...] era também assinada por diversas pessoas de alta posição, entre as quais se achava Antônio Francisco de Paula e Sousa, Ministro da Agricultura. Sabe-se também que a genitora do líder maçônico e jornalista Saldanha Marinho era leitora ávida de *A Imprensa Evangélica* (VIEIRA, 1980, p. 149).

A criação do jornal era “endereço às elites nacionais, além de oferecer educação na fé às crianças e aos fiéis menos instruídos” (RIBEIRO, 1981, p.99), possibilitou o acesso da sociedade letrada, servindo como integrador da nova denominação. Ao invés de afastar os fiéis com os sermões de púlpito, os párocos e padres que atacavam o Protestantismo, por certo, não alcançaram seus objetivos.

O púlpito desempenhou no Brasil um triplice papel: o de polemizar contra a Igreja Católica, o de infundir moral e da explanação bíblica. Este último talvez tenha sido responsável pela única via pela qual o Protestantismo pôde mostrar sua presença na cultura brasileira. O conhecimento das línguas bíblicas, a prática da exegese e da hermenêutica sobre os textos sagrados produziu filólogos e gramáticos conhecidos. Por outro lado, a polêmica e o moralismo isolaram os Protestantes da cultura. (MENDONÇA, 2008, p.303).

A publicação e circulação do jornal *Imprensa Evangélica* data de 1864 a 1892. Após esse período os presbiterianos ficaram sem um jornal oficial. Somente em 1899 é que o jornal dos presbiterianos começa a circular com o nome de *O Puritano*.

3.3.2 Educação protestante: um projeto civilizacional para a sociedade brasileira

Desde os primórdios da Reforma Protestante, a educação já fazia parte do ideário dos reformadores, pois acreditavam que as escrituras, como verdade e palavra revelada de Deus, precisavam ser conhecidas. Dessa forma, vários colégios e universidades foram criados com este fim, a exemplo da Academia de Genebra criada em 1559 por João Calvino, cujo objetivo

era preparar os jovens para o exercício prático do ministério, da cidadania e o fortalecimento da religião reformada.

Quando os calvinistas migraram para a América do Norte, levaram consigo essa preocupação com a educação. Prova disso foi a criação do Harvard College (1636) e do Colégio de Nova Jersey (1746), que posteriormente transformaram-se em importantes instituições que auxiliaram na formação de missionários – como: Asbhel Green Simonton – e passou a se chamar Universidade de Princeton e o Yale College (1701).

Assim, como nos demais países influenciados pela Reforma, no Brasil não foi diferente. Vários colégios protestantes foram criados a exemplo do Mackenzie College (1870); Escola Evangélica de Botucatu (1885); Escola Americana de Laranjeiras (1886); Colégio Dois Córregos (1887); Escola Americana de Curitiba (1892) e Instituto Ponte Nova (1906) (MATOS, 2011, p.02).

A educação protestante implantada no Brasil ganhou notoriedade, visto que consistia em um ensino tradicional baseado, de acordo com Calvani (2009, p.64) “na leitura em alta voz e decoração sem raciocínio”. Além de que era um ensino deficitário, ministrado em escolas precárias, contribuindo dessa forma para o número de pessoas iletradas, que pelo recenseamento de 1872, foram encontrados no Brasil 8.365.997 analfabetos, elevando-se para 10.866.439, distribuindo-se da seguinte maneira: 5.338.755 do sexo masculino e 5.527.684 do sexo feminino (Laranjeiras, 25 de outubro de 1885, Jornal *O Horizonte*, p.1, nº20).

Para o norte-americano, de acordo com os princípios éticos e democráticos a educação tinha que ser para todos, pois além de ser uma obrigação era um direito do indivíduo, independentemente da cor, raça, sexo ou classe social (CALVANI, 2009, p.64). Pensando assim, implantaram as escolas protestantes diferenciando-se das existentes no Brasil. O livro-texto era a Bíblia, enfatizava-se a leitura silenciosa, a ginástica, os esportes em geral, o ensino misto (meninos e meninas), o uso de globos e mapas de anatomia, microscópio, música, entre outros. Essa estrutura pedagógica, baseada na educação norte-americana, foi considerada inovadora pela aristocracia brasileira, que começa a tirar seus filhos das escolas católicas e colocá-los nas escolas protestantes. Esse fato despertou a oposição da Igreja Católica, que se posicionou contra por meio de cartas pastorais, solicitando à população que jamais confiasse a educação de seus filhos a colégios protestantes (CALVANI, 2009, p.63).

A educação protestante pretendia implantar um ensino inovador objetivando a evangelização indireta, “visando a vinculação de uma ideologia religiosa profundamente abrangente, no sentido de mudar o rumo de uma sociedade ainda em busca de seu caminho” (MENDONÇA, 2008, p.153). Segundo a visão protestante, as escolas tinham por meta o

estabelecimento de uma civilização cristã do Reino de Deus na terra e como objetivo oferecer uma instrução mínima como condição para a inserção do Protestantismo na sociedade brasileira.

3.4 PRESBITERIANOS NA “ATENAS SERGIPANA”

Na segunda metade do século XIX, Laranjeiras era uma povoação que apresentava um grande desenvolvimento social, econômico e político, em virtude da sua localização estratégica e do seu desenvolvimento intelectual e cultural favorecendo a projeção de Laranjeiras nas demais províncias do Brasil, bem como na Europa. Esse fato chamou a atenção dos presbiterianos que escolheram Laranjeiras como campo para a inserção do Presbiterianismo em Sergipe. Escrevendo nos anos 20, Machado diz:

Laranjeiras, a então florescente cidade sergipana, foi escolhida para ponto inicial da evangelização em Sergipe. E tiveram razão os pioneiros dessa cruzada de paz. Laranjeiras não era só evidente pelo seu bem estar material; mas constituía-se um núcleo de talento e liberalidade. Ali florescia uma plêiade brilhante de pensadores e filósofos que se havia de impor mais tarde a admiração do país, como João Ribeiro, Maximiniano Maciel, Samuel de Oliveira, Moreira Guimarães, Felisbelo Freire, Balthazar Góes e tantos outros. (MACHADO, 1920, p.208-209).

Inicialmente, Laranjeiras recebeu a visita de colportores (1850), antes mesmo da chegada de Asbhel Green Simonton ao Brasil, os quais desenvolveram um trabalho de propaganda religiosa, distribuindo folhetos, vendendo livros e Bíblias. Desses colportores, os que mais se destacaram foram Pedro Nolasco de Andrade, Torquato Martins Cardoso, Pedro Degiovani, Cristiano Peixoto e Camilo Tito. Esse grupo de colportores estava vinculado à *American Bible Society* e a *Brites and Forting Bible Societie* faziam parte do *staff* missionário. Muitos desses tornaram-se os primeiros pregadores brasileiros, uma vez que sendo colportores, aspiravam serem ministros do evangelho.

Desses colportores cabe destaque: Pedro Nolasco, o primeiro a divulgar a Bíblia em Português na cidade de Laranjeiras em 1863, sendo o primeiro brasileiro a pertencer a uma Igreja Protestante e Torquato Martins Cardoso, preso pela polícia provincial por vender Bíblias e livros e ter sido mentor dos embates travados nesse período. A prisão de Torquato foi noticiada na imprensa como um caso de *intolerância religiosa* e foi levado ao conhecimento do imperador, quando o Conselho do Estado censurou a atitude das autoridades envolvidas no caso.

Como ocorreu em outras cidades do império, Laranjeiras também sofreu perseguição religiosa. Em 1867, o colportor português Torquato Martins Cardoso foi preso pelo chefe da polícia provincial Antero Assis e proibido de fazer qualquer venda em Sergipe. O incidente repercutiu fora da província chegando até o Rio de Janeiro, onde foi denunciado o caso de intolerância religiosa no *Jornal do Comércio*, de 2 de abril do mesmo ano (NASCIMENTO, 2004, p.114).

O fato de a polícia local ter prendido Torquato e apreendido seu material propagandístico prova o quanto o trabalho intensivo dos colportores, incomodava a elite católica laranjeirense. A prisão causou polêmica entre os católicos e os simpatizantes da causa protestante. Por causa do trabalho intensivo dos colportores, muitos se converteram ao Protestantismo. Manuel dos Santos David foi um deles.

Em 1868 o Sr. Manuel dos Santos David, negociante da cidade de Laranjeiras, pela leitura da Bíblia e de outros livros, converteu-se ao Protestantismo (...) e dali em diante (...) assiduamente propagava a verdade pela circulação da palavra de Deus, livros e folhetos evangélicos e a Imprensa Evangélica. (WYNNE, 1970, p.262).

3.4.1 Pioneirismo e liderança de Blackford em Laranjeiras

Certamente, os colportores prepararam o caminho para a chegada de Alexander Latimer Blackford que em 1878, de passagem por Sergipe, pregou pela primeira vez na região. Retornando a Laranjeiras em 1882, “onde se demorou alguns dias pregando e conversando com as pessoas” (WYNNE, 1970, p.261-262).

Há indícios que a passagem de Blackford, já em 1878 por Sergipe, tenha sido intencional, uma vez que Laranjeiras já mostrava ser um campo religioso promissor para a implantação da nova fé. Essa é a interpretação sustentada por Oliveira (1935, p.160), o qual afirma que em 1881, em sua segunda viagem à Sergipe, Blackford demorou três semanas em Laranjeiras, onde pregou diversas vezes.

Nesse período não havia templos protestantes em Sergipe, como também inexistiam locais fixos para pregação. Geralmente essas pregações eram feitas em casas destinadas para esse fim (de acordo com o artigo 5º da Constituição de 1824), em casa de novos conversos, de simpatizantes ou ainda embaixo de árvores.

O fato de não possuir um local fixo contribuiu para uma melhor aceitação, uma vez que nesse período muitos engenhos e fazendas que possuíam capelas não queriam a presença do padre, pois a presença deste gerava gastos, com festas religiosas e acomodações. Quando os

missionários precisavam de hospedagem, "alugavam casa para si mesmos e provinham suas próprias despesas" (MENDONÇA, 1984, p.223).

Geralmente, os sítios e fazendas ficavam afastados da zona urbana e esses locais foram escolhidos estrategicamente pelos missionários. Na estrutura social da época predominava o patriarcado e o pai, como chefe de uma família numerosa, era quem tinha todo o controle. Por isso, "quando o chefe da família se convertia consequentemente seus filhos, esposa e criados costumavam acompanhar" (MOURA, 2011, p.47). O motivo dos presbiterianos terem escolhido os locais mais afastados da área urbana deve-se ao fato desses locais ficarem livres da influência do Catolicismo. Foi desta forma que o Presbiterianismo em Sergipe teve início na cidade de Laranjeiras, o maior centro econômico e cultural do Vale do Cotinguiba e se expandiu para as demais povoações circunvizinhas.

O Protestantismo foi desenvolvendo o seu proselitismo à medida que as famílias se convertiam, em sua maioria, transformavam suas casas em ponto de pregação. E assim os protestantes foram ganhando espaço e transformando a configuração religiosa da localidade, voltada para um catolicismo popular, tradicional e sincrético.

Além das pregações dos missionários, havia indivíduos que por ter acesso à Bíblia já aderiam à nova crença e passavam a seguir a nova religião. Segundo Leonard (1963, p.87) muitos se convertia ao protestantismo através da Bíblia. Fato curioso é que quando isso acontecia muitos quebravam altares e imagens dos santos patronos. "Era bastante impressionante ver-se boiando nas águas do Cotinguiba as tradições de um povo, que soube repelir as injúrias e os insultos do estrangeiro" (OLIVEIRA, 1981, p.139).

A existência de conversos na localidade possibilitou a instalação em 1884 da Primeira Igreja Presbiteriana de Laranjeiras, como filial do Presbitério do Rio de Janeiro. Tendo iniciado oficialmente o Presbiterianismo em Laranjeiras, Blackford juntamente com Alexandre Florêncio da Gama (membro da Igreja Presbiteriana de Pernambuco), autorizado pelo presbitério, auxiliou nos trabalhos evangelísticos.

Por não possuírem terreno próprio, os presbiterianos deram início aos trabalhos na casa de Manuel dos Santos David. Este e sua família, no mesmo dia em que foi instituído o presbiterianismo em Sergipe, fizeram a pública profissão de fé e foram recebidos como membros da igreja instituída.

(...) Em culto público celebrado na casa do Sr. Manuel dos Santos David, professaram a sua fé e receberam o batismo as seguintes pessoas: Herculano Alves Café, Manuel dos Santos David, sua mulher D. Emília Maria dos Santos David e seu filho David Antônio dos Santos. Foram batizados

também quatro filhos menores do referido David, e pela primeira vez, celebrada a Santa Ceia ou Comunhão. (MACHADO, 1920, p.209).

Em 1886, Blackford, juntamente com Alexandre F. da Gama, começou a pregar em outras localidades. Entre elas, Lavandeiras, Itabaiana, Caraybas, Frei Paulo e Maruim. Porém, ao findar o ano, Blackford retorna ao Rio de Janeiro, vindo como seu substituto o reverendo John Benjamin Kolb (1850-1921), natural da Pensilvânia, que assim como Simonton formou-se em Teologia no Seminário de Princeton em 1884, tendo sido ordenado em 10 de junho do mesmo ano.

3.4.2 A Igreja Presbiteriana de Laranjeiras sob a liderança de John Kolb

Quando chegou ao Brasil, Kolb foi enviado a Salvador, onde residiu por dois anos. De Salvador Kolb foi enviado a Sergipe, para dar continuidade aos trabalhos evangelísticos, dando assistência aos pontos de pregação instituídos por Blackford.

[Esteve] Em Itabaiana, Caraybas (povoado de Lagarto), São Paulo (atual Frei Paulo), Maruim e Aracaju, bem como abriu trabalhos em Estância. Visitou extensamente o interior do estado fazendo viagens, quase sempre a cavalo, que às vezes cobriam mais de 600 km (MATOS, 2004, p.105).

A transferência de Kolb para Laranjeiras foi resultado do anseio dos protestantes da localidade, que através de um abaixo-assinado solicitaram a presença de um pastor que residisse na cidade. Assim, Kolb tornou-se o primeiro obreiro residente no Estado. Além das cidades citadas, em viagem à Caraybas em 1888, passou por Pão de Açúcar, São Braz, Curral da Pedra, Propriá e Capela.

Com o intuito de resolver o problema do analfabetismo em Laranjeiras, os presbiterianos criaram escolas bíblicas que funcionavam aos domingos, em um salão próximo à igreja e tinha o objetivo de ensinar a doutrina aos novos fiéis. O ensino era ministrado pelos pastores, suas esposas e os conversos mais experientes. Posteriormente foram criadas as escolas paroquiais, onde eram utilizados bíblias e hinários como material pedagógico.

No período em que a Igreja Presbiteriana ficou aos cuidados de Kolb (1886-1892), este contribuiu de maneira relevante para a expansão da fé, bem como se preocupou com a questão do analfabetismo em Laranjeiras, por acreditar que a escola “é a antecâmara do templo” (OLIVEIRA, 1981, p.139). Nessa perspectiva foi criada a Escola Americana (1886), com intuito de alfabetizar os recém - conversos, e prepará-los para exercer as atividades

administrativas, auxiliando-os na leitura da Bíblia, nos registros de atas, de batismos e casamentos.

A constatação do alto índice de analfabetismo observou que precisariam oferecer à população protestante um sistema educacional alternativo, para que o convertido fosse capaz de, pelo menos, ler a Bíblia, o livro de hinos (pois a música era um forte elemento conversionista) e outras literaturas religiosas; ou ainda de escrever atas, registros de batismos ou casamentos, sendo indispensável que ele tivesse o mínimo de preparo intelectual para a sua integração no grupo. (NASCIMENTO, 2004, p.147).

Os missionários presbiterianos preparavam o indivíduo para a integração no grupo, e também queriam formar pastores para suas igrejas e professores para suas escolas. Também queriam educar os filhos da classe dominante para que, mesmo que não se convertessem, teriam uma maior tolerância religiosa. A Escola Americana tinha como intuito implantar uma cultura religiosa diferente da encontrada na cidade de Laranjeiras, fazendo a educação semelhante aos das escolas norte-americanas.

O empreendimento missionário presbiteriano norte-americano, através da ação educativa de seus colégios, tinha como meta o estabelecimento de uma civilização cristã, diferente da que eles encontraram no Brasil, na qual os ideais, o modo de pensar, os costumes e hábitos sociais do povo e suas instituições políticas tinham uma relação simbiótica com a religião católica. (NASCIMENTO, 2004, p.147).

Contudo, Mendonça via a educação protestante como estratégia evangélica, na qual os propósitos se completavam e se confundiam, baseando-se em três objetivos: a) difundir a cultura protestante através de métodos educacionais modernos; b) formar uma elite que se não fosse protestante, pelo menos fosse influenciada pelos valores e princípios da cultura que lhe era proposto pelas escolas; e c) evangelizar as famílias que tinham seus filhos nas escolas protestantes (MENDONÇA E FILHO, 1990, p.105).

Os presbiterianos viam que para criar um indivíduo crítico e questionador se deve investir na educação, primordialmente. Todavia, esse conhecimento secular deveria estar associado ao estudo das sagradas escrituras. Nesse período, as escolas existentes priorizavam o ensino de pessoas do sexo masculino enquanto que as do sexo feminino eram discriminadas. Em Laranjeiras, a Escola Americana, fundada em 1886, dirigida pelo professor presbiteriano Manoel Nunes da Mota, funcionava no andar térreo do sobrado dos protestantes e oferecia os cursos primários e secundários, seguindo um padrão educacional da missão norte - americana.

A Escola Americana com sua proposta pedagógica revolucionária funcionava como internato, agregando tanto pessoas do sexo masculino quanto feminino, com mensalidades

baixas, facilitando o acesso dos menos favorecidos economicamente, ensinando as disciplinas de Aritmética, Geografia, Inglês, Português, Francês, Prendas e Música. A música foi muito usada como instrumento de difusão da nova religião no Brasil.

Os missionários buscaram oferecer às suas comunidades o ensino primário através das escolas chamadas “paroquiais” e organizar os grandes colégios as principais cidades brasileiras, a exemplo da Escola Americana e seu internato verificado em Laranjeiras. Esta formava pastores para as escolas, como também educava os filhos da classe dominante que mesmo sem se converterem ao protestantismo seriam tolerantes à nova religião (SANTOS, 2009, p.28).

As ideias protestantes e o trabalho educacional provocaram uma grande mudança social, favorecendo a alfabetização e contribuindo para o progresso de uma nação, considerada pelos presbiterianos como “nação atrasada” em relação aos Estados Unidos, visando criar um indivíduo crítico de si mesmo, da sociedade, assim como da religião imposta desde a colonização.

[...] O seu produto acabado é o indivíduo capaz de criticar a si mesmo e a sociedade em que vive. Esse indivíduo liberto das amarras da tradição é o alfa e o ômega de tudo que associamos com a modernidade ocidental. [...] Ao longo do tempo de vida o indivíduo vai reproduzindo inconscientemente, toda tradição religiosa, sem nunca refletir sobre aquela tradição (SOUZA, 1999, p.28).

Em 02 de abril de 1892, Kolb inaugura a Casa de Oração Presbiteriana no povoado Lavandeiras, que naquela época pertencia ao Município de São Cristóvão. Por ficar próxima a Laranjeiras, essa pequena povoação recebeu influência direta do Evangelho. Na ocasião estava presente o Reverendo Woodward Edmund Finley.

O terreno para a construção da Casa de Oração em Lavandeiras foi oferecido pelo Sr. Manoel do Espírito Santo e sua mulher Dona Joana do Coração de Jesus, sem nenhum ônus para os presbiterianos. A criação da Casa de Oração foi necessária em virtude da existência de diversos conversos e pessoas interessadas, como o Coronel Luiz Francisco Cardozo de Menezes, que se ofereceu para ficar à frente da obra, tornando-se responsável também pela construção.

Em 1888, o Reverendo John Benjamin Kolb, realizou o primeiro casamento acatólico em conformidade com a lei de 1863, a qual permitia que os pastores realizassem casamentos, o que até então, só era permitido pela Igreja Católica.

Tendo o Exmo. Presidente da Província, em onze do atual, atendendo ao que representaram o Sr. Joaquim Teles de Barreto e D. Etelvina Barreto

Resende, concedendo-lhes dispensa e a forma do artigo 17 do decreto nº 3060 de 17 de abril de 1863, de parentesco que entre eles existem a fim de poderem realizar o casamento contrataram o reverendo J.B. Kolb, pastor evangélico, celebrou ontem (17) por duas horas da tarde, o ato de casamento deles, no sítio de sua residência denominado Lavandeira, no município de São Cristóvão (*O Laranjeirense*, 18 de janeiro de 1888).

Kolb teve um importante papel na sociedade laranjeirense. Envolveu-se nas questões republicana e abolicionista e como líder carismático e eloquente era muito bem visto e aceito pela sociedade laranjeirense. Participou ativamente da vida cultural da cidade, contribuiu para a compra de livros do Gabinete de Leitura e "tornou-se sócio do Clube Democrático, ao lado de membros destacados da comunidade e contribuiu para a organização do Gabinete de Leitura." (MATOS, 2004, p.106). O Gabinete de Leitura tornou-se fundamental na implantação das ideias políticas no período que antecedeu à República.

Em 1892 Kolb, em viagem de férias, retorna aos Estados Unidos. Com a saída deste Pastor Evangélico, chega à cidade de Salvador no ano de 1889 o Reverendo Woodward Edmund Finley (1865-1949), nascido em London (Ohio), que concluiu seus estudos teológicos no Seminário Mc Cormick em Chicago (1889). Nesse mesmo ano, é ordenado pelo Presbitério de Columbus. Em 23 de setembro de 1889, Finley chega ao Brasil seguindo para Salvador, na época em que fervilhavam no cenário político as ideias republicanas. No Brasil, Finley é empossado no pastorado da Igreja Presbiteriana por Alexander Latimer Blackford, e em 1892 é enviado a Laranjeiras para substituir o reverendo John Benjamin Kolb.

3.4.3A Igreja Presbiteriana de Laranjeiras sob a liderança de Finley

Ao chegar a Laranjeiras, Finley toma a frente dos trabalhos missionários e da Escola Americana fundada por Kolb. Além de dirigir a escola, preocupou-se em expandir o trabalho evangelístico em Itabaiana, Campo do Brito, Lagarto, Riachão e Boquim. Como parte do trabalho evangelístico de Finley, há registro da conversão de Manuel Filizardo Pereira, um comerciante ambulante, que ao tentar vender-lhe fumo foi evangelizado e tornou-se protestante, contribuindo para a implantação do presbiterianismo na cidade de Lagarto. Após convertido, Filizardo transformou sua casa em local de culto. Por ter mudado de religião, este teve sua casa apedrejada por pessoas influenciadas pelo padre local.

Existia em Urubutinga, povoado de Lagarto, um negociante ambulante por nome Manuel Filizardo Pereira que, em sua infância tinha sido sacristão do Padre Possidônio Pinheiro da Rocha [...]. Provavelmente, no ano de 1893, indo a Laranjeiras, encontrou-se com o missionário Woodward Edmund

Finley que, ao invés de comprar fumo, o evangelizou, tornando-se adepto do Protestantismo. (NASCIMENTO, 2004, p.65).

No ano de 1893, sob a direção do pastor Woodward Edmund Finley, a Escola Americana, que antes era afastada da área urbana, passou a funcionar na região central de Laranjeiras, tendo em seu quadro somente professores do sexo feminino, entre elas Clara Hugh e a missionária Elizabeth R. Williamson.

Em 1898 é levantada a hipótese de a Escola Americana ser transferida para Aracaju, pois a nova cidade apresentava característica promissora. Então, a Escola Americana foi transferida de Laranjeiras para Aracaju, iniciando suas atividades na capital sergipana, em 6 de fevereiro de 1899 (NASCIMENTO, 2004, p. 213-214).

Após a transferência da escola, o que restou do trabalho Presbiteriano em Laranjeiras foi o salão paroquial, que ficou sob a responsabilidade do pastor Cassius Edward Bixler, que tinha chegado a Laranjeiras em 1896 para auxiliar o Reverendo Finley. A permanência do salão paroquial tinha como objetivo agregar os filhos dos protestantes, dificultando o acesso à educação em escolas de cunho católico.

Na Escola Americana, alguns alunos, filhos da elite aracajuana, se destacaram, sendo eles: José Calazans Filho (futuro dono do Centro D. Vital e filho do presidente da província), Jackson de Figueiredo (futuro articulador político) e Penélope de Magalhães (mulher que se destacou na sociedade como professora). Posteriormente, o Centro D. Vital tornou-se uma escola de cunho católico, que visava agregar os filhos dos católicos, objetivando afastá-los da influência das escolas protestantes.

3.4.4A Igreja Presbiteriana de Laranjeiras sob a liderança de Bixler

Com a transferência de Finley e da Escola Americana para Aracaju, quem ficou à frente dos trabalhos em Laranjeiras foi o Rev. Cassius Edwin Bixler (1862-1952), nascido em Eschol na Pensilvânia, formado em Teologia no Seminário Presbiteriano de Chicago (1892-1893) e pelo Seminário de *Princeton* (1893-1895), sendo ordenado pastor pelo Presbitério de *Fort Dodge* em 1895. Em 9 de novembro de 1896, Bixler chegou a Sergipe e depois do estudo da língua, por cerca de um ano, auxiliou Finley nos trabalhos evangelísticos.

Viajando pelo interior do Estado de Sergipe, Bixler abriu trabalhos em muitos lugares, a exemplo de Riachão, Lagarto (Urubutinga), Simão Dias e Frei Paulo, sendo que em Frei Paulo o desenvolvimento do trabalho se deu a partir da conversão de Domingos José Ferreira

(1862-1942). Além disso, organizou quinze pontos de pregação e quatro igrejas (NASCIMENTO, 2004, p. 140)

Em suas andanças pelo interior do Estado, Bixler despertou a curiosidade da população devido aos acessórios por ele usados: um capacete branco e óculos transparentes. No Brasil, a população vivia no atraso cultural e esse tipo de indumentária era desconhecida. Dessa forma, não foi difícil para a população atribuir-lhe termos como *cão* e *doutor bicho*. Além dos termos pejorativos, Bixler enfrentou a oposição dos fanáticos instruídos pelo clero, como o ocorrido na Vila de Siriri e noticiado pelo Jornal O Republicano de 31 de março de 1889. Porém, isso não impediu que algumas pessoas o admirassem como pregador e cantor de hinos.

3.4.5O primeiro templo presbiteriano do estado de Sergipe

Mesmo em meio às divergências, a causa protestante atraiu a curiosidade de setores da aristocracia brasileira. Embora sem se converter, estes viam com bons olhos a mensagem protestante, a exemplo de Tavares Bastos, Abreu e Lima e Rui Barbosa, que não tinham interesse religioso no protestantismo e sim nos paradigmas, nas práticas liberais e no ideal de progresso do Protestantismo. “Homens iminentes na intelectualidade e na política brasileira, como Rui Barbosa, que já na República foram simpáticos ao protestantismo, mas não se converteram a ele”. (MENDONÇA, 2001, p.39).

No município de Laranjeiras não foi diferente. Também ocorreu por intermédio de algumas aristocratas, entre elas Dona Maria Rosa da Paixão e Dona Esmeralda Guimarães, viúva do comendador Antônio Agostinho Ribeiro Guimarães. Houve a compra do terreno no valor de 500\$000, perto da matriz, para a edificação do Primeiro Templo Presbiteriano do Estado de Sergipe, sendo inaugurado no dia 19 de novembro de 1899, com a presença de John Benjamin Kolb, Woodward Finley, Cassius E. Bixler, Pierce Chamberlain e Lino Costa. Não se sabe ao certo se as benfeitoras faziam parte da membresia da Igreja, o que se pode deduzir é que em consequência da quantia desembolsada, estas possuíam uma boa condição financeira.

Figura 2 - Igreja Presbiteriana de Laranjeiras



Fonte: Acervo da pesquisadora, 2016.

A planta da Igreja foi doação dos irmãos Januzzi do Rio de Janeiro e o templo foi construído em estilo eclético simples, porém com predomínio do neogótico ou neo-renascentista, estilo muito usado no século XIX. As portas e janelas com arcos ogivais, na platibanda a presença de cornijas e na fachada, pilastras laterais e centrais, derivados da loggia renascentista dos palácios venezuelanos e florentinos (SILVA E NOGUEIRA, 2007, p.63). O templo Presbiteriano hoje está localizado na Rua Tobias Barreto, no centro de Laranjeiras, bem próximo à Igreja Matriz de Nossa Senhora da Conceição Sagrado Coração de Jesus.

3.4.6O surgimento da primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju e a expansão do presbiterianismo em Sergipe no século XIX

O grande número de conversos em Sergipe favoreceu em 1898 a divisão dos trabalhos, que ficaram assim definidos: Laranjeiras, Lavandeira e Caraybas ficaram a cargo de Cassius Edwin Bixler, enquanto Woodward Edmund Finley ficou responsável pelos trabalhos em Aracaju, onde em 1901 foi organizada a Primeira Igreja Presbiteriana de Aracaju.

No dia 13 de dezembro de 1901, às três e meia da tarde, a comissão nomeada pelo presbitério de Pernambuco, composta dos Revs. Drs. E. W. Chamberlain e W. E. Finley organizou a Igreja Presbiteriana do Aracaju, sendo arrolados 33 membros maiores e 12 menores, vindos da Igreja de Laranjeiras. A noite houve culto público, sendo declarada organizada a Igreja. O Rev. Chamberlain leu a escritura; o Rev. Cassius E. Bixler fez oração; o Rev. Finley narrou a história da igreja e os esforços feitos para conseguir a sua organização, salientando a ação do presbitério de Pernambuco e da comissão nomeada; o Rev. Waddell instruiu nos seus deveres os membros da nova igreja. (MACHADO, 1920, p.211).

Os presbiterianos de Aracaju inicialmente eram provenientes de Laranjeiras. Em virtude da seca que assolou a cidade, houve a decadência de muitos senhores de terra, favorecendo a vinda desses para a cidade.

O Presbiterianismo continuou crescendo e ganhando notoriedade, principalmente no cenário político, social e religioso. No aspecto social, a influência protestante foi marcante, pois causou mudanças na sociedade e nos hábitos dos indivíduos. Os que se convertiam, todavia, não escapavam às perseguições, a exemplo de Samuel de Oliveira, que por deixar o Catolicismo sofreu represália ao tentar embarque no porto da cidade de Laranjeiras.

Samuel, já emancipado de certa forma religiosa, tinha se colocado no partido dos protestantes, especialmente pelo lado moral. Os católicos haviam resolvido tomar dele uma vingança, e tomaram-na. Consistiu esta em fazerem na hora do partido do desabusado adversário, uma enorme fogueira, lançando lume a grande montão de bíblias protestantes no morro que está o cavaleiro do ponto de embarque. (MACHADO, 1920, p.210).

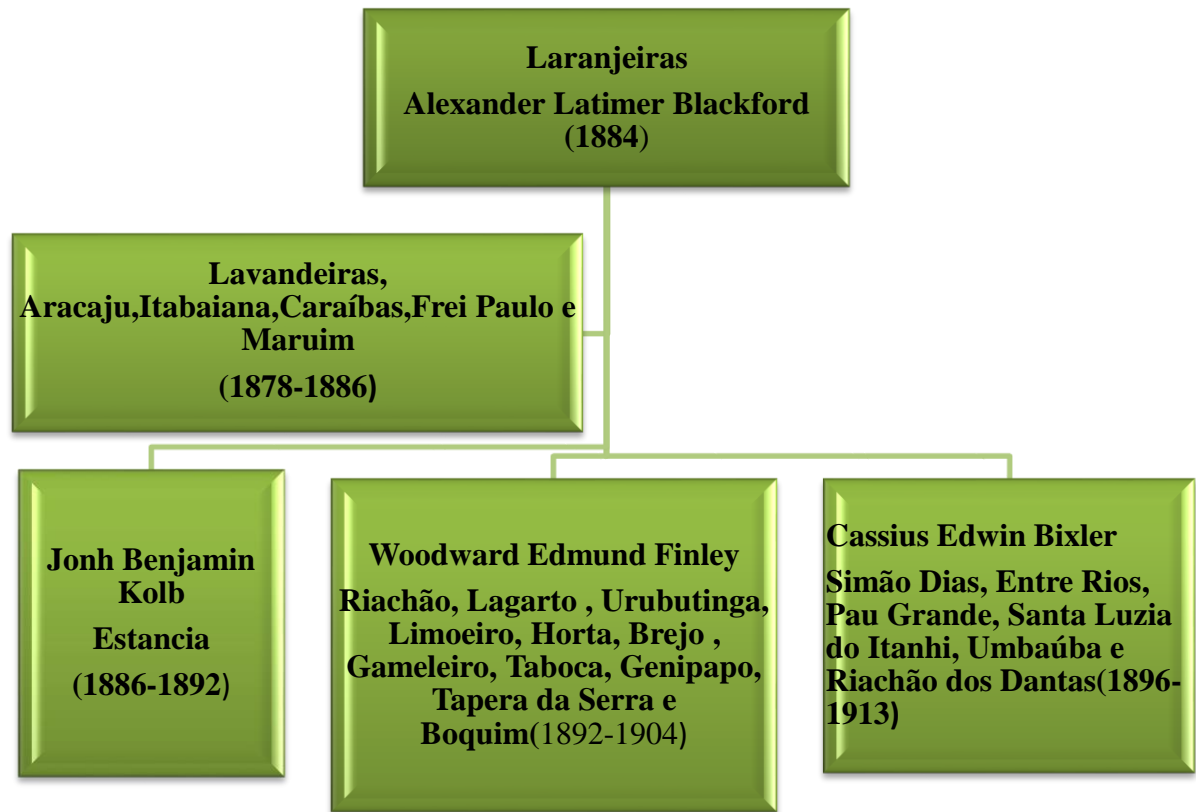
Ao presenciar tal fato, Fausto Cardoso, que na ocasião acompanhava Samuel, dirigindo-se a ele, perguntou se os padres queriam lhe iluminar a partida, no que este lamentou o ocorrido, dizendo que aquele ato era a prova dos cristãos andar em trevas e não na luz.

Pertencer a uma nova religião dentro de uma sociedade predominantemente católica e preconceituosa causou desconforto aos novos conversos que sofriam perseguições de todas as maneiras. O século XIX pode ser considerado como o século da “inquisição sem fogueiras”, em virtude das perseguições e dos conflitos religiosos. Apesar das perseguições, nem o Estado nem a Igreja Católica se levantaram oficialmente contra o Presbiterianismo, se compararmos com outras revoltas ocorridas. Esse clima político e religioso criou um ambiente favorável, principalmente no campo social, a implantação do Presbiterianismo.

Os trabalhos missionários, apesar de terem iniciado na cidade de Laranjeiras, se expandiram por várias povoações no interior do Estado de Sergipe. A mensagem era levada a todas as pessoas pelos missionários, colportores e leigos. Estes aproveitavam a carência espiritual da população, formada por um vasto segmento de homens pobres e livres, que viviam na zona rural. Assim alcançaram a muitos que viviam afastados do centro urbanos. Nessas localidades, a comunidade contava apenas com uma venda e uma capela e os moradores sobreviviam da agricultura de subsistência. E são exatamente esses sitiados que se tornam alvo da mensagem protestante. Não foi à toa que o movimento cresceu e se expandiu. Esses moradores não tinham acompanhamento sacerdotal pelos párocos da Igreja Católica. Para Mendonça (2008, p.132) a vida comunitária girava em torno dos três setores fundamentais: a vizinhança, a cooperação e o parentesco (MENDONÇA, 2008, p.137). Para Mendonça (2008, p.132) a vida comunitária girava em torno dos três setores fundamentais: a vizinhança, a cooperação e o parentesco (MENDONÇA, 2008, p.137).

A figura a seguir oferece uma visão da expansão do presbiterianismo em Sergipe nos seus primeiros trinta anos, na transição do século XIX para o século XX.

Figura 3 - Missão presbiteriana em Sergipe no século XIX



Fonte: Organograma organizado pela autora, 2016.

Assim, o Protestantismo alcançou êxito nessas localidades tendo como principal via a camada dos homens pobres e livres. Se considerarmos as povoações sergipanas que serviram de campo de atuação do Presbiterianismo é possível deduzir que essas áreas isoladas ofereceram oportunidades para sua penetração principalmente no campo religioso. “A pregação protestante encontrou ali não somente um espaço social aberto, mas interstícios através dos quais pôde penetrar e ocupar pequenos claros deixados pela religião dominante” (MENDONÇA, 2008, p.87).

Nesse contexto, serão analisados no próximo capítulo, a forma como se deu o conflito religioso entre católicos e protestantes nos jornais, e de que forma esses conflitos contribuíram para o processo de inserção do Presbiterianismo especialmente em Laranjeiras e demais localidades.

4DOIS AGENTES EM CONFLITO: CATÓLICOS E PRESBITERIANOS NA ATENAS SERGIPANA DO SÉCULO XIX

A presente pesquisa se insere na área da historiografia, particularmente do processo de implantação do Protestantismo em Sergipe. Acompanhando o desenrolar desse processo observamos uma série de conflitos entre um discurso religioso que imperou na sociedade laranjeirense durante anos, sem ser contestado, sustentado por agentes encarregados da reprodução e manutenção do mesmo. Tal discurso oferecia, de certo modo, um conjunto de explicações para a ordem social e suas relações corretas. Quando esse discurso começa a ser questionado por novos agentes operando com discursos semelhantes, mas enfraquecendo o poder explicativo do anterior, um conflito emergiu.

Ajudou-nos a pensar esses conflitos a teoria dos campos do poder, elaborada pelo sociólogo Pierre Bourdieu. Apesar de todas as críticas levantadas à mesma, e cuja discussão está fora do âmbito de uma pesquisa historiográfica, servimo-nos das palavras “campo” e “agentes” para identificar esses dois discursos. Compreendemos “campo” como uma delimitação de interesses relacionados à manutenção de uma hegemonia em uma determinada esfera da sociedade. Certamente, essa esfera interage com as demais. Portanto, sua autonomia é relativa, pois as lutas que nele ocorrem, embora tenham uma lógica interna, estão entremeadas por fatores externos e também tem resultados externos (econômicos, sociais, políticos, etc.). Nesse caso, o “campo religioso” de Laranjeiras no final do século XIX é um espaço inicialmente dominado pelo discurso católico e a instituição Igreja Católica Romana. As demais expressões religiosas ali presentes (indígenas ou afros) eram sufocadas, ignoradas ou absorvidas por esse discurso, não tendo poder para enfraquecer o mesmo. Nesse caso, o “agente” principal que domina (monopoliza) o campo é a Igreja Católica Romana. No momento em que um novo agente (o protestantismo) “invade” aquele campo, com um discurso baseado em conceitos muito semelhantes, mas propondo e sugerindo uma quebra dessa hegemonia, um conflito se instaurou.

Dois agentes agora se confrontam – o que detinha a hegemonia do campo terá que responder às críticas e à deslegitimação de seu monopólio levantada por um novo agente. Tal disputa se deu inicialmente a partir das iniciativas de protestantes baseadas em uma estratégia de popularização da fonte de autoridade do discurso religioso (a Bíblia), da interpretação da mesma e das consequências dessa interpretação. Tais questões não são aqui aprofundadas, merecendo estudo posterior. Porém, são apontadas para demonstrar o poder do discurso religioso e as questões que o mesmo suscita, e que exigirão, em longo prazo, a interferência

de um arbítrio distinto a fim de mediar limites da disputa. Esse arbítrio veio com a proclamação da República: o Estado Republicano e laico, com sua Constituição, agora arbitrarão o conflito, tentando minimizar agressividades de ambos os lados e tomando para si o monopólio das regulamentações referentes à família (matrimônio) e aos corpos (sepultamento).

O presente capítulo concentra-se basicamente em alguns desses conflitos, destacando argumentações teológicas de ambos os agentes nos jornais da época. Os jornais eram o veículo principal dos debates e ataques mútuos. Porém, muitas vezes, tais conflitos deixavam o nível discursivo chegando à violência e à agressão (espancamentos, queima de bíblia ou quebra de imagens)

4.1 CENÁRIO E TEMAS DO CONFLITO

O Catolicismo, como um vasto ramo do Cristianismo implantado pelos colonizadores, se instalou em quase todos os segmentos da sociedade ocidental e reinou absoluto durante longo tempo. Foi perdendo sua hegemonia em algumas regiões apenas quando surgiram os primeiros reformadores, os quais consideravam que a Igreja Católica como “velho inimigo da reforma precisava ser vencido” (MENDONÇA, 2008, p.289).

Como uma instituição que se entendia “divina”, a Igreja Católica não aceitava ser contestada. Para coibir quaisquer tipos de “heresia”, até o século XVIII contava com o Tribunal do Santo Ofício para investigar, julgar e punir crimes contra a igreja. Assim, não foram poucas as pessoas submetidas à perseguição ou mesmo à morte na fogueira. O fato de a Igreja instaurar o terror através das ações do Tribunal contra os fiéis que não rezavam a mesma cartilha que ela gerava uma contradição, pois a mesma instituição que perseguia e queimava os fiéis era a mesma que perdoava e estabelecia sanções aos adúlteros e assassinos, mediante o pagamento de punições físicas ou financeiras.

Em Sergipe, o Tribunal do Santo Ofício começou a atuar no século XVIII. Crimes como bruxaria, feitiçaria e heresia eram os mais perseguidos. Conforme Mott (2013, p. 15), em Sergipe, o “Santo Ofício devassou, perseguiu, prendeu, sequestrou, degredou, torturou mais de uma dezena de seus moradores, tendo levado a morte ao menos um sergipano: José Fernandes”.

Apesar de o Santo Ofício ter sido extinto no século XVIII, ainda era possível observar na segunda metade do século XIX resquícios dessa prática medieval, a exemplo do Auto de Fé ocorrido em Laranjeiras, tendo a frente freis Paulo e Paulino.

[...] no mês de novembro próximo passado, deu-se um fato bastante escandaloso [...] uns monges capuchinhos convidam para pregarem uma missa cujo fim era acabar com os protestantes. Arranjaram um ato, chamando-o de auto de fé. O povo foi induzido a trazer suas Bíblias, testamentos, livros e folhetos comprados ou recebidos dos protestantes para serem queimados, e, por este modo, acalmar a ira de Deus e reconciliar as pobres ovelhas desgarradas com a santa madre Igreja. Na tarde do dia marcado, o povo reúne-se levando os livros proibidos em número bastante elevado; a procissão formou-se, tendo a frente os monges, seguidos pelo Presidente da Província, juízes municipais e de direito [...] chegando ao lugar, fizeram uma fogueira e, quando estava bastante intensa, as Bíblias foram abertas, rasgadas, enquanto eram lançadas ao fogo [...] Para dar mais imponência ao ato, o Presidente da Província, na mesma ocasião, aliviou seu espírito pronunciando um discurso piedoso (Laranjeiras, 4 de março de 1888, *Jornal O Laranjeirense*).

Nesse auto, destacam-se alguns elementos. Entre eles, o fato do povo ter sido “convidado” para uma missa, e ao mesmo tempo, “induzido” a trazer as Bíblias, testamentos, livros e folhetos, compradas ou recebidas dos protestantes para serem queimadas em um ato público, o qual foi denominado de *Auto de Fé*. O auto de fé era um recurso muito usado pelo Tribunal do Santo Ofício para queimar bruxos e feiticeiros em praça pública. Geralmente o ato contava com o apoio de representantes da Igreja e do governo. O auto de fé em geral tinha por objetivo a exaltação pública do Catolicismo, a instrução dos fiéis e ao mesmo tempo a cumplicidade entre o povo e a Igreja na luta contra o mal.

Observa-se que nesse caso o *mal* era a mensagem protestante e as Bíblias consideradas pelo clero como *falsificadas*. Além disso, o ato marcava o território hegemonicamente católico e concedia às “pobres almas desgarradas” da Santa madre Igreja o perdão por ter dado crédito a *heresias*, bem como a oportunidade de renunciar aos pecados e reafirmar a “verdadeira doutrina”, ou seja, o catolicismo. (NAZÁRIO, 2005, p. 91).

Durante a Idade Média, a fogueira em local público tinha como objetivo queimar heréticos, bem como a cremação de livros que ocorria após a leitura da sentença dos livros proibidos. Porém, em Laranjeiras esse ato foi usado como uma manifestação de poder com o objetivo de deter o avanço do Protestantismo. O ato contou com o apoio de pessoas influentes, a exemplo dos juízes e do Presidente da Província, o qual na ocasião fez um discurso piedoso legitimando o ato.

Na verdade, a polêmica em volta das Bíblias e toda perseguição ocorrida no período contra os protestantes era um paradoxo, pois se por um lado perseguia os fiéis, por outro haviam padres que eram denunciados pelo comportamento inadequado ao exercício do sacerdócio. A forma como alguns representantes do clero viviam causava a insatisfação de muitos fiéis e enfraquecia o poder da Igreja Católica, obrigando-a a reconstruir sua imagem

perante a sociedade. Afinal, como instituição dominante, era preciso lutar para manter sua hegemonia, principalmente após a chegada dos protestantes, que por meio da propaganda religiosa transformaram o campo religioso laranjeirense em um local de concorrência ideológica e tensões. De um lado, um grupo já estruturado, e um novo agente que tentou vencer o bloqueio de uma tradição secular, que exercia seu poder sobre os leigos (dominados). Estes dependiam em tudo da assistência da Igreja que, como uma *empresa de salvação*, oferecia bens e serviços capazes de satisfazer as necessidades dos adeptos que dela dependiam.

As relações de *transação* que se estabelecem, com base em interesses diferentes, entre os especialistas e os leigos, e as relações de concorrência que se opõem os diferentes especialistas no interior do campo religioso, constituem o princípio da dinâmica do campo religioso e também das transformações da ideologia religiosa. (BOURDIEU, 2005, p.50).

Partindo das relações de oposição, concorrência e interesses entre os especialistas, observa-se que a disputa pelo campo religioso gerou agressões, perseguições e conflitos ideológicos entre os fiéis de ambos os lados. Os conflitos gerados a partir deste cenário deram origem a vários embates. Mesmo sem registro de mortes, não foram poucos os casos em que ocorreram apedrejamentos e espancamentos por ideologias religiosas.

As perseguições e intolerância de que damos notícia em outro lugar de nossa folha demonstram toda tendência do romanismo para perseguir quantos não creem em Roma, e a influência que ainda exerce, mas denunciam também a falta de argumentos racionais para sustentar suas doutrinas e combater as das Igrejas Evangélicas. Jesus nosso Salvador, mandou ensinar - convencer pela palavra. Seus apóstolos nunca perseguiam os que não recebiam seus ensinamentos nem pregavam o evangelho. A Igreja de Roma, porém, é a mesma que se encarrega de demonstrar que não é a Igreja de Jesus, porque não só põe de lado o mandamento do Senhor, como persegue os que o cumprem. Disse há pouco um vigário a um ministro evangélico que não recebia a autoridade da Bíblia! Sabemos a Igreja de Roma não ensina ostensivamente isso, mas temos certeza de que na prática não recebe a palavra de Deus. [...] Às autoridades constituídas, porém, cumpre manter a Constituição e as leis, impedindo de se reproduzam fatos como os que noticiamos, e punindo os criminosos de tão vergonhosos feitos. Far-se-á justiça em nossa terra? (São Paulo, 23 de janeiro de 1886, Jornal *Imprensa Evangélica*).

Os casos de intolerância religiosa em Laranjeiras foram registrados inicialmente em 1863, quando os colportores começaram a fazer a propaganda religiosa, e tiveram continuidade após a chegada dos missionários e a instituição do Presbiterianismo. Nesse período as discussões giravam em torno das várias interpretações das sagradas escrituras e dos preceitos de cada uma das instituições religiosas.

A Igreja Católica, solidificada em tradições medievais, sempre se serviu de representações figurativas (imagens e pinturas) em seu culto e na prática da devoção popular. Nos Templos, lares e espaços públicos eram comuns os objetos de devoção como “as cruzes e pequenos santuários colocados em estradas, bem como os oratórios domésticos” (CAMARGO, 1973, p. 56).

O Protestantismo, por sua vez, desde seu início na Europa apresentou tendências anicônicas e práticas iconoclastas, intensificadas na época dos reavivamentos religiosos nos Estados Unidos. Essa divergência encontrou forte ressonância nos primórdios do Protestantismo no Brasil, em especial em Sergipe. Esse ponto de divergência (o uso de imagens) gerou uma grande polêmica, principalmente por conta dos novos conversos ao protestantismo, que passaram a destruir suas imagens.

Assim, diante do cenário, tem início uma grande e longa discussão nos jornais da Província laranjeirense no século XIX. De um lado os polemistas católicos e do outro Manuel dos Santos David, pastor e pregador polemista.

4.1.1 Controvérsia iconoclasta: quebra de imagens e a deslegitimação de um bem simbólico

Muitos indivíduos após a conversão julgavam à luz da Bíblia que a adoração à imagem era um erro. Sendo assim, muitos praticavam o ato de iconoclastia, ou seja, quebravam imagens e estatuetas da antiga devoção. Em Laranjeiras os fiéis, além de quebrá-las, jogavam-nas nos rios ou mesmo nas ruas, o que era naturalmente recebido pela população católica como provocação religiosa. Essa prática despertou a ira de alguns católicos, que viam nisso um ato de heresia. Descontentes com o ocorrido publicou-se no jornal *O Horizonte* de 1 de janeiro de 1886 um artigo intitulado “quebramento de imagens”. Não se sabe ao certo quem era o autor, pois na época era comum a utilização de pseudônimos ou de anonimatos.

Uma senhora de nossa sociedade, domingo passado, após o sermão do ilustre ministro presbiteriano Sr. Blackford, chegando a casa, apoderou-se de um nicho, onde guardava algumas imagens, e com força de um espírito transtornado momentaneamente esmigalhou-as a golpes repetidos de martelo. Censuramos semelhante acontecimento; ele fere de perto as convicções de nossas famílias. Não é assim procedendo que se desbravam os terrenos opostos àqueles que seguimos. O passo dessa senhora mostrou seu espírito obcecado pelo fanatismo. Devemos tolerar as ideias e princípios daqueles que não comungam conosco [...] todos tem o direito de manifestar

os ditames de seu espírito consciente, mas não tem o direito de rasgar com rudeza o que há demais caro para um povo que ainda não saiu do misticismo das ilusões infinitas [...] devemos respeitar as convicções alheias [...] fatos deste já não nos eleva, abate-nos, O combate das ideias deve ser pacífico, para dele surgir a luz que, penetrando em grandes ondas em nosso organismo, produzirá um efeito tonificante e salutar. (Jornal *O Horizonte*, 1 de janeiro de 1886).

Na denúncia feita, alguns pontos são perceptíveis. O primeiro é que a reação da senhora foi provocada após o sermão “do ilustre ministro presbiteriano”, ou seja, nomearam um culpado pelo ato. O segundo ponto é a quebra da imagem em si, que provocou a revolta dos católicos que viram o ato como uma provocação religiosa, um ato herético e uma ofensa à fé cristã.

No relato o autor deixa claro que a senhora estava “transtornada momentaneamente pela força de um espírito obcecado e fanático”. Esse trecho dá uma conotação diabólica ao ato. Deixando evidente que a senhora só praticou o ato porque estava possesa por uma força do mal.

O autor defende que “todos têm direito de manifestar os ditames de seu espírito consciente, mas não tem o direito de rasgar com rudeza o que há de mais caro para um povo - [...] o combate das ideias deve ser pacífico”. A publicação causou polêmica, pois para muitos católicos as imagens dos santos representam algo sagrado. As imagens em capelas ou em altares caseiros representavam enorme função na religiosidade popular, pois substituíam a presença oficial da Igreja em regiões com poucos clérigos.

O “quebramento de imagens” fez com que no mesmo jornal fosse publicado outro artigo cobrando um posicionamento do clero local.

Causou-nos certa admiração à notícia de algumas pessoas que vão aceitando a crença protestante, ter quebrado algumas imagens, cujos destroços foram conduzidos pelas ruas, como sinal e prova das novas crenças. Estranhou-nos tal procedimento, desde quando ele vai contra as regras da delicadeza, da prudência e moderação. A sociedade desta cidade procura como toda sociedade humana, alcançar um padrão superior na escala da civilização e sempre ela mostra-se possuir e praticar em alto grau os deveres da delicadeza [...] a uma senhora não assiste e nem fica bem rolar no chão uma imagem que, quando perante os seus olhos nem valor tenha pelo menos o valor artístico [...] o que prova quebrarem-se imagens? Nada, senão uma educação defeituosa, ou um momento da vida em que a incandescência do espírito rompe os conselhos da calma e da prudência [...] Entretanto em Laranjeiras, onde podemos asseverar não há ninguém que seja competente nas altas questões de exegese dogmática, onde não há ninguém que entenda de religião quebram-se imagens [...] e onde está o clero? Onde está a consciência do dever do sacerdócio? Pelo menos reúnam as migalhas e deposite em um templo [...] Quanto a nós protestamos altamente, porque é o

nosso dever, contra semelhante desvio da delicadeza e dizemos que os iconoclastas só viveram nos séculos da barbárie, da ignorância e do regresso (Laranjeiras, 1 de janeiro de 1886, Jornal *O Horizonte*).

Observando os argumentos percebe-se que, apesar do ato causar indignação, a igreja local inicialmente não se posicionou nem contra nem a favor. Isso é perceptível quando o autor indaga: “onde está a consciência do dever do sacerdócio”? Essa fala evidencia a forma como o clero se comportou diante do ocorrido. Mas por que o autor se dá ao trabalho de expor o problema no jornal? Será que era para informar aos desinformados o ocorrido? Ou foi a forma encontrada pra chamar a atenção do clero e das autoridades locais?

Em outro comentário o autor afirma: “em Laranjeiras não há ninguém que seja competente nas questões de exegese dogmática”. Ou seja, o autor cobra um posicionamento da igreja e ao mesmo tempo desafia o clero a esclarecer ou condenar a prática de acordo com os princípios do Catolicismo Romano. Nesse comentário fica claro que nem a própria Igreja estava preparada para combater os questionamentos. Assim, o autor conclui: “quanto a nós, protestamos altamente, porque é o nosso dever, contra semelhante desvio de delicadeza e dizemos que os iconoclastas só viveram nos séculos de barbárie, de ignorância e de regresso”. O artigo jornalístico evidenciou a forma como setores da sociedade encaravam o ato. É possível que o protesto através da imprensa tenha despertado o clero local, pois na mesma semana o padre Firmino Rocha, vigário da cidade, realizou junto à comunidade religiosa, preces como protesto.

Para os católicos, a materialização do invisível na imagem favorecia a aproximação de Deus mediante a interseção dos santos nela representados, e isso se estendia também com o uso de ramos e patuás. De acordo com Camargo (1973, p. 51), a origem dessas fontes de devoção foi estabelecida pelos colonizadores portugueses, imigrantes, escravos africanos e parte da herança cultural indígena, que foram sendo implantadas ao longo da formação social e religiosa do país.

As raízes do Catolicismo brasileiro encontram-se na história da formação social e religiosa do país, ou seja, na implantação da religião formal e no desenvolvimento de formas religiosas acomodadas ao processo histórico da sociedade brasileira (CAMARGO, 1973, p.50).

Assim, a imagem como elemento sagrado inspirava a devoção, e era o único recurso que possuíam na hora da necessidade espiritual, materializando o sentimento religioso em momentos de aflição. Por isso a quebra de uma imagem representava para um católico - que vivia numa sociedade onde tudo era interpretado num contexto religioso - como uma afronta

ao próprio Deus. Sendo assim, desfazer-se de uma imagem, era algo que alterava sua própria identidade.

No caso de muitos deles, a rejeição de imagens como objetos de culto fora o ponto de decisão após longas lutas íntimas, familiares e sociais; ao lerem o mandamento, no livro de Êxodo, contra o culto de imagens, viram dismantelar-se todo o sistema que constituía sua religião. O próprio destino a dar às imagens, após a rejeição, vinha a ser parte do processo de Reforma espiritual (RIBEIRO, 1981, p.170).

Nesse sentido, desfazer-se de antigas práticas não era fácil. Era preciso antes de tudo que se tivesse certeza de suas convicções religiosas, para depois partir para uma atitude visível da reforma espiritual. O que vai imperar nesse momento é um confronto interno de teodiceias, pois, enquanto o católico vivia num mundo religioso povoado por santos, missas, milagres e sacramentos de forma geral, o protestante com sua mensagem clara e objetiva, despojavam-se desse mundo mágico, tornando o culto mais simples. Ou seja, “o protestantismo constituía-se num empobrecimento do cristianismo quando comparado ao catolicismo” (MENDONÇA, 2008, p. 217).

O episódio confirma que o impacto da pregação protestante, os sermões conversionistas e os hinos faziam distinção entre a “verdade” e o “erro”, entre a nova religião e a religião dominante. Esses hinos e sermões tinham como único objetivo “convencer o ouvinte de uma verdade contra outra” (MENDONÇA, 2008, p.300). Esse objetivo, no entendimento dos protestantes, poderia ser alcançado graças à leitura e a meditação bíblica, que além de levantar questionamentos, sem necessitar de interpretes ou de intermediários como era costume, punha em xeque algumas crenças instituídas ao longo dos séculos. Nesse contexto, após a leitura e o estudo bíblico, era necessário que o fiel tivesse uma experiência religiosa individual alimentada pela leitura da Bíblia onde;

[...] são levados a desvalorizar um clero academicamente preparado e os sacramentos como meios exclusivos de graça, realizando-os só no sentido de ordenanças, assim como os credos e confissões de fé, que só serviriam para tirar a liberdade de interpretação pessoal da Bíblia (MENDONÇA, 2008, p.295).

A reação católica ao propagandismo protestante era algo de se esperar, principalmente porque as autoridades eclesiásticas católicas já haviam advertido os fiéis sobre a nova doutrina. Dessa forma fica claro que qualquer ato, seja de quebraimento de imagens, ou qualquer um que fosse de encontro às crenças do “outro”, principalmente em relação ao sagrado, conseqüentemente seria o catalisador de conflitos. Esses conflitos mostram ainda que

“quando uma população está pronta ao conhecimento e aceitação de uma nova ideologia, ela se propaga como um incêndio na floresta, por faíscas dispersas levadas pelo acaso dos ventos, ou do espírito” (LEONARD, 1963, p.90). Ou seja, o protestantismo lançou faíscas no campo religioso laranjeirense.

A promotoria também se posicionou contrária ao quebramento de imagens instaurando inquérito contra os indivíduos que participaram do ato:

Está aberto, por denúncia da promotoria pública, o inquérito contra as pessoas que tomaram parte do fato do quebramento de imagens de que demos notícia no número passado do nosso jornal (Laranjeiras, 10 de janeiro de 1886, Jornal *O Horizonte*).

A polêmica ultrapassou os limites de Laranjeiras e da própria Província de Sergipe, sendo noticiada pelo Jornal *Imprensa Evangélica* de número 9 de 27 de fevereiro de 1886 em São Paulo, onde o redator faz a seguinte exposição.

O quebramento de imagens e *O Horizonte* de Laranjeiras. *O Horizonte*, folha publicada em Laranjeiras, Província de Sergipe tem-se ocupado com o fato de haver uma senhora, convertida ao evangelho, quebrado umas imagens que possuía, procurando deprimir a pessoa que a praticou. Noticia-o, em seu número 10 do passado, “que está aberto, por denuncia da promotoria pública, o inquérito contra as pessoas que tomaram parte no fato do quebramento de imagens”. Não há, porém, em toda a nossa legislação, um só artigo que proíba o quebramento de imagens, e por isso não pode deixar de admirar-nos o inquérito noticiado pelo *Horizonte*. Temos certeza de que uma Lei superior a todas as leis humanas se proíbe expressamente toda a representação, ou figura do que está em cima no céu, ou do que está embaixo na terra para adorar ou dar culto. [...] não farás para ti imagens de escultura, nem figura alguma de tudo o que o que há em cima do céu e do que há embaixo da terra, nem de coisa que haja nas águas debaixo da terra. Não adorarás, nem lhes darás culto, porque eu sou o Senhor o seu Deus, o Deus forte e zeloso que vinga a iniquidade dos pais nos filhos até a terceira e quarta geração, daqueles que me aborrecem, e que usa de misericórdia até mil gerações, com aqueles que me amam e guardam meus mandamentos”(Êxodo 20: 4-6)[...] o leitor poderá ver essa citação na Bíblia aprovada pelo Sr. Arcebispo da Bahia – da palavra de Deus no ensino dos homens e se convertem a Ele, se desfaçam de tudo quanto está proibido, sem excetuar imagens.[...] o fato de serem as imagens objetos de adoração do povo não deve ser trazido como razão para se deixar de destruir todos os simulacros que fazem esquecer o verdadeiro Deus.[...] se a Igreja Romana não tivesse apostatado da fé e posto de parte a palavra de Deus, e não contasse antecipadamente coma falta de conhecimento que o povo tem do ensino divino, causaria estranheza que o vigário de Laranjeiras realizasse preces como protesto ao quebramento de imagens, e o padre Firmino Rocha estivesse pregando sobre o mesmo assunto,[...]seria melhor que o padre Firmino pregasse contra adoração de imagens, profanação do dia do Santo nome de Deus, a profanação do dia do Senhor, os atentados á vida de que ia sendo vítima um vendedor de livros; contra o adultério, sem esquecer o escândalo que vivem certos eclesiásticos que mantêm em sua casa mais de uma concubina com seus respectivos filhos, sendo nisso imitados por seus

com paroquianos contra a destruição e furto da propriedade alheia; contra a mentira, o furto de mulheres casadas e a cobiça desordenada de certa gente. (Jornal *Imprensa Evangélica*, São Paulo, 27 de fevereiro de 1886).

Na notícia, o redator da *Imprensa Evangélica* expõe pontos contundentes. Inicialmente faz menção ao ato de quebramento de imagens alegando que não havia nenhuma legislação que coibisse o ato e, a partir daí questionou as autoridades competentes: afinal, se não havia legislação como pode ter sido aberto um inquérito para apurar o caso? Para o redator quem proíbe o uso de imagens é a lei que está posta no livro de Êxodo 20:4-6, como “uma lei superior a todas as leis humanas”, que foi entregue por Deus no monte Sinai, onde este proibia o povo de Israel fabricar imagens do que havia no céu, na terra ou mesmo embaixo da terra.

Para dar veracidade ao discurso, o redator do jornal solicitou que o “leitor verificasse o texto na Bíblia aprovada pelo Arcebispo da Bahia”. Ou seja, uma Bíblia católica. O fato do redator não utilizar uma Bíblia Protestante não causou estranheza, pois nesse período era grande a polêmica em volta das Bíblias “adulteradas e falsificadas”. De acordo com o redator “o fato de serem as imagens objetos de adoração do povo não deve ser trazido como razão para se deixar de destruir todos os simulacros que fazem esquecer o verdadeiro Deus”.

Outro ponto importante destacado pelo autor foi à forma como a Igreja Romana encarou o ato, realizando preces. Para ele, ao invés de realizar preces o padre deveria abordar outros aspectos como; as práticas ilícitas envolvendo concubinato, mentiras, adultérios, raptos de mulheres e a cobiça exagerada de pessoas do clero. Tais atitudes envolvendo o clero foram consideradas pelo redator como *escândalo* e como algo pelo que realmente valeria a pena realizar preces.

Para contrapor as críticas do redator da *Imprensa Evangélica*, alguém que assinou como *Alguns católicos* se posicionou contra através do artigo: “O vigário de Laranjeiras e o padre Firmino Julgados pela redação da *Imprensa Evangélica*”.

Muito se distanciou das normas da boa educação o redator da *Imprensa Evangélica*, órgão do protestantismo em São Paulo, escrevendo tópicos asquerosos e acres do seu artigo editado do corrente ano, contra o vigário de Laranjeiras e o Padre Firmino Brant [...] E por que o vigário de Laranjeiras e o padre Firmino tanto incorreram em graves culpas, para merecerem da redação semelhante crítica? O primeiro por que celebrou preces na Igreja, o segundo porque ocupou a Tribuna Sagrada para manifestar o sentimento de pesar do povo católico pelo quebramento de imagens. O protestantismo gasta milhões de contos para difundir pelo mundo suas crenças, sustenta imprensas, faz meetings, discute nas praças públicas, e um pobre padre

católico não pode em sua Igreja levantar um protesto contra um fato tão criticável de quebrar imagens![...] É um dever geral o respeito à religião qualquer que seja ela [...] Vir, porém, um redator da Imprensa Evangélica cujo espírito imbuído no egoísmo e na parcialidade por demais ridícula de somente possuir a verdade, descer uma discussão, que deve ser de princípios, ao baixo plano da descompostura pessoal é insuportável e intolerável. Melhor educação e mais reverencia aos princípios da delicadeza Sr. Redator. Até outro encontro. *Alguns católicos* (Laranjeiras, 9 de abril de 1886, Jornal *O Horizonte*).

Ao refutar as críticas do redator da *Imprensa Evangélica* nota-se que *Alguns Católicos* não gostaram das colocações feitas pelo redator, pois este criticou os padres pelas preces e por usas a tribuna da Igreja para manifestar sua opinião contra o quebramento de imagens. *Alguns católicos* se referiam à propaganda religiosa que estava sendo feita na cidade, bem como a quantidade de dinheiro que estava sendo gasto para isso. Se o protestantismo podia pregar em praça pública, então porque o padre não podia fazer o mesmo dentro da Igreja? *Alguns Católicos* concluem seu protesto pedindo educação e reverencia aos princípios da delicadeza.

4.1.2 Reação: apedrejamentos, espancamentos e atentados

O ato iconoclasta despertou a ira dos católicos laranjeirenses que partiram para o embate, ao tomarem conhecimento que o missionário Alexander Latimer Blackford chegaria à cidade através da imprensa. A sua volta foi notícia no Jornal *O Horizonte* de nº 22.

Noticiário. Corre que brevemente chegará a esta cidade o ilustre ministro presbiteriano, o Sr. Blackford, que segundo diz, vem a misteres de sua profissão, não deixando a margem algumas conferências para avivarem as crenças protestantes, ultimamente muitíssimo combatidas por alguns dos nossos distintos colaboradores que ansiosos esperam o ilustrado protestante (Laranjeiras, 1 de novembro de 1885, Jornal *O Horizonte*).

O anuncio despertou a fúria do povo, que se dirigindo ao porto ficou à espera do missionário Blackford, conforme a descrição abaixo:

Grande era o número de pessoas, sábado dois do corrente, pelas três horas da tarde, nas imediações do Trapiche Quaresma. Esperava-se o vapor fluvial que, diziam trazer o digno ministro protestante Sr. Blackford, que vinha realizar o casamento de uma pessoa de sua igreja, a quem a arraia miúda queria desrespeitar. Felizmente para todos, ao abordar o navio, soube-se que o Sr. Ministro não tinha vindo. O povo rompeu então de uma assuada enorme, e apoderou-se de um pobre vendedor de livros protestantes, nosso patrício, o qual não foi vítima dos projetos arremessados à sua pessoa, graças à intervenção do Sr. Alexandre Paiva e outros cavalheiros que ali se

achavam. Os livros foram completamente destruídos e a população o acompanhou até a sua casa gritando: “Morra Protestante”! Espetáculo triste! Tanto mais deplorável quanto é a vingança do fato vergonhoso “do quebramento de imagens”. Um atentado não se paga com outro [...] numa época em que tudo evolui no domínio físico e moral, que se trabalha pela regeneração do social, numa época como a atual, de todas as liberdades, de todo o progresso, ver Laranjeiras dar um espetáculo como o de sábado. Tristíssimo!(Laranjeiras, 10 de janeiro de 1886, Jornal *O Horizonte*).

A forma como o povo se preparou para receber o missionário deixa evidente como algumas pessoas da sociedade viam o protestantismo: como algo a ser exterminado e os *hereses* (protestantes) perseguidos e expulsos. A causa de tamanha revolta era a presença protestante e seus cultos que tinham como alvo a conversão individual, ou seja, houve um confronto de teologias católicas com sua variante popular e a protestante com sua versão missionária e reinterpretada pelo receptor das mensagens (MENDONÇA, 2008, p. 216).

Um ponto que chama a atenção é que, nem todos os católicos eram coniventes com as barbáries. Prova disso foi o posicionamento de Alexandre Paiva, um provável simpatizante da causa protestante, que não permitiu que o vendedor de Bíblias (colportor) fosse apedrejado, porém o vendedor de livros não escapou de ser vaiado e escoltado até sua casa. O autor da notícia diante da situação se mostrou indignado, considerou o ato “vergonhoso”, “um espetáculo triste” e “deplorável”, alegando que o quebramento de imagens não podia ser resolvido em forma de atentado. Para ele, a sociedade estava vivendo uma época de evolução física, moral e de regeneração social. Portanto, mesmo sendo polemista católico, se posicionou contrário ao atentado.

Os polemistas protestantes também se manifestaram através do mesmo Jornal *O Horizonte*. A matéria tinha como título “Vaias e assuadas como melhores meios de discussão em matéria religiosa”.

Ao desembarcar no porto desta cidade no dia 2 do corrente, um moço que abraçou as crenças protestantes e que na hierarquia presbiteriana ocupa o lugar de sementeiro foi alvo de vaias e assuadas de grande número de pessoas, que num excesso de grosseria, lançou ao rio os livros da propaganda, que eram a bagagem do passageiro. Não é assim que se prova o erro de uma religião de tal procedimento só pode amesquinhar os créditos sociais dos comparsas de semelhante cena. Se achamos altamente criticável o quebramento de imagens, também protestamos contra a arbitrariedade de, por meios tão grosseiros e indignos de uma sociedade civilizada, se querer levar a convicção de um espírito, deixando à margem os meios delicados e produtos únicos permitidos na luta do espírito humano. A discussão em matéria religiosa deve elevar-se a altura do assunto e não descer a um nível tão baixo. Não será por certo com semelhantes recursos que se infecundará o solo onde germina a semente protestante. A propaganda da Reforma se infiltra no seio desta sociedade e ela não recuará perante o espantinho das

vozerias populares. A causa única que poderia limitar o seu progresso, reduzindo a um pequeno número de adeptos, seria a discussão calma, prudente e consciente. O catolicismo não deveria dormir e sim oferecer a luva da discussão, pelos seus mais ilustres órgãos aos reformados. Deveria na oratória e na imprensa clarear o foco da verdade que julga possuir [...] bora compreendermos que o desrespeito social de que o quebramento de imagens gerou outro, não menos grave, - a apupada e as vaias. O que deve sanar a continuação de tal procedimento é o respeito recíproco entre os crentes. Cada fique com suas crenças e não as imponha a outros. Não há necessidade de lançar-se o ridículo objeto perante o qual grande parte da sociedade humana prostra-se reverente, assim como não assiste o direito a ninguém apupar quem quer que seja, por motivo de diversidade de crenças e atirar-se a água livros cujos erros devem ser combatidos com a discussão prudente e calma. Fica aqui lançado o meu protesto (Laranjeiras, 10 de janeiro de 1886, *Jornal O Horizonte*).

No discurso acima feito por Manuel dos Santos David alguns pontos chamam a atenção. O primeiro ponto é a crítica ao ato em si. O segundo ponto defendido por ele é que a discussão em matéria religiosa deve “elevar-se a altura do assunto e não descer a um nível tão baixo”. Ou seja, além de não concordar com o quebramento de imagens, David também não concordou com o ataque ao vendedor de Bíblias. Segundo ele, o incidente não era capaz de deter o avanço do Protestantismo que se infiltrava no seio da sociedade através da “propaganda da reforma”. A única forma de deter o avanço do Protestantismo era a discussão “calma, prudente e consciente”.

Após expor seu protesto David ainda reitera afirmando que “o catolicismo não deveria dormir” e sim partir para a discussão através da imprensa para que houvesse a manifestação da verdade tendo como objetivo sanar tal procedimento e ao mesmo tempo o respeito mútuo. A frase em si tem uma conotação provocativa, pois além de pedir que o catolicismo acordasse, ainda o chamou para o debate através da oratória com o objetivo de que a verdade se manifestasse.

Os ataques aos protestantes ao longo dos anos não cessavam. Ao contrário, cada vez que o ministério avançava em conjunto vinha a perseguição e a violência. O fato se comprovou na notícia dada pelo jornal *O Republicano* de 1889, assinada por alguém que se intitulou como *Amigo Castro*, com o título “Lógica de pedra, cacete e revólver”. O fato ocorreu na Vila de Siriri.

Sr. Redator do Republicano: - permita-me entrada em conceituado jornal para contar-lhe uma desgraça que sucedeu ontem à noite, nesta vila e ao mesmo tempo, ver se chega esta notícia aos poderes da província e se alguma providencia se toma. Sei que o governo vai por uma montanha abaixo, sem quem o segure em sua carreira vertiginosa para o precipício; mas, em todo caso, é sempre bom clamar, pedir e rogar, para ver se ele atende-nos. Eis o fato: A pedido do capitão Luiz de Barros Pimentel,

apareceu aqui, na segunda feira 25 deste, o pastor Kolb, ministro do evangelho, residente na cidade de Laranjeiras e celebrou à noite culto evangélico que correu com toda ordem e respeito, assistindo diversas pessoas, e o mesmo se deu na noite de terça para quarta; mas, na de quarta para quinta, dia do regresso dele apareceu para o enterramento do pai do capitão Pedro Teles de Menezes, o italiano vigário encomendado de Nossa Senhora das dores e logo certo movimento se levantou contra os protestantes. Correu também a notícia de que eles seriam atacados aquela noite. Com efeito, por volta de oito horas da noite, quando em casa particular [...] apareceu o senhor Antônio Correia Dantas Serra, do engenho Alecrim, e um Domingos de tal, capitaneando quarenta e cinco pessoas, atiraram com revólver, pedras e cacetes às pessoas presentes, quebraram as janelas da casa e um pobre velho sofreu uma grande cacetada, que quase expira. Devido, porém, à intervenção de outras pessoas, que se opuseram a tão grosseiro e criminoso procedimento, deixou de ser vítima o pastor Kolb. Alguns tiros foram dados, porém não atingiu a pessoa alguma. O quartel de polícia ficava a cem passos do teatro dos acontecimentos e não apareceu nenhuma garantia. É admirável! (Laranjeiras, 31 de março de 1889, *Jornal O Republicano*).

Na denúncia alguns pontos são perceptíveis, dentre eles a crítica ao governo, pois neste período estavam em andamento os processos para a implantação da República e a agitação que ocorria nos maiores centros provinciais, a exemplo de Laranjeiras com a propaganda republicana. Mesmo assim, o *Amigo Castro* resolveu apelar, segundo ele, “a um governo que seguia uma carreira vertiginosa para o precipício”. Outro ponto que merece destaque é que as pessoas envolvidas no atentado eram da aristocracia, a exemplo do capitão Pedro Teles de Menezes, do mentor do atentado Antônio Correia Dantas Serra, dono do engenho Alecrim, e o capitão Luiz de Barros Pimentel.

Aparentemente, o ato envolvia, além de interesses religiosos, interesses políticos, pois havia os donos de engenho que faliram em virtude das leis que favoreceram o fim da escravidão. Além disso, o pastor Kolb, por ter um bom relacionamento político, apoiava o fim da escravidão e a implantação da República. O alvo do atentado era o pastor Kolb. Isso fica evidente quando o *Amigo Castro* diz que “devido à intervenção de outras pessoas, que se puseram a tão grosseiro e criminoso procedimento, deixou de ser vítima o pastor Kolb”.

O fato ocorreu em 31 de março e até o dia 5 de maio do mesmo ano nenhuma providência fora tomada pelas autoridades. Assim, o pastor J. Kolb cobrava um posicionamento das autoridades através do jornal *O Republicano*, no qual fez uma reclamação;

Reclamação sobre o atentado. O atentado em Siriri. Conferenciava no recinto de uma casa particular na Vila do Siriri o pastor protestante J. Kolb, sobre os pontos de sua religião, e no meio de um círculo de adeptos, quando atrozmente foram assaltados por uma matilha de selvagens, que além de dissolverem espancaram barbaramente um ancião. Não puderam manter o

direito de reunião garantido pela constituição do império e pela liberdade de culto, assegurada pelas leis, em vista de força bruta da massa que assaltou. Até esta hora em que escrevemos não nos consta que o Presidente da província tenha dado a menor providencia, sobre a lesão e que sofreu um direito tão importante, como o direito de reunião, assim como os ferimentos feitos na pessoa de um velho, não obstante a comunicação feita ao delegado da localidade, em que relata com fidelidade os acontecimentos. Ficamos à espera das providencias, para devidamente fazermos a nossa análise (Laranjeiras, 5 de maio de 1889, *Jornal O Republicano*).

Não se sabe ao certo se o caso chegou a ser investigado pelas autoridades. Todavia, no discurso fica evidente que o caso, segundo consta, foi relatado ao delegado de acordo com os acontecimentos. Ao mesmo tempo em que reivindica um posicionamento das autoridades, Kolb recorre a Lei para legitimar seu discurso, quando afirma que “não puderam manter o direito de reunião, garantido pela Constituição do Império e pela liberdade de culto, assegurada pelas leis”. Diante dos fatos fica claro que apesar do direito garantido por lei os protestantes eram duramente perseguidos.

Esses acontecimentos, embora lamentáveis, representaram por muito tempo um choque de elementos antagônicos ofensivos, tanto do lado católico quando do lado protestante. Nesse contexto religioso, havia os aliados que algumas vezes transformaram as discussões religiosas em lutas políticas. As autoridades, por sua vez, faziam vista grossa aos acontecimentos, com intuito de que os protestantes violassem os limites do direito de liberdade religiosa, concedido pela constituição de 1824, tornando-os vulneráveis à aplicação do artigo 5º (Ofensa à moral, à religião e aos bons costumes) do Código Criminal, a saber:

276. Celebrar em casa ou edifício que tenha alguma forma exterior de templo, ou publicamente em qualquer lugar, o culto de outra religião que não seja a do Estado:

PENAS. No grau máximo – serem dispersos pelo juiz de paz os que estiverem reunidos para o culto, demolição da forma exterior, e multa de 12\$, que pagará cada um.

277. Abusar ou zombar de qualquer culto estabelecido no Império, por meio de papéis impressos, litografados ou gravados, que se distribuírem por mais de quinze pessoas, ou por discursos proferidos em públicas reuniões ou em ocasião e lugar em que o culto se prestar.

278. Propagar por meio de papéis impressos... Que se distribuírem por mais de quinze pessoas, ou por discursos em públicas reuniões doutrinas que diretamente destruam as verdades fundamentais da existência de Deus e da imortalidade da alma (REILY, 2003, p. 48-49).

Apesar dos apelos e das denúncias, os inimigos da causa protestante não davam trégua. Prova disso foi a denúncia feita por alguém que se intitulou como “um católico romano” através do Jornal *O Republicano*, onde este relata um atentado ocorrido na Vila de Itabaiana. O denunciante aparentemente era simpático ao protestantismo, e enviou a denúncia ao pastor Kolb solicitando que a mesma fosse publicada no jornal da Província.

Ilmo. Dr. John Kolb. Ontem em plena Rua desta Vila, foi apedrejado um filho do cidadão José Gregório da Silva Teixeira por um grupo de homens inconscientes, capitaneados por um rapazinho irmão do padre Vicente Ferreira Passos e por dois filhos do comandante do destacamento de polícia desta Vila, - isto pelo único crime de seguir o Sr. Teixeira a religião evangélica, ou protestante. Contemplei como católico romano, admirado, este ato de tamanho canibalismo, impróprio do século atual, oriundo da má direção em que vai marchando a polícia local. Os dois cidadãos, católicos romanos, capitão João José de Góes e tenente Manuel de Araújo, indignado com semelhante procedimento, próprio para os tempos semibárbaros da idade média, expulsaram os desordeiros como Jesus cristo aos mercadores do templo! O pobre menino que não tem outra educação senão doméstica assistiu a todo esse ultraje com tanta possibilidade que parecia uma daquelas vítimas, sacrificadas ao poder dissoluto da decrépita Roma dos tempos idos. Convém que semelhante notícia, transmitida com toda verdade por um adversário religioso, porém amigo particular seja publicado em um dos jornais da Província. (Laranjeiras, 13 de maio de 1889, Jornal *O Republicano*).

Na denúncia apresentada por um *católico romano*, as evidências são pontuais. A primeira delas é que o ato foi praticado por indivíduos ligados ao clero e as autoridades locais. O segundo ponto é que a todo o momento o denunciante deixa clara a sua condição religiosa - é um católico. O terceiro ponto é que as pessoas envolvidas também eram da aristocracia como, por exemplo, o capitão João José de Góes e o tenente Manuel de Araújo. O quarto ponto é a comparação feita pelo “católico romano” do ataque com a perseguição que ocorria em Roma contra os cristãos quando ele diz que “assistiu todo ultraje com tanta possibilidade, que parecia uma daquelas vítimas sacrificadas ao poder da decrépita Roma dos tempos idos.”.

O autor no final reafirma a veracidade do ocorrido, se diz amigo da vítima, se considera um adversário religioso, porém era contrário ao atentado. Casos como este ocorriam em muitas localidades, recebendo o apoio de pessoas que mesmo não se convertendo ao protestantismo, defendiam a liberdade religiosa e o fim das agressões.

Cansado de tantos atentados e conflitos, Manuel dos Santos David, polemista protestante, se pronunciou através do Jornal *O Republicano*, com o título “O grito de uma vítima”, expondo todos os atentados sofridos por ele e por outros protestantes na cidade de

Laranjeiras. O testemunho é longo, mas significativo, por denunciar a convivência de autoridades do judiciário da época.

Venho do alto da imprensa patentear ao público desta Província o modo injusto e acintosamente parcial que o juiz de direito desta comarca, Dr. Sebrão, tem assumido perante mim e os interesses particulares, quer de ordem social, que me tem levado a reclamar justiça, colocando-me assim na posição de não poder ser juiz em causa minha [...] em outubro de 1885, tendo sido atacado por um homem em minha loja, onde publicamente me disparou um tiro de revólver, o Sr. Juiz de direito nenhuma providencia tomou a favor dos meus direitos, subindo a si, entretanto o processo que de tentativa de morte desclassificou-se para ameaça, o qual em 24 horas achava-se despronunciado, conformando-se o juiz com a classificação de ameaças!...Em janeiro de 1886, parte da população intolerante desta cidade, planejando proibir o desembarque do ministro protestante Blackford, reuniu-se no cais e absteve de não só rasgar os livros que um semeador protestante o Sr. Herculano trazia da capital, atirando-lhe pedras e acompanhando-o até sua moradia debaixo de pedras e morra, passando pela porta do juiz, que nenhuma providência entendeu dar, não obstante ver privados a liberdade e o direito de um cidadão. Em vista da posição inativa do juiz, tive que recorrer e pedir providencia ao Presidente da Província de então Dr. Manoel Góes. Em novembro de 1887, deu-se nessa cidade uma missão de frades italianos com o intuito de abafar a propaganda protestante, incitando um deles sua predica por despertar a odiosidade pública contra os protestantes e chegando até mesmo o pregador a admira-se como o povo laranjeirense consentia aqui um ministro protestante!...[...] pedi providências ao juiz que de novo colocou-se indiferente perante a iminência do perigo que nos ameaçava [...] o público verá que estes fatos são bastante para provarem uma prevenção do Sr. juiz de direito contra mim, sendo levado por eles a considerá-lo suspeito em qualquer questão minha, pois somos inimigos. M.A. dos Santos David (Laranjeiras, 21 de julho de 1889, Jornal *O Republicano*).

O discurso apresentado por David lembra uma denúncia, um desabafo e ao mesmo tempo uma prevenção. Na sua fala David relata os atentados ocorridos e denuncia o descaso do juiz frente a todos os acontecimentos. Com medo de represálias, por ter feito uma acusação pública através da imprensa, o autor da denúncia se precaveu quando afirmou que ambos (David e o juiz) são inimigos e em qualquer questão que surgir contra ele o culpado seria o juiz.

A denúncia contra o juiz foi no mínimo um ato ousado, e ao mesmo tempo uma forma de demonstrar indignação pela falta de respeito e descaso das autoridades. Em todos os casos de agressões contra os protestantes, não se tem notícia de um processo onde as denúncias fossem apuradas. Ao contrário, as autoridades fingiam não ver, pois geralmente os envolvidos eram pessoas da elite, do clero ou autoridades policiais.

4.1.3O questionamento da legitimidade da base do discurso religioso (a Bíblia)

A adoração às imagens era complexa e polêmica, assim como os demais. No debate em torno do certo e do errado, do que era verdadeiro e o que não era, tinha a Bíblia como base do discurso religioso. Na disputa teológica entre os dois agentes (protestantes e católicos), é possível observar conflitos na interpretação da autoridade das Escrituras e da quantidade de livros que fariam parte do cânon do Antigo Testamento. As edições católicas apresentam 46 livros, enquanto as protestantes possuem 39 livros. Os livros que faltam nas edições protestantes são os Deuterocanônicos: Baruc, Tobias, Eclesiástico (Sirac), Macabeus I e II, além de fragmentos do livro de Ester e Daniel.

Essa divergência surgiu nos anos seguintes à reforma, pois os protestantes adotaram o cânon judaico de Jerusalém, recusando-se a admitir como inspiração divina aos livros e fragmentos escritos em grego nos ambientes alexandrinos. A Igreja Católica, porém, continuou mantendo esses livros em seu cânon. Essa diferença foi um ponto de debate teológico entre o Catolicismo e o Protestantismo. Além destes, outros temas muito debatidos na época eram: o purgatório, o culto às imagens em geral, a compra do perdão através das obras pias, a eucaristia e a dissolução do casamento realizado por sacerdotes protestantes.

. O uso de imagens nos cultos e adoração aos santos era muito debatido nos jornais da Província. Além do confronto, quando os argumentos acabavam quase sempre os polemistas se utilizavam da ironia e até mesmo do humor para legitimar e fortalecer sua ideologia, como mostra o artigo publicado por Manuel dos Santos David intitulado: “Anúncio importante”.

Anúncio importante. 50\$000! Está depositada em casa do abaixo assinado, a quantia de 50\$000, para quem não achar na Bíblia Romana as palavras “guardai- vos, portanto cuidadosamente as vossas almas”. Vós não vistes figura alguma no dia, que o Senhor vos falou em Horeb nomeio do fogo. Por não suceder que enganados façais para vos alguma figura de homem ou de mulher, nem semelhança de qualquer animal que há sobre a terra ou das aves que voam debaixo do céu, ou dos répteis, que se movem na terra, ou dos peixes que debaixo da terra moram nas águas. Não seja que levantando os olhos para o céu, vejas o sol e a lua e todos os astros do céu e caindo no erroadores e dêis culto a essas coisas que o senhor teu Deus criou para serviço de todas as gentes que vivem debaixo do céu. E as seguintes de Jesus Cristo: - Não julgueis que vim destruir a lei, ou os profetas – Não vem a destruí-los, mais sim dar-lhes cumprimento. Deut. 4.15-19; Mat. 5.17. Manuel a. dos Santos David (Laranjeiras, 16 de junho de 1885, Jornal *O Horizonte*).

Observa-se que o anúncio tem um teor provocativo ao atribuir uma quantia para quem achasse na Bíblia católica a expressão: "guardai, portanto, cuidadosamente vossas almas". Percebe-se que o autor do anúncio além de provocar ainda mostra o que os textos do Antigo e Novo Testamento falam sobre a idolatria quando afirma que não se devem fazer imagens nem de mulher, homem ou qualquer animal que existe no céu, na terra ou embaixo da terra.

Os protestantes viam a idolatria como um ritual pagão. Assim, para combater a idolatria e legitimar seu discurso, David escreve mais uma vez um artigo endereçado ao padre Bossuet sobre o mesmo tema, com o título "revm. Senhor Padre Bossuet da época" no Jornal o Horizonte de 14 de julho de 1885.

[...] 'uma imagem é o resumo de uma história, é um livro para o ignorante'. Isto é justamente o que diziam os pagãos quando defendiam sua idolatria diante dos cristãos. Diz v. revm. Que 'um protestante sábio disse que as imagens são uma predica muda'. Primeiro que tudo digo - lhes 'ele (o protestante) falou bem, porque Deus é espírito e em espírito e em verdade é que deve ser adorado por aqueles que o adoram. S. João 4:24, diz ainda que' não é idolatria aquele que dobra os joelhos diante de uma imagem', o dicionário de Constâncio diz; Idolatria: adorador dos ídolos. O mesmo diz: Ídolos: imagem de alguma divindade. Isto posto vamos ver o que diz a Bíblia que é nossa autoridade. 'Todos os artífices dos ídolos são nada, e as suas imagens tão prezadas não lhes aproveitarão'. Eles mesmos são testemunhos para sua confusão, de que os ídolos não veem nem entendem: Isaías 44:9. [...] elas (as imagens) são coisas vãs e obra digna de riso. Jeremias 10:14, 15. Ora as imagens são semelhanças de divindades ou santos; não é? Logo aí fica provadíssima a idolatria e, portanto a desobediência ao mandamento: ' Não farás, não adorarás'. Está satisfeito? Quer mais prova? [...] Apocalipse 22:9. Eis aqui um anjo não querendo ser adorado e ensinando que só devemos adorar a Deus. Como prova v. revm. Que os anjos queriam ser adorados? Acho melhor v. revm. Fazer uma Bíblia a seu jeito, por que a que Deus, por seus Profetas e Apóstolos nos forneceu está contra v. revm. E sua igreja [...] o uso de imagens no culto público tem lugar em 787? Ouça-me e depois rasgue o jornal. Irene, imperatriz de Constantinopla, mulher de mau caráter, pagã por nascimento e religião, e que a tudo isso a circunstancia de ter envenenado seu esposo, fez uma aliança com Adriano, bispo de Roma, e convocou o sétimo Concílio geral de Nicéia. Foi por influencia de tal mulher votado o decreto, aprovando o uso de imagens no culto [...] Leia a Bíblia, e se acha o volume grosso o Ernesto Nascimento também o acha. Até logo! M. A. dos S. David (Laranjeiras, 14 de julho de 1885, jornal o *Horizonte*).

David aborda dois aspectos - o bíblico e o histórico. No bíblico utiliza o texto de João 4:24 quando afirma que Deus deve ser adorado em espírito e em verdade e o livro de Isaías 44:9 que faz referencia as imagens dizendo que "estas nada sabem nada veem". No aspecto histórico, David cita o ano 787 onde foi introduzido o culto à imagem estabelecida por Irene, mulher pagã, imperatriz de Constantinopla, que não tinha religião.

No final do discurso o articulista estimula a leitura da Bíblia e faz uma ironia, utilizando o nome de outro polemista, Ernesto Nascimento, que no dia 10 de junho de 1885, contestou a palavras de David através do artigo: “Ao Senhor Manuel A. dos Santos”, onde se diz avesso a questões religiosas e se referiu a Bíblia como “um livro grosso e nada mais”.

Esse debate se estendeu, e no dia 26 de agosto de 1885 Bossuet respondeu ao Sr. David, através do artigo “Sr. David, vamos responder a seu artigo publicado no nº 7 do Horizonte”, questionando a data 787, citada como sendo o início do culto à imagem.

[...] A data de 787, assinalada por s.mce.como princípio do culto de imagens, é uma inverdade histórico protestante. A heresia dos iconoclastas (quebradores de imagens); e a história das heresias diz assim: Leão Isauro em 717 principiou a proteger loucamente esta heresia e seus sucessores as sustentarem, exercendo contra o povo uma tirania de fanáticos até 787, quando Irene subiu ao trono e solicitou do papa Adriano a reunião do Concílio de Nicéia, que, pelos escritos de S. Basílio, S. Gregório e S. Cirilo, decidiram que as imagens estavam em uso nos primeiros tempos da igreja [...] nossa tese foi: que Deus, no primeiro mandamento, só proíbe fazer-se imagens para serem adoradas, isto é, só proíbe a idolatria [...] ainda mais. Pelo fato de ter Deus mandado fazer os querubins de ouro no propiciatório foi que quisemos provar que Deus só proíbe fazer-se imagens para adorar [...] Onde v.mce achou a guarda do domingo? O batismo de crianças? Quem assegura aos protestantes a divindade das escrituras? Quisérámos ter espaço para defrontá-lo agora com os alvos protestantes citando S. Paulo, Beveridge bispo anglicano de S. Asaph, Lessing e outros hermenêuticos protestantes, que trataram magistralmente dessa matéria [...] se v.mce diz que seguia só a Cristo, como se batizou duas vezes? Em que evangelho achou essa suposta necessidade senão a de Nicholas Atock, fabricante de seitas dos anabatistas? Seita que está dividida em 14, cada uma com sua crença diferente, das quais os anabatistas morávios rebatiza-se, recasam-se e dizem que Cristo é um profeta e não Deus. Bossuet (Laranjeiras, 26 de Agosto de 1885, Jornal *O Horizonte*).

Como se pode observar, Bossuet contestou o discurso de David em alguns pontos. Inicialmente contestou a data 787, afirmando não ter sido este o ano em que se instituiu o culto a imagens e sim em 717, pois quando Irene subiu ao trono e convocou o Concílio de Nicéia, as imagens já estavam em uso. Depois afirmou que Deus só proíbe fazer imagens para serem adoradas e não da forma como foram feitas as imagens dos querubins no propiciatório. Ou seja, foram feitos com intuito de adornar a tampa da arca da aliança, e não de adoração. Dessa forma ele entende que Deus não proíbe fazer imagens e sim a adoração

Findo suas refutações, Bossuet parte para o ataque sobre alguns pontos adotados pela doutrina protestante existente tanto na Bíblia católica quanto na protestante que são: a guarda do domingo, o batismo de crianças e a divindade das sagradas escrituras. Por fim, questiona o batismo de David, o qual foi batizado como católico e depois, ao se converter, tornou a

batizar-se na Igreja Protestante. Conclui seus argumentos perguntando “se segue só a Cristo por que se batizou duas vezes?”.

Percebe-se que os debates eram ferrenhos. Cada um tinha intenção de defender suas ideologias e fazer valer o seu ponto de vista, ou melhor, do grupo social e religioso a que pertenciam.

4.1.40 Purgatório, a Eucaristia e a Mariologia

Outro tema teológico em disputa, e diretamente ligado à legitimidade da Bíblia na versão católica estava ligado à doutrina do purgatório. Desde tempos idos, a Igreja Católica tem ensinado que o purgatório é um estado (ou um “lugar”, no senso comum) de purificação da alma após a morte. Esse estado pelo qual a alma passa tem por objetivo a salvação eterna. Todavia, para alcançar este estado era necessário que fossem oferecidas missas à memória dos defuntos e o sacrifício individual eucarístico.

A doutrina do purgatório teve sua origem no Concílio de Florença no século XV, tendo como base bíblica o livro de Macabeus, onde os soldados do exército de Judas Macabeus tinham tirado do templo de Jâmnia certos objetos consagrados aos ídolos, indo de encontro a Deus, e colocaram os objetos na roupa morrendo pela desobediência. Judas Macabeus, penalizado, enviou dinheiro a Jerusalém e ordenou que ali se oferecesse sacrifício em prol dos mortos, pois acreditava que apesar do pecado alguém poderia ter se arrependido. Com tal interpretação, o Catolicismo fortaleceu seu domínio sobre a sociedade, afirmando-se como a instituição que agora teria a eficácia de realizar a mediação sacrificial em prol das almas no purgatório. O Protestantismo luterano e o de linha calvinista (à qual se vinculavam os presbiterianos), sempre recusaram essa interpretação, primeiramente ao questionar a canonicidade do livro de Macabeus e também com base na doutrina da justificação e da perseverança dos crentes. Sobre o assunto, Manuel dos Santos David polemiza com o artigo: “resposta ao Sr. Matheus”:

A sabedoria da carne é inimiga de Deus (Rom.8.7). Eis porque v.s há de sair mal nessa questão de purgatório; s.s. faz uso somente da razão e não se põe a par da doutrina da Bíblia [...] não basta dizer, mas provar. “Dos textos apresentados por mim, s.s. só tomou: - “crê no Senhor e será salvo”-, como um achado e diz: - mutilou o texto”. Então como não aponte o lugar não soube procurar, já diz com arde triunfo: mutilou! Vai ver é que não soube procurar:- Paulo nos atos dos apóstolos 46:31, viu? Agora o texto ai está e s.s. não pode contestar, onde está o purgatório? Se crendo somos salvos, pra que o purgatório? [...] vou arguí-lo sobre o único texto que faz a base do seu

fofo artigo.’ E se tiver toda a fé ao ponto de transportar montes e não tiver caridade, não sou nada”. Para ajudar s.s. junto mais este.’ A fé sem as obras é morta’ .Ilustremos o ponto[...] pois bem; do que Paulo aqui quer nos dizer. Se minha fé for só da boca pra fora e não de coração; se não mostrar pelas obras, que minha fé é verdadeira; ela fica morta pelas obras ou dizê-lo não é nada. [...] Manuel A. dos S. David (Laranjeiras, 3 de julho de 1885, *Jornal O Horizonte*).

Embora o tema seja o purgatório, o debate se faz em torno da “salvação” e das “obras”, no entanto. De acordo com a tradição católica era possível alcançar a salvação através de missas, rezas e caridade com intuito de ter garantida a vida eterna. Os protestantes não acreditavam assim. Para eles a salvação era garantida através da obra expiatória de Cristo. Assim, pra refutar *Matheus*, David utiliza-se dos textos bíblicos e da ironiza ao considerar o artigo de Matheus “fofo”.

Antes do debate avisa que o contendor se sairá mal na questão do purgatório, pois não “basta dizer”, mas sim provar tudo que é dito. Para David, Matheus não soube encontrar na Bíblia o versículo que trata do assunto. Dessa forma, David cita os textos de Atos 46.31, logo depois, zomba “vai ver que não soube procurar”. E ainda questiona: “Se crendo somos salvos, pra que o purgatório?”. Segundo ele, quando Paulo se refere às “obras” e à “fé” quis afirmar que a fé não pode ser da boca pra fora e sim uma fé verdadeira, pois do contrário, ela é morta.

O conflito em matéria religiosa se estendia nos jornais da Província. Prova disso foi a provocação postada por Matheus no *Jornal O Horizonte*, como “anúncio importante”:

Depositamos nesta tipografia um cachimbo turco para o sr. Manuel David, se dê aos seguintes trechos da Bíblia da Igreja Romana uma interpretação onde não se possa concluir crença em penas (alternativas) temporárias ao que a mesma igreja chama – Purgatório: “Em verdade te digo que não sairás até pagar o derradeiro ceitil”. “E cheio de cólera mandou seu senhor que o entregasse aos algozes até pagar toda a dívida” (Laranjeiras, 16 de junho de 1885, *Jornal O Horizonte*).

Percebe-se no anúncio indícios de provocação e ao mesmo tempo de desafio. Porém tudo que fosse dito ou comprovado era aceito mediante a autoridade das Sagradas Escrituras. Diante disso, a questão do purgatório sempre esteve presente nos debates jornalísticos, a exemplo do artigo assinado por Manuel dos Santos David em “resposta a *Bossuet* e *Matheus* da época” de 8 de julho de 1885.

Vamos ver se o nosso amigo será mais feliz com o outro verso que cita: “E cheio de cólera mandou seu senhor que o entregasse aos algozes até pagar todadivida”, o qual se acha em Mateus 18.34. Mas meu amigo, quem é que está cheio de cólera aqui? Não é o Rei do v. 23, com cuja história Jesus Cristo compara o reino dos céus? Como nosso amigo toma parte dessa

história para provar um purgatório? Vejamos o verso que deu entrada a ela; Respondeu-lhe Jesus [...] “E perdoa- nos as nossas dívidas, assim como nós perdoamos a nossos devedores. E como ensinou pelo apóstolo S. Marcos 2. 26 : “Por que se vós não perdoardes, também vosso Pai que está nos céus, vos não há de perdoar vossos pecados”. Assim pois, Jesus Cristo nestas passagens só nos quer ensinar que quem não perdoar a seu irmão não receberá também perdão algum. Como pois achar aqui um purgatório? Que segundo sua igreja, é lugar onde se paga com penas ou missas que custam bom dinheiro? O que se paga não se deve mais e quem não perdoou, não é assim? Logo, como achar aqui um purgatório? Esta doutrina de purgatório não se encontra em toda a Bíblia e se lá estivesse ficaria sem efeito o sacrifício de Cristo [...] Logo aqueles que estiverem no tal purgatório, não foram deste mundo; por que aos deste, Ele tira todos. S. Paulo nos diz: Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo. Manuel A. dos Santos David (Laranjeiras, 8 de julho de 1885, *Jornal O Horizonte*).

Manuel dos Santos David através de seu discurso refuta *Bossuet* e *Matheus* e os ensinamentos da Igreja Católica sobre o purgatório, utilizando um versículo do livro de Mateus 18.34, que fala sobre o perdão. No versículo David aponta que não tem como encontrar na passagem o termo *purgatório* quando afirma: “como, pois achar aqui um purgatório, que segundo sua igreja, é lugar onde se paga com penas ou missas que custam bom dinheiro?” Além disso, o fato do versículo afirmar que “E cheio de cólera mandou seu senhor que o entregasse aos algozes até pagar toda dívida?” Não define ser o purgatório. Porém os católicos acreditam que o fato de “pagar toda dívida” quer dizer que existe um lugar alternativo onde o fiel paga os pecados para alcançar a salvação.

David ainda rebate afirmando que se de fato existisse o purgatório o sacrifício de Cristo ficaria sem efeito. Citando a fala do apóstolo Paulo, David conclui afirmando que a única condição para o indivíduo ser salvo é “Crê no Senhor Jesus Cristo e serás salvo”.

A Eucaristia também foi um ponto muito debatido pelos polemistas, a exemplo do que se vê no anúncio intitulado “os reverendos padre Firmino e Job na Tribuna Sagrada de 4 de outubro de 1885”. Através desse texto *Matheus* crítica e ao mesmo tempo tece elogios ao sermão de um dos padres que naquele mês, pregavam em comemoração ao mês doloroso. *Matheus* inicia sua fala com uma frase em latim.

Ignem veni miltere intcorram, et quid volonisi ut accendatur?[...] Foram elas a fonte de inspiração para o eloquente orador no tentamen de esclarecer e explicar um grande mistério da religião católica – a Eucaristia [...] Permita-nos a franqueza de externarmos o nosso juízo sobre o seu sermão, que ficou aquém da magnitude do assunto e do talento e ilustração do orador. Quase que exclusivamente limitou-se a uma vista descritiva do Sacramento da Eucaristia, dos seus efeitos e das disposições interiores para sua recepção [...] Levantou-se um ponto de dúvida e de descrença de origem judaica [...]

Ilimitado campo de ação para orador espraiar o seu talento, é esse o assunto que serve de ponto de discórdia entre católicos e protestantes, que edifica a muralha entre as duas religiões. Essa semente de dúvida que vem atravessando desde o espírito judaico, gerações e criando seitas, motivando discórdia e que se incrementou na filosofia de Boyle, devia merecer mais atenção por parte do distinto orador – Que Jesus Cristo não pode estar presente na Eucaristia sem que as partes do seu corpo estejam penetradasumas partes nas outras, que esta penetração seja impossível; que repugna um corpo esteja ao mesmo tempo em dois lugares diferentes. Eis as objeções que deveriam ser derrubadas e os pontos mais culminantes da dissertação [...] Dos oradores sagrados que nesta Província temos ouvido, nenhum leva a este ilustrado as vantagens da competência. Exibiu-se pela primeira vez nesta cidade o padre Job que, verdadeiramente convicto das verdades católicas, empenhou-se em mostrar o erro, a incoerência do Protestantismo em rejeitar o culto de Maria, síntese da perfeitabilidade (santuário da inocência inacessível ao pecado). Matheus (Laranjeiras, 4 de outubro de 1885, Jornal *O Horizonte*).

No discurso percebe-se que *Matheus* critica o padre Firmino, pois este não defendera a Eucaristia como deveria. Para ele o sermão do orador ficou “aquém da magnitude do assunto” e ao mesmo tempo permitiu que surgissem pontos de “descrença e de dúvida”, além de ser um ponto de discórdia entre católicos e protestantes. Para *Matheus*, o fato de haver discórdia sobre o tema proporcionou o surgimento de seitas com base na filosofia de Boyle⁶.

Se Matheus criticou o sermão do padre Firmino, o mesmo não se deu com o padre Job. No discurso fica claro o elogio feito ao padre onde afirma que “verdadeiramente convicto das verdades católicas, empenhou-se em mostrar o erro, a incoerência do Protestantismo em rejeitar o culto a Maria”.

O culto a Maria era muito criticado pelos protestantes, não por ser a *Maria*, mas sim porque o Protestantismo era contra a adoração a qualquer imagem. Dessa forma, teciam severas críticas ao Catolicismo por utilizar-se desse mecanismo de adoração. No discurso Matheus parabeniza o padre Job por mostrar através de suas pregações o erro cometido pelos protestantes.

4.1.50 apelo à autoridade da ciência

Muitas tendências intelectuais influenciaram o pensamento religioso, filosófico e teológico no século XIX. Entre eles o pensamento de Charles Darwin, com sua teoria da

⁶Pierre Boyle (1820- 1903). Filósofo francês cujo pensamento baseava-se no universo da fé e da razão, muito prestigiado pelos iluministas.

evolução das espécies, o evolucionismo de Herbert Spencer e o positivismo de Auguste Comte. Dessa forma não era difícil encontrar o nome de alguns deles relacionados aos debates ocorridos nesse período. De acordo com Nascimento (1999, p. 94) a tendência evolucionista dominou todo o pensamento das matrizes teóricas que emergiram no século XIX.

Observe os argumentos utilizados pelo pastor Alexander Latimer Blackford para contrapor a opinião de *Hamilton* sobre o Protestantismo e a ciência. O título utilizado foi “Hamilton e as vozes da história”.

[...] Sustento ainda e sempre que *o protestantismo não hesita em aceitar as mais adiantadas conclusões da verdadeira ciência, uma vez que sejam plenamente verificadas*. [...] O que Hamilton chama o grande postulado da ciência, a saber, que as propriedades inerentes à matéria, determinam suas formas, seus movimentos, suas ações, se por isso pretende excluir a influencia de qualquer força estranha, é rejeitado como incientífico por muitos sábios iminentes [...] Evolucionismo é já termo vago, por servir de epígrafe de teorias diversas e sistemas variáveis se não variados. [...] Agassiz, falecido a alguns anos, era príncipe entre os cientistas que sustentavam exatamente esta doutrina [...] O evolucionismo e transformismo ideados por Darwin e sua escola, são rejeitados por Agassiz [...] e outros cientistas [...] da mutação de uma espécie em outra, nunca houve um só fato provado. Que o produto de espécies diversas é estéril e incapaz de reproduzir é fato exuberantemente averiguado. O protestantismo, como sistema religioso, não arroja para si direito algum de dogmatizar sobre a ciência. Sua legítima função concernente à matéria é aceitar o que for devidamente provado e rejeitar hipóteses não verificadas. O protestantismo tem a grande satisfação de ver entre os cientistas mais iminentes muitos de seus adeptos mais dedicados, homens que consideram que sua maior glória é temer a Deus e amar e servir a Jesus Cristo seu Salvador. Alexander Latimer Blackford. Bahia, 29 de janeiro de 1886, (Laranjeiras, 19 de fevereiro de 1886, Jornal O Horizonte).

Analisando a fala de Blackford percebe-se que na maioria da sua refutação predomina um discurso acerca da ciência. Nesse período o cientificismo, em conjunto com algumas teorias estava no auge, a exemplo da teoria de Charles Darwin⁷ e Agassiz⁸. De acordo com a teoria darwinista o ser humano evoluiu de outra espécie. Essa teoria vai de encontro à teoria criacionista defendida por Agassiz, que por sua vez, era defendida pelos protestantes.

Nota-se que a partir daí vai refutando os argumentos utilizados por *Hamilton*, demonstrando possuir conhecimento suficiente para transitar na área científica, ao afirmar que “o protestantismo não hesita em aceitar as mais adiantadas conclusões da verdadeira ciência, uma vez que sejam plenamente verificadas”. Para o interlocutor só era aceito como verdadeira

⁷Charles Robert Darwin (1809 – 1882), naturalista britânico que revolucionou a ciência ao propor a teoria da evolução da espécie humana.

⁸Jean Louis Rodolphe Agassiz (1807- 1873), zoólogo, geólogo, suíço defensor do racismo científico e do criacionismo no século XIX.

pelos protestantes tudo que era comprovado de forma clara e verdadeira pela ciência. Para ele, o evolucionismo era uma teoria que não podia ser comprovada, e por isso não podia ser aceita como verdadeira. Para reforçar seus argumentos Blackford cita também a teoria de Agassiz, para contrapor as ideias de Darwin, alegando que o darwinismo serviu apenas de “epígrafe para outras teorias”. Ao citar Agassiz, Blackford reforça a teoria bíblica criacionista, sem, no entanto, fazer uso da Bíblia.

Ao final reforça seu argumento afirmando que a função do presbiterianismo não é o ensino científico, mesmo tendo cientistas adeptos do protestantismo. Para esses homens “sua maior glória é temer a Deus e amar e servir a Jesus Cristo seu Salvador”.

Contrapondo seu contendor, *Hamilton* publica um artigo com o título “A defesa do Sr. Blackford ao padre Guilherme Dias”;

Voltou de novo o Sr. Blackford, não mais em defesa do seu companheiro, porém de si próprio, teimando em sustentar que ‘o protestantismo não hesita em aceitar as mais adiantadas conclusões da ciência moderna, uma vez que estejam plenamente verificadas’. Esperávamos que a réplica do esforçado pastor viesse fundamentar tal asserção, mostrando bem claramente os erros das conclusões científicas já por nós apresentadas [...] Porém limitou-se a dizer: 1º que o protestantismo aceita as conclusões científicas plenamente verificadas; 2º que a ciência e a revelação estão em acordo; 3º que o organicismo é rejeitado hoje por muitos sábios; 4º que o evolucionismo e transformismo, são sistemas cuja verdade precisa ser verificada. Nada disto, limitando-se a citar o dogmatista Agassiz como uma garantia segura o seu auxílio [...] Sem obscurecermos o seu talento e a sua ilustração relativa, todavia em ciência sua autoridade fica bem abaixo da de Lamarck, Goethe, Kant, Wolff, que não obstante terem vivido em épocas mais atrasadas, todavia nutriram intuições mais verdadeiras sobre os fatos [...] já se vê Sr. Blackford que Agassiz não está como palavra de valor em ciência atualmente [...] a matéria só sentiu ser vida quando, depois de uma série de diferenciações e mudanças tornou-se organizada. Até então não se pode conceber a existência da vida, s não por meios sobrenaturais e dogmáticos que nada provam [...] Já vê, pois Sr. Blackford que o organicismo de uma conclusão da ciência moderna plenamente verificada e, que, entretanto, não é aceita pelo protestantismo, logo é sem razão a primeira asserção do artigo. *Hamilton* (Laranjeiras, 26 de fevereiro de 1886, Jornal *O Horizonte*).

Percebe-se que após analisar a afirmação de Blackford, *Hamilton*, a que tudo indica um padre, vai refutando todos os argumentos de seu contendor que insiste na tentativa de provar que “o protestantismo não hesita em aceitar as mais adiantadas conclusões da ciência moderna, uma vez que estejam plenamente verificadas”. Para *Hamilton*, Blackford não conseguiu comprovar a sua tese com seu discurso. Para ele o pastor se baseando na teoria de Agassiz não conseguiu mostrar como a “ciência cujas teorias sirvam de norma para os que se iniciam nas grandes lutas da atividade do espírito”.

Hamilton alega não querer “obscurer o talento de Blackford”, porém ironiza ao afirmar que a autoridade deste estava abaixo da de Lamarck⁹. Lamarck, como naturalista, não encontrou apoio no meio científico ao desenvolver a teoria dos caracteres adquiridos. Para sua época ele foi considerado preconizador da teoria evolucionista. Assim, o fato de *Hamilton* comparar Blackford a Lamarck tinha por objetivo desvalorizar seu discurso científico.

No final da refutação, *Hamilton* termina com a seguinte frase “Já vê, pois o Sr. Blackford que o organicismo de uma conclusão da ciência moderna plenamente verificada e, que, entretanto, não é aceita pelo protestantismo, logo é sem razão a primeira asserção do artigo”. O que chama a atenção nesta conclusão é a referencia ao *organicismo* que era considerada pelos filósofos do século XIX, como uma doutrina interpretativa do universo como organismo vivo.

Em seu discurso *Hamilton* procura mostrar a incoerência de seu opositor. Para tanto, recheia o texto de vários teóricos e várias teorias científicas evidenciando o nível de conhecimento dos opositores.

Os polemistas católicos em sua preleção, de quando em vez, traziam a tona o processo dos reformadores, tendo na figura de Lutero e dos reformadores os bodes expiatórios para legitimar o Catolicismo. Na exposição de *Y* registrado no Jornal *O Horizonte* de 16 de junho de 1885, tem início uma série de artigos intitulados: “O Protestantismo e a Ciência”. Vejamos um exemplo de como a temática era abordada por *Y*:

O Protestantismo e a Ciência. Lutero I. Ocupava o papado Leão X, quando um grande acontecimento, promulgado pela história e motivado por circunstancias tanto mais indecorosas, quando se dilatava a especulação sobre assuntos de ordem exclusivamente religiosa, feriu de frente a Cristandade: - O protesto dos reformadores. O princípio de moralidade, completamente ouvida pela humanidade que vendia indulgências, degenerou os elementos sociais, gerou o desrespeito e foi alvo de retaliações tanto mais acres, quanto criticável era alvo de tão grande insurreição. A degeneração social que impurificava o ambiente da cristandade, justificava e reclamava uma reforma, que se devia objetivar exclusivamente em questões de disciplina, e não no código das crenças. Não devia por certo criar uma nova filosofia, uma nova hermenêutica. [...] O evolucionismo que foi instituído por Darwin, como uma lei na ordem física e emocional, pois bem, perante suas tendências, que cresciam como a onda impelida pelo mar, a igreja devia, como sempre tinha feito até então, “acomodar-se às exigências do tempo na aplicação da disciplina, conservando seu dogma”. [...] O resultado do grande princípio de liberdade de pensar em assuntos religiosos motivou sérios receios no espírito dos chefes da reforma[...] eram tantas interpretações, eram tantas seitas, como a múltíplice geração de infusorios nos líquidos fermentescíveis. Daqui a desordem a anarquia, sintomas de

⁹Jean Baptiste Pierre Antoine Chevalier de Lamarck (1744 – 1829), naturalista francês que desenvolveu a teoria dos caracteres adquiridos, a lei do uso e do desuso e a tendência dos seres vivos a um melhoramento constante.

pouca vitalidade na organização da reforma. Dizia Lutero a Zuinglio: ‘Se durar muito o mundo, será de novo necessário, por causa das várias interpretações das escrituras que agora circulam, para conservar a unidade da fé’ [...] dizia ainda mais ‘ Creio que a verdade sobressai às paixões do sectário, e que a Igreja Católica é a verdadeira igreja, o fundamento e a coluna da verdade e o lugar santíssimo’. Dizia Melanchton (1) o poder do papa serviria muito para conservar a unidade da doutrina. Escrevia Calvino a Melanchton (2) importa muito que não se transmita aos séculos vindouros nenhuma suspeita das divisões que há entre nós. Dizia ainda este último reformador (3) Que Deus colocou no mundo um Pontifício único para o qual olhassem todos. Grécio, um dos mais ilustres reformadores, dizia (1) que era necessário admitir o primado do papa, se queria dar fim às disputas. Puffendorf, o maior herético dizia (1)’ a suspensão da autoridade do Romano Pontífice, há semeado no mundo infinito germes da discórdia’. Ora, perante tão grande franqueza é inconsequência do protestantismo, teve razão o ilustrado Krug ao dizer: ‘Há só um supranaturalismo completamente conseqüente; e esse é o católico romano’. (Laranjeiras, 16 de junho de 1885, *Jornal O Horizonte*).

Na sua fala *Y* alega ao se opor a venda de indulgências que o protesto dos reformadores feriu a cristandade, gerou o desrespeito e a degeneração social. Esses fatos justificavam e reclamavam uma reforma cujo objetivo deveria ser exclusivamente disciplinar e não hermenêutico.

Na prédica *Y* busca legitimar também a autoridade papal e o catolicismo romano como religião verdadeira. Com relação ao poder papal, *Y* alega que Deus colocou no mundo um único Pontífice e era necessário admitir o primado do papa para acabar com as disputas. Da mesma forma, exalta o catolicismo ao afirmar que “a Igreja Católica é a verdadeira Igreja, o fundamento e a coluna da verdade e o lugar santificado”. Para reforçar seus argumentos o autor utiliza-se da fala dos reformadores, Lutero, Calvino, Melanchton¹⁰ e do herético Puffendorf¹¹.

O evolucionismo darwiniano, como teoria marcante no século XIX, é abordado por *Y*, quando alega que diante de tais preceitos científicos o ideal seria a Igreja acomodar-se e conservar-se imutável no dogma, pois o fato de não permanecer imutável motivou o surgimento de seitas, e interpretações variadas da Escrituras causaram anarquia e a desordem. Para ele o que causou tamanha desordem na verdade foi à própria Igreja Católica, que se perdeu diante de tantas teologias, favorecendo o surgimento de outras instituições religiosas, tirando das mãos da Igreja o poder e o domínio sobre os bens de salvação favorecendo o processo de laicidade.

¹⁰Philipp Melanchton (1497-1560), teólogo e humanista alemão, grande influenciador da teologia protestante que deu forma teológica a interpretação luterana do cristianismo durante o período da ortodoxia.

¹¹ Samuel Puffendorf (1632-1694) foi um dos expoentes da corrente jus naturalista, defensor da noção do direito internacional, não restrito à cristandade, mais como um elo comum a todas as nações, pois todas elas formam a humanidade.

Apesar de culpar sutilmente a Igreja Católica pelo protesto dos reformadores e pela revolução religiosa, Y conclui seu discurso afirmando que há um só supernaturalismo completamente consequente; e esse é o católico romano.

4.2 POLÊMICAS EM TORNO DO CASAMENTO E O ARBÍTRIO DO ESTADO

Durante séculos, a Igreja Católica centralizou em seu poder várias atribuições, dentre elas a emissão de registro de nascimento, casamento e óbito. Assim, a prova do estado civil das pessoas se dava pela extração de certidão dos livros eclesiásticos

Todavia, com a progressiva instalação de protestantes no Brasil e o aumento de conversos, o Estado (ainda monárquico) foi obrigado a interferir, estabelecendo leis regulamentando as uniões e, conseqüentemente, enfraquecendo o monopólio católico romano sobre a constituição da família. Em 1861, a Lei nº 1.144, regulamentada pelo Decreto n. 3.069, de 17 de abril de 1863, legitimou o casamento civil, obrigatório aos não católicos, e facultativo entre um não-católico e um católico que não quisessem casar-se segundo as normas canônicas. Esse mesmo decreto conferiu aos pastores protestantes a autorização para realizar casamentos com efeitos civis. Porém, essas pessoas não eram tuteladas pelo registro nos livros paroquiais. Sendo assim o Estado teria que assumir o papel de conservador desses dados, fato que o obrigava a regular a prova desses fatos, conforme o art. 2º do referido Decreto: *“O Governo regulará o registro e prova destes casamentos, e bem assim o registro dos nascimentos e óbitos das pessoas que não professarem a religião católica”*. O Decreto 5604, de 25 de abril de 1874 regulamentou definitivamente os registros civis de nascimentos, casamentos e óbitos, retirando da Igreja Católica a exclusividade do casamento religioso e permitindo que outras religiões tivessem seus casamentos reconhecidos pelo Estado, produzindo efeitos civis. A partir dessa data os documentos de casamentos produzidos pelas autoridades religiosas não católicas passaram a produzir efeitos legais no Brasil Imperial. Mais tarde, em 1888, o Decreto 9886 (07/03/1888) fez cessar os efeitos civis dos registros eclesiásticos, transferindo-os para o Estado.

O que se verifica é que durante quase todo o período imperial, a despeito da possibilidade do casamento entre não católicos em seus templos e residências sob a benção de seus párocos e de acordo com suas tradições religiosas, não havia repartições secularizadas com a atribuição de registrar essas uniões e expedir documentos que comprovassem a situação familiar de protestantes e demais não-católicos no Brasil Imperial, de forma que os assentos religiosos católicos ou não católicos cumpriram essa função.

Finalmente, em 1890, o Decreto nº 119-A consagrou a separação entre a Igreja e o Estado, estabelecendo a plena liberdade de culto e assegurando aos protestantes pleno reconhecimento e proteção legal. Coube ao Decreto 181, de 24 de janeiro de 1890 instituir o casamento civil no Brasil, dispondo em seu artigo 108 que ficava “*salvo aos contraentes observar, antes ou depois do casamento civil, as formalidades e cerimônias prescritas para celebração do matrimônio pela religião deles*” e no artigo 109 esclarecia que “*desta mesma data por diante todas as causas matrimoniais ficarão competindo exclusivamente à jurisdição civil*”.

Porém, as informações a respeito desse progressivo processo de secularização e laicização no território brasileiro, circulavam entre juristas e a elite letrada de grandes centros urbanos. As populações dos interiores brasileiros recebiam tais informações muito vagamente, filtradas por educadores, padres ou pastores.

Em Laranjeiras foi possível identificar nas páginas do Jornal O Republicano, uma polêmica envolvendo a questão da dissolução de um casamento. Na época, algumas pessoas que se casaram em igrejas protestantes, arrependidas desse ato, pretendiam “descasar-se” paravoltar a realizar um casamento na Igreja Católica. Como isso vinha apresentando muita ocorrência, Manuel dos Santos David escreveu um artigo com intuito de alertar os indivíduos que utilizassem tal prática.

Prevenção. Consta-me que um senhor Candido Fogueteiro anda especulando com uns menos sábios do que ele, e o objetivo do futuro lucro são a aquisição para o grêmio católico de um Sr. José Pedro de Tal e D. Maria de tal, casados há alguns meses, pelo pastor protestante, o que mesmo Candido quer casar de novo, porque ele diz: não estão casados. Eu, porém, venho lembrar a esse Sr. Candido o parecer do Conselho de Estado de 13 de maio de 1873, confirmado pelo Imperador em 27 de junho de 1873. Lembro ao Sr. José Pedro a e Sra. D. Maria o art.249 do Código Criminal que diz: Contrair matrimônio, segunda ou mais vezes, sem ter dissolvido o primeiro, penas de um ano a seis meses de prisão com trabalho e multa correspondente a metade do tempo. Ora o matrimônio contraído por vocês não pode ser dissolvido se não por meio de ação ou sentença exigidos pelos arts. 8º e 9º do decreto nº 3089 de 17 de abril de 1868. As circunstancias que podem tornar um casamento protestante nulo, tornariam nulo o casamento católico. E não é o padre, nem o bispo, nem o papa que podem nulo um casamento protestante e sim unicamente o juiz de Direito da Comarca [...] será ouvido além do curador, o desembargador, procurador da Coroa e Soberania Nacional [...] lembro ao ilmo e revm. Sr. vigário o art.247 do Código Criminal que diz assim: “Receber o eclesiástico em matrimônio a contraentes que se não mostrarem habilitados na conformidade das leis [...] creio que não ofendo pessoa alguma trazendo estas lembranças. M. A. dos Santos David (Laranjeiras, 6 de outubro de 1889, Jornal O Republicano).

A contenda em torno dos casamentos realizados pelos pastores protestantes gerou conflito porque muitos que haviam contraído matrimônio pela Igreja protestante queriam dissolvê-lo para tornar a casar-se na Igreja Católica. Entretanto, esse tipo de casamento era regulamentado por leis e por decretos. Sendo assim, os casamentos só poderiam ser dissolvidos pelo curador, desembargador ou procurador da coroa. Nesse caso específico David adverte que quem assim procede pode sofrer pena de um ano a seis meses de cadeia.

Além da advertência ou “prevenção” como o autor do texto se refere, o que se pode perceber é que quem está por traz da dissolução do casamento não são os próprios noivos e sim um vigário e uma pessoa bem próxima a ele. Isso é perceptível em dois momentos. O primeiro é quando David afirma que “o objetivo do futuro lucro é a aquisição para o grêmio católico”. Ou seja, o “grêmio” em questão é a própria Igreja. No segundo momento, quando ele lembra ao vigário o que diz o artigo 247 do Código Criminal.

No final do texto a fala de David tem uma conotação de desculpas e ao mesmo tempo parece cuidadoso ao afirmar que o fato de trazer à lembrança as leis que regulamentavam o casamento protestante não era algo que ofendesse a pessoa alguma.

Observamos nesse pequeno artigo que, progressivamente, a própria sociedade laranjeirense percebia que certas questões sociais, pessoais e familiares, já não poderiam ser mediadas tão somente por agentes religiosos, necessitando o arbítrio de uma instância mediadora fundamentada em um consenso não propriamente religioso. Com isso, é nítida a influência progressiva e subterrânea da presença protestante na sociedade brasileira. Em Laranjeiras, tal crescimento foi encarado como um “perigo” por parte dos polemistas católicos, tal como veremos no último tópico deste capítulo.

4.3 A EFICÁCIA DA PROPAGANDA RELIGIOSA PROTESTANTE E A LAMENTAÇÃO DOS POLEMISTAS CATÓLICOS

A forma como o protestantismo conseguiu sua inserção na cidade de Laranjeiras incomodou muita gente, ao ponto de *Matheus*, polemista católico, chamar a atenção do clero alertando-os sobre o “perigo” que a sociedade católica estava correndo mediante a propaganda religiosa que estava ocorrendo na localidade. Para isso utilizou-se do artigo: “Ao clero desta província”.

A fração da sociedade sergipana, para o qual o livro e a imprensa não são coisas de valor negativo, a esta hora não deve ignorar a questão religiosa que

se agita nesta cidade. Não deve também ser estranha ao nosso clero a propaganda protestante, que caminha a fazer prosélitos, já por divulgação de manuscritos, já pela catequese incansável e sem interrupção. Para esta cidade emigram de quando em vez ministros presbiterianos etc. da religião reformada e aqui se congregam a explicar o evangelho criando sérios adeptos que, por tal sorte convictos da veracidade de suas crenças, não trepidam a prática do maior sacrifício, nem tão pouco deixam de poupar o catolicismo, ao qual pressuroso acudia um grande polemista que, sob o pseudônimo de *Bossuet*, defrontou o inimigo e tem sabido rechaçá-lo em suas próprias trincheiras [...] Pois bem: assim historiados os fatos, é de estranhar, e até mesmo reparar, que digamos – alguns padres de Sergipe têm devolvido este modesto jornal [...] Entretanto, um padre que conhecemos e cuja posição monetária nenhuma inveja por certo pode inspirar, assim não tem procedido; pelo contrário, tem gasto suas dezenas de contos de mil reis para sustentar na imprensa as verdades da sua religião [...] Pensamos (e pedimos licença à v. revma. para externar com franqueza nosso pensamento) que se há como cremos amor à profissão e crença até no sacrifício, auxiliar e engrossar a corrente católica. Matheus (Laranjeiras, 4 de setembro de 1885, *Jornal O Horizonte*).

Na queixa de Matheus alguns fragmentos são pontuais. Dentre eles a importância que o livro e a imprensa tinham naquele período para uma pequena parte da sociedade, a elite letrada. Outro ponto diz respeito aos manuscritos que eram utilizados pelos protestantes para fazer proselitismo e criar adeptos. Apesar de o ponto central ser a propaganda religiosa, Matheus deixa claro na sua fala o aborrecimento causado pela devolução dos jornais pelo clero, que pouca ou nenhuma importância deu aos debates religiosos.

Por outro lado, o autor exalta os feitos de Bossuet, que no texto fica evidente se tratar de um padre, quando afirma ter este gasto dezenas de mil contos de reis para sustentar as verdades do catolicismo. Apesar da crítica ao clero, Matheus convida-os para fazerem parte do debate contra os protestantes alegando que isso só será feito se de fato o clero tiver amor ao sacerdócio. Sobre o fato de este possuir dinheiro para investir em artigos nos jornais deixa claro que Bossuet possuía uma boa condição financeira.

A Imprensa Evangélica, como órgão oficial de propaganda religiosa protestante, de quando em vez se posicionava em defesa aos ataques da imprensa laranjeirense contra o protestantismo. Como forma de refutar as acusações o editor do jornal assim se posicionou “*A Imprensa Evangélica*” e o *Horizonte*;

No número 41 do Horizonte do corrente ano, seu colaborador *Hamilton* insere uma queixa amargurada contra a apreciação que fizemos em nosso oitavo número, de sua crítica sobre as vozes da história [...] Há cerca de vinte e dois anos a *Imprensa Evangélica* se mantém em seu posto, sem jamais ter recuado; e fique seguro o *Hamilton* que o esperamos tranquilos, empunhando a espada do espírito, que é a palavra de Deus [...] No número 43 do mesmo jornal, *Alguns Católicos*, na seção livre, nos chama a contas

severas, ou, para melhor dizermos passa uma solene descompostura pelo artigo sobre quebramento de imagens, de nosso número 9. Acusa-nos de “falta de boa educação”, de escrever tópicos asquerosos e acres, de usar de descomposturas inventivas e desaforos; e tais coisas, que com razão censura. É certo que o evangelho não aconselha o emprego de meios desta ordem em discussões sérias [...] Dos padres nada dissemos que não seja conhecido por todos como a verdade, e não saiba perfeitamente o articulador *Alguns católicos*. Não aconselhamos pessoa alguma a ridicularizar ou ofender as crenças religiosas de outrem, por falsas e mesquinhas que sejam, nem que usem de intolerância para os que andam no erro. Sustentamos, porém, que a todos os que se convençam do grande crime contra a lei de Deus de adorar imagens, assiste o direito de destruí-las: que não há lei neste país que proíba fazê-lo, e que a lei divina manda que o façam. Só os que ignoram a lei de Deus podem de boa fé negar este direito e dever [...] Diz *Alguns Católicos* que censuramos os padres de laranjeiras porque cumpriram seu dever. Nenhuma reclamação formulamos contra os padres por pregarem, sustentarem e propagarem os princípios e práticas de sua seita [...] Mas, pergunta a *Alguns Católicos* se considera dever dos padres incitar a população, por meio de preces e discursos inflamatórios nas igrejas, os atos de vandalismo [...] e apedrejam seus concidadãos pelo fato de terem abraçado a religião evangélica, a religião verdadeira de Jesus Cristo?[...] Desejamos saber se este é ainda o modo de pensar dos católicos de Laranjeiras? [...] o que é que há na pregação das doutrinas do evangelho que tanto estimula à ira do clero romano e de seus sectários [...] Logo, porém que o evangelho de nosso senhor Jesus Cristo é pregado com pureza, e alguns abraçam e seguem levanta-se no púlpito e na imprensa um retumbante brado de alarme. Por que será? Queiram explicar-nos *Alguns católicos*. (Laranjeiras, 5 de junho de 1886, *Jornal Imprensa Evangélica*).

As críticas e as indagações do redator da *Imprensa Evangélica* são direcionadas a *Alguns Católicos* e *Hamilton*. Na sua fala o redator elenca alguns debates ocorridos no *Jornal O Horizonte* envolvendo o quebramento de imagens, os atentados, as preces, a falta de conduta do clero e os atos de vandalismo contra os protestantes. Depois de trazer à tona às ocorrências, o redator faz algumas indagações a cerca da doutrina do evangelho que estimulou à ira do clero e dos seguidores do catolicismo, ao que pergunta “o que é que há na pregação das doutrinas do evangelho?” O evangelho é pregado com pureza, e alguns abraçam e seguem levanta-se no púlpito e na imprensa um retumbante e irônico brado de alarme – “por que será?”

As perguntas ficaram sem resposta, pois apesar de todo embate o protestantismo avançava. A propaganda religiosa em Laranjeiras crescia cada vez mais. Na seção livre do *Jornal O Republicano*, Manuel dos Santos David mostrou que apesar das perseguições, o Protestantismo alcançava diversas vitórias. Dessa forma expôs sua opinião sobre o assunto no artigo “Perseguição e Prosperidade”:

As diversas vitórias do protestantismo, pela palavra e pela imprensa nesta cidade, têm estonteado a gente papista [...] Esses por sua vez, não podendo responder-nos, nem pela palavra, nem pela imprensa, tem conspirado nas trevas maquinações infernais, torpes e indignas, como foi a de 2 de janeiro de 1886, em que alguns fanáticos mais atrevidos, combinaram e executaram o quebraimento de uma caixa de livros e levaram o dono com gritos de morra! Acompanhando com pedras o religioso até sua casa. [...] O atentado e as perseguições ficaram impunes; mas não embargaram o crescimento do protestantismo, apesar de para isso mandar vir da Bahia, em outubro de 1887, dois frades italianos para pregarem missa [...] Várias tem sido as invenções diabólicas, que os inimigos da verdade tem posto em prática para abster o desenvolvimento do evangelho [...] diversos casamentos tem sido celebrado pelo nosso rito ultimamente [...] Isso, porém, deu lugar a várias maquinações e perversidades, e então dizem que apareceram umas imagens lançadas ao rio e logo a imputação desse ato aos protestantes, com o fim somente de levantar o fanatismo estúpido contra nós. Isso se comentava por todos os ângulos da cidade, brancos, pretos, ricos e pobres, grandes e pequenos e cada um dava a sua sentença de morte aos protestantes, a cacete ou a pedra [...] A quem quer enganar essa pobre gente? A nós é difícil: a Deus? É impossível. A quem será? [...] A luz há de espantar as trevas, custe o que custar, fiquem certos os bárbaros e especuladores. Manuel David (Laranjeiras, 26 de maio de 1889, *Jornal O Republicano*).

Na maior parte da sua refutação, David exalta o crescimento do protestantismo diante de tantas perseguições e prossegue elencando as reações (o quebraimento da caixa de livros e a queima de bíblias). Porém um caso chama atenção. Ao fazer referencia ao quebraimento de imagens, deixa evidente que o ato foi praticado por alguém que tinha o interesse de prejudicar o trabalho evangélico que estava sendo realizado na cidade, quando afirma que o fato tinha por objetivo “levantar o fanatismo estúpido contra nós” e não por um novo converso como as notícias deram a entender.

Em meio a sua prédica, David afirma que os casos citados por ele ficaram impunes. Ninguém foi condenado pela prática de atos violentos contra os protestantes, que apesar de tudo iam ganhando espaço tanto na cidade de Laranjeiras quanto nas demais províncias.

O crescimento do protestantismo fez com que em 19 de novembro de 1899 fosse inaugurado o Primeiro Templo Presbiteriano do Estado de Sergipe, conforme noticiado no *Jornal O Puritano*, órgão de propaganda da Missão Presbiteriana no Brasil, que substituiu a *Imprensa Evangélica*, com o título “Conferências em Aracaju”:

[...] Domingo dia 19 de novembro, foi um dia de verdadeira festa na cidade de Laranjeiras. Havia oito ou dezenas que dos outeiros que rodeiam a cidade, na presença do governador do Estado e instigados pelos frades que faziam na ocasião uma santa missão o povo queimou bíblias e, em espírito, ascendia fogueiras para queimar os protestantes. Das cinzas destas bíblias levantou-se um templo. Durante seis anos os membros da igreja têm trabalhado juntando dinheiro e crendo que Deus lhes concederia o privilégio de terem um templo.

No tempo de mais perseguição adquiriu-se terreno em um dos melhores lugares da cidade. A planta foi dada pelos irmãos Januzzi, do Rio de Janeiro, e a 23 de maio de 1899, foi colocada a primeira pedra. O dia 14 de outubro de 1899 viu o templo pronto para o culto. O dia do Senhor, 19 de novembro, amanheceu sem uma nuvem e de todos os lados surgiram irmãos. Muitos tinham vindos de muitas léguas para apreciar a dedicação do templo. O Revs. Kolb, Wadderll e Pierce Chamberlain, da Bahia, chegaram ao mesmo dia. Às onze e meia da manhã deu princípio ao culto. Houve duas crianças apresentadas para batismo e depois o Rev. Lino pregou sobre o templo de Deus. O ilustre orador em bem elaborado sermão explicou os fins do templo e como devemos guardá-lo santo para Deus. A oração dedicatória foi oferecida pelo Rev. Kolb, e assim foi separado para uso sagrado aquele humilde templo. A capela com o terreno custou 11:400\$ e a pessoa encarregada da construção asseverou que ainda pesava sobre o templo uma dívida de 3:500\$\$\$. Resolveu-se levantar uma coleta que rendeu 2:85\$000. W. E Finley. (Capital Federal (Rio de Janeiro), 21 de dezembro de 1899, *Jornal O Puritano*).

A notícia dada por Finley de forma minuciosa e com riqueza de detalhes mostra as datas em que inicialmente foi lançada a pedra fundamental do templo, a data em que o templo ficou pronto e como aconteceu a inauguração. Outro ponto em destaque foi à forma como ele se dirigiu ao ato praticado pelos padres italianos, a queima de bíblias. De acordo com ele, o que os padres queriam na verdade era queimar os protestantes, como acontecia antes do século XVIII com os hereges.

Finley destaca que das “cinzas das bíblias queimadas levantou-se um templo”. Com essa expressão parece comparar as cinzas e a edificação do templo à ave mitológica fênix, que tinha o poder de renascer das cinzas, simbolizando força para transportar cargas muito pesadas. Esse discurso evidencia que, mesmo em meio a diversos sinais de oposição (apedrejamentos, cacetes, vandalismos e perseguições), o protestantismo em Laranjeiras conseguiu sua inserção numa sociedade predominantemente católica, que assim como fênix resistiu com poder e conseguiu vencer à pesada oposição dos polemistas católicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O cenário novecentista da “Atenas Sergipana” traçado no primeiro capítulo comprova o seu potencial, marcado pelo desenvolvimento cultural representado pelos teatros, Clube Republicano, Gabinete de Leitura e pelo Liceu Laranjeirense, que agregavam a aristocracia canavieira, cuja economia estava alicerçada no comércio de escravos e da cana de açúcar, responsáveis pelo enriquecimento dos latifundiários da região do Cotinguiba.

A sociedade, já com uma estrutura hierarquizada, sente seu primeiro abalo com a chegada dos primeiros propagandistas do Cristianismo Reformado, os quais começaram a propaganda religiosa, vendendo e distribuindo literatura religiosa. Isso causou um mal estar nos conservadores católicos, que se sentindo ameaçados partiram para o confronto através de agressões físicas e atentados.

A presença de um novo agente religioso no campo laranjeirense originou os conflitos representados pelos debates de cunho teológico e ideológico, onde tanto católicos quanto protestantes tinham por objetivo legitimar e ao mesmo tempo defender, cada um à sua maneira, as verdades que julgavam possuir. Todavia, como o debate em sua maioria era de cunho religioso, se utilizaram da Bíblia como arma tanto para o ataque quanto para a defesa.

Assim ficou comprovado que o século XIX foi um período de mudanças no cenário político, social, econômico, científico e religioso no Brasil. No aspecto político é possível asseverar mudanças na organização do Estado, que passou de um regime monárquico para o republicano, impulsionado por teorias que viriam a mudar o pensamento dos intelectuais da época a exemplo do positivismo, cientificismo e evolucionismo.

Nesse período, os filhos da elite canavieira do Nordeste frequentavam a Faculdade de Direito do Recife e a Faculdade de Medicina e Farmácia da Bahia, recebendo influências diretas de Silvio Romero, Felisbelo Freire (o maior militante republicano), Serafim Vieira de Almeida, Tobias Barreto e Fausto Cardoso. Naturalmente, ao retornarem para suas cidades de origem buscavam propagar os ideais republicanos.

Foi através desses ideais que os intelectuais laranjeirense buscaram implantar um novo ideal político, uma vez que o existente não mais servia como ideal de progresso para a sociedade da época. Seguindo essa trajetória, percebemos como foi importante a criação do Clube Republicano e do Jornal *o Republicano* na cidade de Laranjeiras, os quais em conjunto foram responsáveis pela propaganda republicana. É preciso destacar a importância da

circulação dos periódicos, pois era através destes que a elite letrada ficava a par da propaganda republicana.

A luta pela implantação da República recebeu a adesão da aristocracia canavieira, descontente com as leis criadas pelo Império que puseram fim à escravidão. O fim da escravidão, o descontentamento dos senhores de engenho e a consequente falência dos grandes latifundiários, impulsionaram a queda do Império. Com isso, a sociedade novecentista, que tinha como base econômica a produção de açúcar, viu ruir sua estrutura social, econômica e o poder dos grandes latifundiários e buscou reorganizar-se a partir de novos moldes.

No aspecto religioso, era notório que a Igreja Católica do século XIX não cumpria seu papel de assistência espiritual. Alguns sacerdotes não cumpriam suas obrigações religiosas, causando o enfraquecimento do poder religioso, que nesse período estava atrelado ao poder que os senhores de engenho exerciam.

A Igreja submissa ao Império através do regime de padroado aos poucos foi perdendo sua supremacia, principalmente após a chegada da primeira leva de imigrantes. Aos poucos, estes conquistaram direitos através de leis criadas pelo Estado que favoreciam suas permanências no Brasil e garantiam, ainda que de forma limitada, a prática religiosa. Juntamente com os imigrantes chegaram também os primeiros exemplares bíblicos. Esses exemplares abriram precedentes para a implantação definitiva do protestantismo na segunda metade do século XIX.

A crescente autonomia do Estado em relação à Igreja e o enfraquecimento institucional desta acabaram por provocar a separação entre as duas instituições que não mais conseguiam se entender. Se por um lado o Estado apoiava a liberdade religiosa dos primeiros protestantes que aqui chegavam, por outro entrava em choque com os princípios implantados pela Igreja desde o período da colonização.

Todavia, não foram somente as leis, a presença dos imigrantes, a liberdade religiosa ou mesmo a falta de zelo do clero que causaram a perda da hegemonia da Igreja. Esse processo se iniciara já no século XVI com o protesto dos reformadores e se consolidou no século XIX com a inserção, expansão e consolidação do Protestantismo por vários países.

No Brasil, a penetração do Protestantismo se iniciou em 1850 com a chegada de Asbhel Green Simonton, enviado pela Junta de missões da Igreja Presbiteriana dos Estados Unidos. A partir de sua presença e contando com o crescente apoio de outros missionários que aqui aportaram nos anos seguintes, esse grupo propagou os ideais dos reformadores e do

sistema republicano, ajudando a consolidar o Protestantismo em meio a uma sociedade com uma religião estabelecida.

A presença protestante incomodou alguns setores da Igreja Católica que, para não perder o poder, reagiu espalhando entre o povo a ideia que os protestantes eram uma seita de “hereges” com bíblias “falsas”. Essa tática, porém, ao invés de afastar os fiéis provocou um efeito contrário, despertando ainda mais curiosidade em relação à figura daqueles homens que se comportavam sobriamente (ao contrário de muitos padres) e apregoavam ideais de progresso e educação. Embora em muitos lugares o clero católico tenha sido mais tolerante, como demonstra Émile Léonard, em linhas gerais a hierarquia católica tentou fortalecer o imaginário de que a Igreja Católica era a única religião verdadeira e que a presença dos protestantes era uma ameaça à estabilidade nacional.

No caso específico de Laranjeiras e dentro do recorte temporal, a pesquisa não encontrou nenhum documento que comprovasse a oposição oficial da Igreja contra os protestantes. O que observamos é que os embates ocorridos foram motivados e conduzidos por alguns párocos e católicos mais influentes. Tratava-se de uma batalha discursiva com alusões à história e à teologia. O alcance desses argumentos, porém, limitava-se ao pequeno círculo de pessoas letradas que acompanhavam os jornais. A influência desses articulistas certamente colaborava para que muitas vezes o debate passasse do nível teórico para a violência física. Os protestantes, por sua vez, em menor número, reagiam apenas no campo da argumentação através de seus pastores. Contudo, alguns convertidos manifestavam gestos de violência simbólica através da destruição pública de imagens identificadas com o catolicismo.

Simonton, como pioneiro presbiteriano, tinha uma visão progressista. Para tanto fundou o Jornal *Imprensa Evangélica* a fim de divulgar a mensagem protestante, os hinos, denunciar os casos de perseguição religiosa e principalmente combater os inimigos da causa protestante. Além do jornal Simonton organizou também o Seminário Teológico com o intuito de formar pastores para as congregações e professores para as escolas protestantes, as quais tinham por objetivo a alfabetização e a evangelização indireta. Para tanto se utilizavam da Bíblia como livro texto.

As Escolas Protestantes implantadas pelos presbiterianos, aos poucos passaram a ser vistas como ícones de progresso e modernidade, uma vez que seu projeto pedagógico se espelhava no modelo norte americano, voltado para o desenvolvimento individual, a ética e o progresso social coletivo.

Além desses aspectos, Simonton contava com um *staff* bem preparado de pastores que favoreceram a propaganda protestante, a exemplo de seu cunhado Alexander Latimer

Blackford e dos pastores Francis Joseph Schneider e George Whitehill Chamberlain, os quais abriram trabalhos em várias localidades do Brasil. Dos missionários citados, destacamos a importância do trabalho realizado por Alexander Latimer Blackford na cidade de Laranjeiras, o qual possibilitou a instituição, em 24 de outubro de 1884, da Primeira Igreja Presbiteriana do Estado de Sergipe, culminando posteriormente com a inauguração do templo em 19 de novembro de 1899.

O fato de os missionários escolherem a cidade de Laranjeiras para a inserção do Presbiterianismo se deu em virtude do grande desenvolvimento econômico, político, social e cultural, da localização geográfica, da falta de influência clerical principalmente nas áreas mais afastadas do centro da cidade e da ausência de um trabalho permanente do clero católico. Quando os presbiterianos chegaram a Laranjeiras já encontraram a sociedade organizada hierarquicamente, com uma religião instituída desde os primórdios, mas com nítidos sinais de enfraquecimento e perda de credibilidade para alguns setores da sociedade laranjeirense.

A conversão dos católicos ao protestantismo se deve a vários fatores: a assistência prestada aos fiéis pelos pastores, o ensino da palavra através da escola bíblica dominical, a frequência com que a comunidade religiosa se reunia. Além disso, os protestantes iam à busca do fiel nos lugares mais afastados dando ao indivíduo a sensação de amparo e proteção. Diante dos fatores podemos afirmar que a própria Igreja Católica criou o ambiente favorável para a inserção do protestantismo.

Com a implantação do Presbiterianismo em Laranjeiras no século XIX, podemos asseverar que os embates ocorridos neste período fortaleceram as convicções religiosas dos novos convertidos, bem como favoreceram as discussões em torno da liberdade e da tolerância religiosa numa sociedade que até aquele século tinha como referencial religioso o catolicismo e as religiões de matriz africana, que juntas originaram uma nova forma de catolicismo - o catolicismo popular.

As ideias protestantes trouxeram à tona algumas discussões em torno das Sagradas Escrituras, da infalibilidade papal, das doutrinas e dos sacramentos da Igreja Católica que foram contestadas pelos protestantes ganhando adeptos e simpatizantes da causa protestante. E foi também a causa dos embates, uma vez que a pregação protestante ia de encontro à doutrina católica, sendo, portanto o pivô dos conflitos ocorridos naquela localidade.

Esses aspectos confirmam a hipótese de que as ideias protestantes ofereceram uma base de questionamentos à sociedade local, contribuindo para uma reflexão sobre a laicidade em Sergipe e colocando em xeque a hegemonia da Igreja Católica, principalmente após a implantação das leis que favoreceram os protestantes, tais como: a criação de cemitérios

públicos, tirando da Igreja o monopólio sobre os corpos, a implantação do casamento civil possibilitando que os casamentos celebrados pelos pastores tivessem o mesmo efeito dos celebrados pelos padres, a expedição de certidão de nascimento, casamento e óbito que passaram a ser de responsabilidade dos juízes, a conversão de muitos sacerdotes ao Protestantismo e, em muitos casos, o pedido por escrito do desligamento da Igreja Católica, como foi o caso do padre Maximiniano Chagas Carvalho, que além do pedido, contestou pontos doutrinários, como a infalibilidade papal, as imagens, o purgatório e as obras pias. Some-se a isso, a estratégia presbiteriana em Laranjeiras que contemplou também a criação de uma escola de excelência, o que enfraquecia o poder da igreja Católica de impor a religião através da educação.

Esse processo favoreceu a criação do Estado Laico e possibilitou o surgimento de várias religiões principalmente no século XX, a exemplo dos vários ramos do Pentecostalismo e do neopentecostalismo, que como empresas de salvação vêm ganhando espaço no cenário nacional até a contemporaneidade.

A presente pesquisa, portanto, aponta para outros aspectos a serem considerados, a exemplo dos embates ocorridos em outras regiões do Brasil na mesma época. Uma vez que os embates ocorridos em Laranjeiras representam apenas uma síntese do que pode realmente ter ocorrido em outras Províncias, especialmente no Rio de Janeiro, onde a sociedade brasileira foi inicialmente impactada pela presença dos primeiros protestantes.

REFERÊNCIAS

- ALBERT, P.; TERROU F. **História da Imprensa**. França: Martins Fontes, 1990.
- ALMEIDA, R. S. **Vozes Femininas no início do Protestantismo Brasileiro**: escravidão, império, religião e papel feminino. São Paulo: Hagnos, 2014.
- ALVES, R. **Dogmatismo e Tolerância**. São Paulo: Paulinas, 1982.
- ANDRADE, Péricles. **Sob o olhar diligente do pastor**: a Igreja Católica em Sergipe. São Cristóvão, SE: Editora UFS, 2010.
- ARQUIVO DO JUDICIÁRIO. **Queixa crime**. 01 período: 1874-1883 nº geral 288.
- BAIGENT, M.; LEIGH, R.A **Inquisição**. Rio de Janeiro: Imago, 2001.
- BEZERRA, F. **Etnias sergipanas**: contribuições ao seu estudo. Aracaju: Gráfica e Editora J. Andrade, 1984.
- BOURDIEU, P. **A economia das trocas simbólicas**. 6. ed. São Paulo: Perspectiva, 2005.
- CALVANI, C. E. B. A Educação no Projeto Missionário do protestantismo no Brasil. **Revista Pistis Praxis**, Curitiba, v. 1, n. 1, p. 53-69, jan./jun. 2009. Disponível em: <<https://periodicos.pucpr.br/index.php/pistispraxis/article/download/10730/10124>>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- CAMARGO, C. P. F. C. **Católicos, protestantes, espíritas**. São Paulo: Vozes, 1973.
- CARVALHO, J. M. **Os bestializados o Rio de Janeiro e a república que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- COSTA, G. S. Protestantes na Atenas Sergipana: a inserção do protestantismo em Laranjeiras (SE) no século XIX. **Protestantismo em Revista**. São Leopoldo, v. 43, n.1, p. 40-53, jan/jun. 2017. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/2876>>. Acesso em: 11 jan. 2018.
- CRUZ, A. **Imprensa em Sergipe**. Brasília: 1993.
- DANTAS, B. G. **Vovô nagô e papai branco**: usos e abusos da África no Brasil. Rio de Janeiro: Graal, 1988.
- DANTAS, I. **História de Sergipe República**: Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2004.
- DIOCESE DE ARACAJU. Atos do Episcopado Nacional. In: LIVRO DE ATA DA DIOCESE DE ARACAJU, 1949, Aracaju. **Ata...** Aracaju, 1949.
- FARJADO, A. Brasil imperial católico e o surgimento dos cemitérios protestantes. **Integratio**. v. 1, n. 1, p.5-17, jan./jun. 2015. Disponível em: <<http://fnbonline.com.br/revista/integratio/index.php/INT/article/view/1>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

FREIRE, F. F. **História de Sergipe**. Rio de Janeiro: Vozes, 1952. (Coleções Dimensões do Brasil).

FREIRE, Gilberto. **Casa grande e senzala**. São Paulo: José Olympio, 1933.

GINZBURG, Carlo. **Mitos, emblemas, sinais**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

GÓES, B. **A república em Sergipe**. Aracaju: Secretaria de Estado da Cultura, 2005.

GONÇALVES, M. A. O processo de formação e as manifestações culturais em Sergipe. In: DINIZ, D. M. F. L. **Textos para a História de Sergipe**. São Cristóvão, SE: Editora da UFS, 2013, p.309-335.

HAUCK, J. F. **História da igreja no Brasil: segunda época século XIX**. 4. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2008.

HEMEROTECA NACIONAL BRASILEIRA. Imprensa Evangélica: Publica-se Todos os Sabbados (RJ) - 1864 a 1892. Rio de Janeiro, 1886. Disponível em: <<http://bndigital.bn.br/acervo-digital/imprensa-evangelica/376582>>. 20 mar. 2016.

IGREJA PRESBITERIANA DE SERGIPE. Livro de atas de Laranjeiras. In: LIVRO DE ATA DA PRIMEIRA IGREJA PRESBITERIANA DE SERGIPE, 1902, Laranjeiras. **Atas...** Laranjeiras, 1902.

In: NASCIMENTO, A. C. A.; M., A. R. B. (Org.). **Educação, culturas e diversidades**. Manaus: Ed. Edua, 2011, p.233-259.

JOSÉ, C. **O primeiro pastor brasileiro**. São Paulo: Mackenzie, 2001.

LARANJEIRAS. **Sua história, sua cultura, sua gente**/ Prefeitura Municipal de Laranjeiras, SEMEC, Laranjeiras, SE, 2000.

LÉONARD, É. G. **O Protestantismo brasileiro**. São Paulo: ASTE, 1963.

LUCA, T. R. História dos, nos e por meio dos periódicos. In: PINSKY, C. B. (Org.). **Fontes históricas**. São Paulo: Contexto, 2005, p. 111 - 153.

MACHADO, P. Um Século de Evangelismo em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, n.9, p.207-214, 1920. Disponível em:<<http://www.revistaihge.org.br/index.php/revista/article/view/299/276>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

MARTINS, W. **A palavra escrita**: história do livro, da imprensa e da biblioteca. São Paulo: Ática, 1996.

MATOS, A. S. A pregação dos Pioneiros Presbiterianos no Brasil: uma análise preliminar. **Fides Reformata**, v. IX n.2, p.57-74, 2004. Disponível em:

<http://www.mackenzie.br/fileadmin/Mantenedora/CPAJ/revista/VOLUME_IX__2004__2/alderi.pdf>. Acesso em: 11 jan. 2018.

_____. **Simonton e as Bases do Presbiterianismo no Brasil**. Universidade Mackenzie, 2011. Disponível em WWW.mackenzie.br/7.148.html. Acesso 24/02/2018.

MENDONÇA, A. G.; FILHO, P. V. **Introdução ao Protestantismo no Brasil**. São Paulo: Loyola, 1990.

_____. **O celeste porvir: a inserção do presbiterianismo no Brasil**. 3. ed. São Paulo: Editora da USP, 2008.

_____. Católicos, protestantes e novos movimentos religiosos no Brasil. In. SOUZA, B. M.; MARTINO, L. M. S. (Org.). **Sociologia da religião e mudanças social**. São Paulo: Paulus, 2004, p.49-77.

MORAIS, M. E. J. **Província eclesiástica de Aracaju: 100 anos de diocese e 50 anos de arquidiocese**. Aracaju: EDISE, 2014.

MOTT, L. **Inquisição em Sergipe**. 2. ed. São Cristóvão, SE: Editorada UFS, 1946.

MOURA, I. A. M. **Os protestantes em Itabaiana**. Itabaiana- SE: Infographics, 2011.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C. **A Escola americana: origens da educação protestante em Sergipe(1886-1913)**. São Cristóvão, SE: Editora da UFS, 2004.

_____. **Educar, curar e salvar: uma ilha de civilização no Brasil tropical**. Maceió: UFAL, 2007.

NASCIMENTO, E. F. V. B. C. **Imprensa, impressos e práticas educativas**. Fortaleza: Editora da UFC, 2012.

NASCIMENTO, A.C. A; MOURÃO, A. R. B.(Orgs.) **Educação, culturas e diversidades**-Manaus: Edua, 2011, p.233-259.

NASCIMENTO, J. C. **A cultura ocultada ou a influencia alemã na cultura brasileira durante a segunda metade do século XIX**. Londrina: Editora da UEL, 1999.

NASCIMENTO, J. C. Notas para o estudo da imigração alemã em Sergipe. **Revista do Instituto Histórico e Geográfico de Sergipe**, ano 35, p.151-177, 2006. Disponível em:<<http://www.ihgse.org.br/revistas/35.pdf>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

NOVAIS, F. A.(Coord.); A., L. F. (Org.). **História da vida privada: Império, Corte e Modernidade nacional**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

NUNES, M. T. **Sergipe Provincial II (1840 – 1889)**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro; Aracaju: Banco do Estado de Sergipe, 2006.

NUNES, M. T. **História da educação em Sergipe**. Rio de Janeiro: Paz e Terra; Aracaju: Secretaria de Educação do Estado de Sergipe, 1984.

NUNES, V. M. M.; NOGUEIRA, A. D. **O despertar do conhecimento na colina azulada: a Universidade Federal em Laranjeiras**. São Cristóvão, SE: Editora da UFS, 2007.

O HORIZONTE. Laranjeiras, 1885-1886. (CD DO IHGS)

O LARANJEIRENSE. Laranjeiras, 1887-1888. Disponível em: <www.bndigital.bn.br>. Acesso em: 9 nov. 2015. Hemeroteca Nacional Digital.

O PURITANO. Capital Federal, 1899. Disponível em: <www.bndigital.bn.br>. Acesso em: 7 ago. 2017. Hemeroteca Nacional Digital.

O REPUBLICANO. Laranjeiras, 1888-1889. Disponível em: <www.bndigital.bn.br>. Acesso em: 9 nov. 2015. Hemeroteca Nacional Digital.

OLIVEIRA, F. J. **Coleção João Ribeiro: História de Laranjeiras**. Aracaju: Subsecretaria de Cultura da Secretaria de Educação e Cultura do Estado de Sergipe, 2005.

_____. **História de Laranjeiras Católica**. Aracaju, SE: Editora Casa Ávila, 1935.

_____. **Registro de Fatos Históricos de Laranjeiras**. 2. Ed. 2005.

PASSOS, J. D. **Pentecostais: origens e começo**. São Paulo: Paulinas, 2005. (Coleção Temas do Ensino Religioso).

REILY, D. A. **História documental do Protestantismo no Brasil**. 3. Ed. São Paulo: ASTE, 2003.

REIS, J. J. **A morte é uma festa: ritos fúnebres e revolta popular no Brasil do século XIX**. São Paulo: Companhia das Letras, 1991.

RIBEIRO, B. **Protestantismo e cultura brasileira: aspectos culturais da implantação do protestantismo no Brasil**. São Paulo: Editora Presbiteriana, 1981.

SANTOS, A. P. J. **O embate ideológico entre católicos protestantes na cidade de Laranjeiras no final do século XIX (1885-1886)**. 2009. 56f. Monografia (Graduação em História) – Departamento de História. Universidade Federal de Sergipe. São Cristóvão, SE, 2006.

SERBIN, K. P. **Padres, celibato e conflito social: uma história da Igreja Católica no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 2008.

SEVENKO, N. A capital irradiante: técnica, ritmos e ritos no Rio. In: NOVAIS, F. A.; _____. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

SILVA, E. D.; NOGUEIRA, A. D. **Lançando um olhar sobre o patrimônio arquitetônico de Laranjeiras**. In: NUNES, V. M. M.; NOGUEIRA, A. D. (Orgs.). **O despertar do conhecimento na colina azulada. A Universidade Federal de Sergipe em Laranjeiras**. Vol. 1. São Cristóvão: UFS, 2007, p.63.

SILVA, M. M. A chegada do protestantismo no Brasil Imperial. **Protestantismo em Revista**, São Leopoldo, v.26, p.113-121, set./dez. 2011. Disponível em: <<http://periodicos.est.edu.br/index.php/nepp/article/view/162>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

SILVESTRE, A. A. Os jornais evangélicos e a formação da mentalidade protestante no Brasil. **Reflexão**, Campinas, v.41, n.2, p.165 - 178, jul./dez. 2016. Disponível em: <<http://periodicos.puc-campinas.edu.br/seer/index.php/reflexao/article/view/3696>>. Acesso em: 11 jan. 2018.

SIMÕES, D. S. **Sobre acatólicos e hereges: romanização e intolerância numa situação pluralista**. In. CAVALCANTE, C. A.; CAVALCANTE, A. P. (Org.). **O que se vê nas religiões?** São Paulo: Editorial, 2015, p.219-234.

SOUZA, J. **O malandro e o protestante: a tese weberiana e a singularidade cultural brasileira**. Brasília: Editora de Brasília, 1999.

SOUZA, J.R. **A reação da Igreja Presbiteriana do Brasil ao advento do Pentecostalismo em Pernambuco (1920-1930)**. 2013. 129f. Dissertação (Mestrado em Ciências da Religião) – Programa de Mestrado em Ciências da Informação. Universidade Católica de Pernambuco. Recife, 2013. Disponível em: <http://www.unicap.br/tede//tde_busca/arquivo.php?codArquivo=984>. Acesso em: 11 jan. 2018.

VIEIRA, D. G. **O protestantismo, a maçonaria e a questão religiosa no Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1980.

VILAS-BÔAS. E. F. **Origens da Educação Protestante em Sergipe (1884-1913)**. 2000. 156f. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-graduação em Educação. Universidade Federal de Sergipe. São Cristovão, SE, 2000.

WEBER, M. **A ética protestante e o espírito do Capitalismo**. 13. ed. São Paulo: Centauro, 1997.

WWW.mackenzie.br/fileadmin/mantenedora/CPA/revista/volumeIII_2003_1/v8n1alderi_matos.pdf. (Acesso em 28/08/2017).

WINNE, J. P. **História de Sergipe (1575- 1930)**. Rio de Janeiro: Editora Pangetti, 1970. www.institutotobiasbarreto@infonet.com.br. (Acesso em 23/05/ 2016).